

N.º 6 do Séc. XXI – Dezembro 2025

FUNDADA EM 1861 | 06 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

independência

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral e Gratuita



Índice

_003 - Editorial
_006 - Estatuto Editorial & Ficha Técnica
_008 - Liberalismo versus Sociedade Tradicional em Portugal, *Pedro Velez*
_015 - O General Baptista Pereira e o Dever de Memória, Lourenço Henrique Henriques-Mateus
_018 - Ourique, *Carlos Maria Pereira dos Santos*
_024 - Portugal: um povo de povos, *Ana Lúcia Ferreira*
_027 - Um herói de dois mundos: D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal, *Paulo Drumond Braga*
_030 - Filinto Elísio: pátria, saudade e língua, *Fernando Torres Moreira*
_033 - 9 séculos depois... Portugal num capriccio, *Annabela Rita*
_037 - Nuno Álvares Pereira. Uma reflexão, *Luís Adão da Fonseca*
_048 - A Restauração e o Brasil, *Herlander Machado*
_058 - Foi assim em 1886 – 100 anos do monumento dos Restauradores, *Luísa Almeida e Sousa e Mário Gouveia*
_069 - A Sociedade Histórica da Independência de Portugal nas comemorações do 3.º Centenário da proclamação da N.ª Sr.ª da Conceição como Padroeira de Portugal, *Ana Leal de Faria*
_084 - 25 de Novembro: A Vitória da Liberdade, *Miguel Guimarães*
_086 - COMANDO - Homenagem a Jaime Neves, *Pinho Neno*
_087 - 25 Novembro 1975 e a Força Aérea, *Pedro Avillez*
_089 - Ciclo ″50 Anos do 25 de Novembro de 1975″
_090 - 50 anos do 25 de Novembro de 1975. A prisão do meu Pai, Rui Pena, *Nuno Pena*
_099 - “Estamos orgulhosos do que realizámos em Zamora em Junho, para assinalar o marco inicial dos 900 anos de Portugal” – afirmou José Ribeiro e Castro, *José Ribeiro e Castro*
_105 - ″Hoje é dia de comemorar a História: 385 anos da Restauração da Independência, nos quase 900 anos de Portugal″ - lembrou Carlos Moedas, *Carlos Moedas*
_109 - “Somos herdeiros daqueles cuja alma não era pequena” – afirmou Nuno Melo, *Nuno Melo*



Editorial

50 anos depois, obrigado, 25 de Novembro

Na História contemporânea de Portugal, o 25 de Novembro é uma data inapagável e inesquecível para o triunfo e a implantação da democracia. E o 25 de Abril? – é a pergunta habitual.
O 25 de Abril também é inapagável e inesquecível, mas, por si só, não garantiu a democracia. Além disso, ninguém alguma vez quis apagar o 25 de Abril, diversamente de muitos que quiseram - e querem ainda - apagar o 25 de Novembro.

Só passámos da revolução para a democracia – em vez de para a ditadura – porque o 25 de Novembro de 1975, impondo-se como último acto do processo revolucionário, derrotou o projecto totalitário e garantiu a passagem para o Estado democrático de direito em 1976. Ponto final, parágrafo.

Esta constatação é incontestável. Apenas se tornou discutida, porque aqueles que desviaram o 25 de Abril do caminho prometido – assim como os seus herdeiros políticos e ideológicos – quiseram (e querem) esconder das novas gerações a verdade dos seus actos e propósitos. São fundamentalmente os mesmos que quiseram apropriar-se da data do 25 de Abril como coisa própria sua, expulsando do 25 de Abril todos os que não comungam do esquerdismo revolucionário, como facto ou como utopia. Afinal, repetem o mesmo que fizeram no PREC de 1975: o 25 de Abril era só deles; todos os outros seriam submetidos ou expulsos.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal organizou em Outubro e Novembro, um ciclo dedicado aos 50 anos do 25 de Novembro, de que damos conta, em parte, neste número da revista INDEPENDÊNCIA. A ideia que presidiu a este ciclo foi muito simples. Eu, que tinha 20 anos no 25 de Abril, sou provavelmente da última geração que viveu tudo o que se passou. Os que tinham 15 anos já só têm uma ideia esbatida e muito entrecortada do que aconteceu. E os que tinham 10 ou menos, não formaram ideia própria e estão totalmente dependentes de relatos de terceiros. Dizendo de outro modo: **todos aqueles que, hoje, têm 60 anos, ou menos, não têm qualquer conhecimento vivido do que, então, se passou e são vulneráveis a qualquer manipulação ou desinformação.**

O nosso ciclo assumiu, por isso, um papel essencial de reconstrução da memória, desde a queda do 1.º Governo Provisório, em Julho de 1974, até ao 25 de Novembro de 1975, com a participação de comentadores residentes – Carlos Magno, José Luís Ramos Pinheiro, Maria João Avillez, Nuno Rogeiro e eu próprio – e outros convidados em função dos temas em debate: General António Vaz Afonso, Coronel Florindo de Morais, Hélder de Oliveira, João Soares, Coronel José Sanches Osório, Embaixador Luís de Almeida Sampaio, Nuno Pena e Zita Seabra. Um naipe de grande qualidade.

Ao longo de sete sessões semanais – *Primeiros abalos*, *Choques: descolonização e partidos*, *Golpe e contragolpe*, *Legitimidade democrática*, *A fractura*, *A aceleração*, *Democracia e Liberdade* –, com dois experimentados moderadores (Raquel Abecasis e Henrique Monteiro), passámos em revista os factos que foram descarrilando o processo revolucionário e nos puseram à beira de um regime comunista totalitário e da guerra civil: descontrolo e irresponsabilidade da descolonização, emergência do gonçalvismo, tentativa de resistência em Moçambique, 28 de Setembro e a "inventona", ilegalização de partidos políticos de direita (em constituição), regresso dos prisioneiros políticos, cerco a um comício da juventude do CDS no São Luiz e assalto à sede nacional do CDS, liderança do PS contra a imposição da unicidade sindical, cerco do Congresso do CDS no Palácio de Cristal (no Porto), 11 de Março (golpe falhado de Spínola), a aceleração do PREC, novas vagas de presos políticos, extinção do Conselho de Estado e criação do Conselho da Revolução, criação da Assembleia do MFA, ocupações, reforma agrária, nacionalizações, Pacto MFA/partidos, mandados de captura em branco, eleições constituintes (o único oásis da democracia), gonçalvismo em alta, Verão Quente, choque PCP/PS no 1.º de Maio de 1975, caso República, caso Renascença e cerco do Patriarcado, guerra civil em Angola, comício-manifestação da Fonte Luminosa (todos com o PS na Alameda), o Grupo dos Nove, 5.º Governo Provisório, declínio do gonçalvismo, PREC ao rubro, fronteira de Rio Maior, 6.º Governo Provisório, boatos permanentes de golpe/contragolpe, frente-a-frente Soares/Cunhal na RTP, cerco da Constituinte e sequestro dos deputados, tragédia de Timor, ofensiva da extrema-esquerda militar em 25 de Novembro, triunfo dos militares moderados. **Em resumo: as Forças Armadas democráticas salvaram a democracia.**

Cada uma das sessões foi aberta com pequenos vídeos, de cerca de 10 minutos cada, que recordavam os factos mais salientes do correspondente período temporal, recorrendo a primeiras páginas da imprensa e, graças ao apoio da parceria acordada para este efeito, a vídeos dos Arquivos RTP. Os factos não podem ser mais claros e as provas abundantes.

O que se passou em Portugal, em 1974 e 1975, foi muito semelhante ao paradigma da revolução soviética em 1917, completado pela implantação das chamadas "democracias populares" na Europa de Leste, a seguir à 2.ª Grande Guerra 1939/45.

Das "democracias populares", importámos a chamada "salamização" dos partidos políticos: eliminação, um a um, como fatias de um salame, da direita para a esquerda, de todos os que não fossem convenientes, até só ficar em cena o

Partido Comunista e outros olhados como "satélites". Em Portugal, com o 28 de Setembro, foram proibidos o Partido Liberal e o Partido do Progresso e, com o 11 de Março, suspenso o PDC. As fatias a seguir seriam o CDS e o PPD. Ao PS também chegaria a sua vez, excepto se o PCP se convencesse de que, depois de afastar Mário Soares, conseguiria enfraquecê-lo para peso eleitoral reduzido e subordiná-lo como fez ao MDP/CDE.

Da revolução soviética, importámos o paradigma fundamental do que vivemos, sobretudo a partir do 28 de Setembro de 1974. A sequência das acções que o PCP promoveu cumpriu o plano de operações escrito por Álvaro Cunhal, o histórico líder comunista, no livro "Rumo à Vitória": à Revolução Democrática e Nacional, essencial para "derrubar o fascismo", sucederia a Revolução Proletária, que nos conduziria à "sociedade socialista".

Na visão de Cunhal, a primeira foi o 25 de Abril; e a segunda seria o 25 de Novembro, se a esquerda militar não tivesse perdido e, ele próprio, Cunhal não fosse forçado a fazer recuar os meios que tinha preparados para entrarem em acção. As provas de que assim foi acumulam-se, com destaque para as revelações desassombradas feitas, desde há anos, pela ex-deputada comunista Zita Seabra. Para o recuo, no último momento, de Álvaro Cunhal contribuiu de modo determinante a operação da Força Aérea, que fez sobrevoar Lisboa por aviões que, para o que desse e viesse, tinham sido estacionados na Base da Cortegaça. Esta acção dos pilotos, afectos aos militares moderados, teve um forte poder dissuasor, mostrando a inferioridade estratégica dos revoltosos esquerdistas e a sua previsível derrota.

Infelizmente, houve que lamentar a morte de dois militares "Comandos" – o furriel Joaquim Pires e o Tenente José Coimbra –, mortos pelos esquerdistas na Calçada da Ajuda, em Lisboa, quando os "Comandos" se aprestavam para tomar o controlo do quartel onde estavam os revoltosos da PM (Polícia Militar). Valeu o sangue-frio a bravura dos "Comandos" e dos seus comandantes, para terem contido qualquer resposta à PM. Se tivessem reagido fazendo fogo sobre os homens da PM, o confronto poderia ter degenerado em muitas mortes e incendiado o ambiente com consequências incalculáveis. Viu-se, felizmente, a fibra dos militares que lutavam para defender a democracia.

A generalidade das pessoas, segundo a minha experiência, ignora que a Revolução Russa de 1917 não foi uma, mas duas. Antes da Revolução de Outubro, que levou Lénine ao poder, houve a Revolução de Fevereiro: uma revolução democrática, que derrubou o Czar e, com várias forças políticas, encaminhou a Rússia para uma democracia liberal e parlamentar. Os comunistas abalaram-na e submergiram-na em 1917, vindo a fundar, em 1922, a URSS. Da revolução democrática ninguém fala.

Esse seria o destino do 25 de Abril, se a rebelião esquerdista e comunista, inspirada nas ideias da "revolução proletária", tivesse triunfado no 25 de Novembro. O 25 de Abril, qualificado de "revolução burguesa", teria sido apagado e cancelado, ao mesmo tempo que os cânticos e louvores se concentrariam no 25 de Novembro, porta de entrada na "sociedade socialista" e noutros "amanhãs que cantam".

É a pesada ironia da esquerda fantasista, a respeito do 25 de Novembro: por um lado, acusa os que estão do lado dos militares moderados de quererem "apagar o 25 de Abril", o que é claramente falso; por outro lado, cala que, eles sim, é que teriam apagado o 25 de Abril e entronizado o 25 de Novembro extremista e radical, se aqueles que estiveram do lado dos paraquedistas, do RALIS e da PM tivessem triunfado. O cerco e sequestro da Assembleia Constituinte, em 12 de Novembro; uma entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho, concedida à RTP, nas Caldas da Rainha, em 10 de Novembro; o juramento de bandeira revolucionário no RALIS, em 21 de Novembro, são alguns dos últimos factos que não deixam dúvidas. Negros dias, anos terríveis teríamos sofrido, sem saber por quanto tempo.

É preciso continuar a contar a verdade da História, para nos protegermos contra o embuste. Tivemos a boa sorte de termos militares inteligentes, corajosos e previdentes que estavam prontos para resgatar a democracia. É por causa deles que o 25 de Novembro deixou de ser extremista de esquerda para ser democrático para todos.

Obrigado, 25 de Novembro! 50 anos depois, continua a ser necessário agradecer. Em 1976, pudemos ter, graças ao 25 de Novembro, a fundação democrática da democracia, através de um ciclo eleitoral completo. Será esse o novo ciclo da Sociedade Histórica, assinalando, em 2026, os 50 anos desse raro e extraordinário ano fundador.



Estatuto Editorial & Ficha Técnica

Estatuto Editorial

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil;
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

Isenção de Responsabilidade

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

Ficha técnica

Nome: Independência
Director: José Ribeiro e Castro
Subdirector: Ana Maria Proserpio
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Conselho Editorial: Annabela Rita, Isabel Drumond Braga, José Pinho Neno, Michel Roncon Santos, Paulo Drumond Braga, Renato Epifânio.
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Orlando Temes de Oliveira. Carlos Seixas da Fonseca. José Eduardo Franco. Victor Borges. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web, baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.
N.º de registo na ERC: 127961
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt
Site: https://revistaindependencia.pt
Legenda da capa: Encerramento do XI Desfile de Bandas Filarmónicas.
Créditos fotográficos: José Ribeiro e Castro
Crédito da imagem (primeira página do artigo «*"Somos herdeiros daqueles cuja alma não era pequena" - afirmou Nuno Melo*»): José Sena Goulão / LUSA – foto disponível na internet



Liberalismo versus Sociedade Tradicional em Portugal *

Pedro Velez **

No que segue, procurar-se-á ilustrar as seguintes teses:
i) Em Portugal, o Liberalismo transportou consigo um novo horizonte de "revelação axiológica" para existência social e política de Portugal, tendo manifestado uma dimensão militante e totalizante.
ii) O Credo Liberal não parece, porém, ter sido declinado de forma exaustiva ou integral; a um nível "pragmático", afirmou-se um registo de "compromisso" com a ordem tradicional da sociedade portuguesa.

I.

I.I Na sequência das invasões francesas e da consequente desarticulação do Antigo Regime, chegaria a Portugal, como produto exógeno (José Miguel Sardica), a nova forma de ordem afirmada no espaço ocidental com as grandes revoluções inglesa, americana e francesa[1].

Estava em causa, certamente, um novo modo de organização político-institucional (declaração de direitos, a constituição formal, separação de poderes, governo representativo). Esse novo modo de organização político-institucional, porém, emergia de/estava intrinsecamente associado a uma nova "revelação de valor" centrada em torno da ideia de igual liberdade individual (em última análise, compreendida como "liberdade negativa", no sentido de uma liberdade autotélica).

Uma tal ideia fundamental achou-se claramente vertida na primeira constituição escrita Portuguesa, a Constituição de 1822, na linha da constituição espanhola de Cádis e da constituição francesa de 1791. No art. 1.º da Constituição de 1822, identificava-se logo o *telos* da nova ordem: «A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança, e

propriedade de todos os Portugueses». Dos artigos subsequentes transparecia a substância de «liberdade negativa» inerente ao mesmo: no artigo 2.º dizia-se – «A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exacta observância das leis»; o que art. 3.º complementava: «A segurança pessoal consiste na protecção, que o Governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais»[2]. Um idêntico campo axiológico é também reconhecível na lei fundamental ao abrigo da qual o regime liberal se viria a estabilizar, na segunda metade do século XIX. Na norma protetora de direitos individuais que a Carta Constitucional de 1826, a final, continha (art. 145.º), proclamava-se que «a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Portugueses tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade»; o carácter "negativo" do § 1.º da norma – imediatamente subsequente à referida proclamação – era/é também eloquente: «Nenhum Cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da Lei». No artigo 1.º da Carta, «O Reino de Portugal» aparecia, aliás, já definido, a partir da unidade de conta indivíduo-cidadão, como «a Associação política de todos os Cidadãos Portugueses». Genericamente escrita de forma elegante e contida, não por isso deixou a Constituição de 1838 de transcrever o mesmo conceito de liberdade negativa. No «capítulo único», intitulado «dos direitos e garantias dos portugueses», ficou assinalado (artigo 9.º): «Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer senão o que a Lei ordena ou proíbe» (o artigo 10.º, completava o programa: «A Lei é igual para todos»).

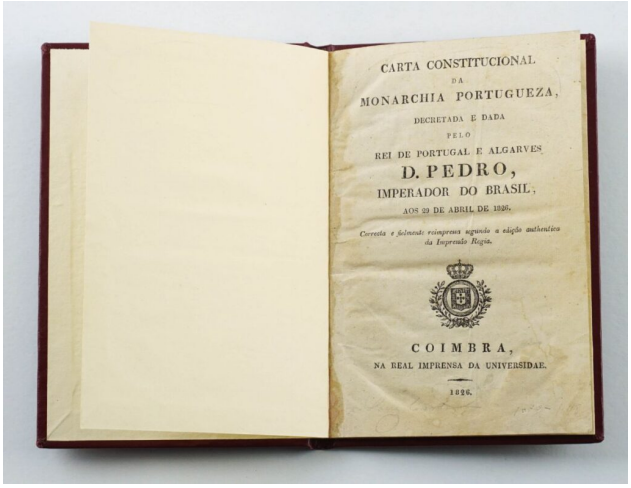

Constituição Política da Monarchia Portuguesa, Decretada pelas Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes, reunidas em Lisboa no anno de mil oitocentos vinte e um.

Em Nome da Santissima e Indivisivel Trindade.

As Cortes Geraes Extraordinarias e constituintes da Nação Portugueza

Primeira Constituição Portuguesa. Este documento marcou a transição do reino de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional.

A realização de uma "comunidade" de indivíduos soberanos («comunidade livre de homens cidadãos livres») constituiria sempre pressuposto básico partilhado pelas várias declinações do Liberalismo: do liberalismo progressista e radical que queria atuar em pleno um princípio de soberania nacional (linha refletida na Constituição de 1822 e no período do chamado Setembrismo – de 1836 a 37-38); do liberalismo conservador-compromissório (como as estruturas do Portugal Antigo) e ou autoritário-"monárquico"-"doutrinário" (linhas estas presentes, por exemplo, na doação da Carta Constitucional em 1826, bem como na governação de Costa Cabral, que reporia em vigor a dita Carta em 1842); do liberalismo "ordeiro" e ou centrista que queria realizar um consenso constitucional de máximo alcance (com reflexos na efémera Constituição de 1838 e, mais tarde, a partir de 1851, no espírito da experiência da Regeneração)[3]. Certas estruturas mais ou menos "discretas" constituíram, aliás, meios de socialização e organização das elites governativas em torno da trindade imanente «liberdade, igualdade, fraternidade».


CARTA CONSTITUCIONAL
DA
MONARCHIA PORTUGUEZA,
DECRETADA E DADA
PELO
REI DE PORTUGAL E ALGARVES
D. PEDRO,
IMPERADOR DO BRASIL,
AOS 29 DE ABRIL DE 1826.
Correcta e fielmente reimpressa segundo a edição authentica da Imprensa Regia.
COIMBRA,
NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.
1826.

Página de rosto da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa.

I.II. O Liberalismo não deixou de revelar uma dimensão militante e totalizante. Daí também certos momentos de visível conflito entre o político-secular e o "religioso-tradicional". Daí igualmente que o regime liberal não tivesse tido dificuldade em fazer sua e tivesse acentuado uma linha regalista que de longe vinha. De acordo com a Carta Constitucional, por exemplo, cabia ao poder executivo: «Nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos» (§ 2.º do art. 75.º); «Conceder ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas, que se não opuserem à Constituição; e

precedendo aprovação das Cortes, se contiverem disposição geral» (§ 14.º desse mesmo art. 75.º)[4].

O paradigma liberal-constitucional foi imposto de cima para baixo, de modo inorgânico, a partir do Estado, por parte de um segmento da elite "burocrática", como, nos nossos dias, tem sido salientado numa certa historiografia "liberal" (Vasco Pulido Valente)[5].

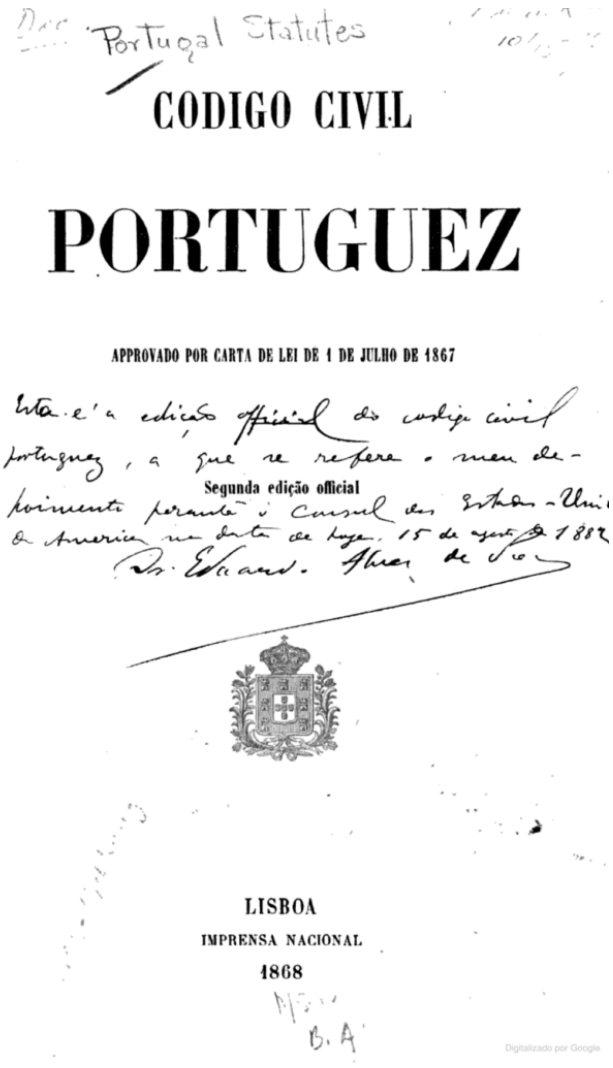
Também no referido campo historiográfico, assinalou-se recentemente (Rui Ramos) a dinâmica de "autoridade e totalidade" do primeiro liberalismo português (1820-1823), destacando-se, por exemplo, o funcionamento de um «Tribunal Especial de Protecção da Liberdade de Imprensa»[6] ao serviço da ortodoxia liberal, bem como a elaboração de um plano de «Estado Policial» (da autoria de José da Silva Carvalho)[7].

Mais tarde, o Liberalismo revelar-se-ia disposto a penetrar militantemente (ou a penetrar mais intensamente) na sociedade realmente existente, tendo em vista a instauração de uma sociedade de indivíduos livres e independentes (a "elevação" dos indivíduos "empíricos" a indivíduos livres e independentes). Temos em mente, primacialmente, a recriação legislativa da sociedade portuguesa que possibilitou a implementação mesma do Estado Liberal, em boa parte ocorrida ainda em período de guerra civil. Referimo-nos às "reformas" (à revolução legislativa) de Mouzinho da Silveira, ministro da Fazenda e da Justiça entre 1832-34: reorganização do Estado via operacionalização do dogma da separação de poderes, incluindo o esboço de uma Administração Pública de tipo francês[8]; abolição dos forais e revogação das doações de bens da Coroa; abolição da dízima (paga ao clero) e das sisas sobre transações (a fonte de receita municipal); extinção de uma parte dos morgadios; ensaio de "libertação" da esfera económica, do comércio interno e externo, designadamente via eliminação de monopólios, bem como de portagens e encargos incidindo sobre a circulação de mercadorias[9]. A centralidade do reformismo de Mouzinho na implementação do Estado Liberal não deixou, por exemplo, de ser reconhecida por um Alexandre Herculano, um dos vultos maiores da intelectualidade portuguesa (autor da «História de Portugal» em modo profano, um cultor de Tocqueville). Temos também em mente a intervenção complementar de Joaquim António de Aguiar, extinguindo (decreto de 30 de maio de 1834)«todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares», incorporando os bens destes na «Fazenda Nacional»; daí a passagem à história de Aguiar como *o Mata-Frades*[10]. As bases sociais e de poder do "Portugal Velho" e da sua constituição histórica (Concelhos; elemento senhorial laico; ordens religiosas) seriam destruídas, assim se possibilitando, por uma via que em termos marxistas se poderia denominar de «acumulação primitiva de capital», ocorrida com a chamada venda dos bens nacionais, a constituição de um suporte material para uma nova elite dirigente[11].

Sobretudo a partir de 1870, e durante a temporalidade de crise da monarquia constitucional em Portugal, os liberalismos "radicais", a caminho ou transmutados em republicanismo(s), foram de forma cada vez mais visível sustentando a ideia de separação entre o Estado e Igreja, apontando para uma sociedade pós-religiosa (ou pós-religião tradicional)[12].

II.

II.I. O Credo Liberal não parece, porém, ter sido atuado de forma integral e omnicompreensiva. A sua substância axiológica era pensada como aplicável em domínios restritos da vida: os novos domínios político e económico. Vivia-se ainda no interior de um certo contexto de sentido moral cristão. A virtualidade abrangente do Liberalismo em Portugal e, ao mesmo tempo, os limites que este pôde encontrar, manifestaram-se de forma eminente, por exemplo, aquando da "reescrita" do direito civil à luz do novo "espírito das instituições" públicas:


Portugal Statutes

CODIGO CIVIL

PORTUGUEZ

APPROVADO POR CARTA DE LEI DE 1 DE JULHO DE 1867

Segunda edição official

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1868

Capa do primeiro Código Civil Português.

Durante o processo de gestação do que viria a ser o Código Civil de 1867 (também conhecido como Código de Seabra), registou-se «uma intensa discussão» sobre a adoção, pelo ordenamento português, da figura casamento civil[13]. Abrir-se-ia um «conflito entre visões da sociedade conjugal», traduzindo «um prolongamento do conflito entre duas conceções de sociedade: a primeira dominada pela relevância conferida ao catolicismo na consubstanciação da sociedade política liberal; a segunda caracterizada pela assunção plena dos princípios de fundo secularizador (mais tarde laicizadores) na delimitação entre as esferas do poder civil e religioso.» «Na sua fase mais terminal, o conflito tende a extremar-se, materializando-se no confronto entre duas conceções do mundo diametralmente opostas, a religiosa-eclesiástica e a laicizadora, ambas perseguindo propósitos hegemónicos»[14].

O artigo 1056.º do novo Código Civil de 1867 chegaria a introduzir no direito português «uma definição profana de casamento» (Menezes Cordeiro), é certo, mas não em termos de uma "desnaturalização" da figura, sendo o casamento recortado como «(...) um contrato perpetuo feito entre duas pessoas de sexo differente, com o fim de constituirem legitimamente a família». Segundo a doutrina coeva, a referida definição só se aplicaria, aliás, ao casamento entre não católicos, dada a natureza sacramental do matrimónio para os católicos. Não deixou de ficar consagrado um casamento puramente civil, destinado aos não católicos; e não se estabeleceu um processo especial permitindo averiguar a religião dos nubentes[15].

II.II. Como novo horizonte axiológico ("axiofânico") da sociedade portuguesa, o Liberalismo não podia deixar de estar sempre já em tensão com o tradicional horizonte religioso, ou, talvez melhor, "religio-político" que a enformava[16]. A um nível "pragmático", um registo de "compromisso" entre a nova política liberal e a sociedade de substância "religiosa-cristã" não deixou – não podia deixar – de ser procurado. Contra um tal pano de fundo se entende as ocorrências da figura da *Invocatio Dei* e a normalidade do modelo do Estado confessional, bem como a natureza não dogmática (mas político-sociológica) da fórmula confessional. Mostremo-lo, para finalizar este escrito:

A Constituição de 1822 operacionalizaria, como nenhuma outra constituição portuguesa do século XIX, um conceito de soberania nacional: nos emblemáticos termos do seu art. 26.º – «A soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum indivíduo ou corporação exerce autoridade pública, que se não derive da mesma Nação». A Constituição havia já sido, aliás, decretada pelas «Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa», embora não sem que os pais-fundadores da nova ordem a tivessem justificado como restabelecimento adaptativo das antigas «leis fundamentais da Monarquia».[17] A nova lei fundamental do Estado seria mesmo emanada «em nome da santíssima e indivisível Trindade», tendo-se assim entrado num terreno de proclamação teológico-dogmática, com a invocação do Deus uno e trino. No artigo 25.º, ficaria consagrado um paradigma de Estado Confessional, em termos de unidade religiosa: «A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se contudo aos estrangeiros o exercício particular dos seus respectivos cultos». Em tema de deveres constitucionais dos portugueses – e a adoção de um discurso de deveres fundamentais era já também um sinal de disposição compromissória –, concedeu-se mesmo uma certa primazia a um dever de

venerar a religião – segundo o art. 19.º da Constituição «Todo o Português deve ser justo. Os seus principais deveres são venerar a Religião; amar a pátria; defendê-la com as armas, quando for chamado pela lei; obedecer à Constituição e às leis; respeitar as Autoridades públicas; e contribuir para as despesas do Estado». Estabeleceu-se ainda (art. 8.º) que em tema de abuso da liberdade de imprensa, «(...) em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem punidos os culpados».[18]

Mais tarde, D. Pedro (Imperador do Brasil desde 1822; reconhecido como Rei de Portugal pela regência em 1826) decretaria soberanamente a Carta Constitucional de 1826 – e com isso a "transfiguração" das «três ordens do Estado», com a sua passagem a uma nova dimensão liberal-constitucional – , não deixando de invocar a sua qualidade de Rei «por Graça de Deus»[19]. No artigo 6.º da Carta, afirmava-se: «A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo». No «§ 4.º do art. 145.º, ademais, a religião do Estado era posta como limite (juntamente com a moral pública) ao que se esboçava como um direito(-imunidade) a não ser perseguido por motivos de religião: «Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública».

Quanto à efémera Constituição de 1838, esta foi aceite e jurada por uma Rainha simultaneamente «por graça de Deus» e «pela Constituição da Monarquia»[20]. Nela se repetia outrossim o paradigma do Estado confessional – no seu artigo 3.º podia ler-se: «A Religião do Estado é a Católica Apostólica Romana». Neste documento constitucional, que, aliás, consubstanciava um desenvolvimento do discurso dos direitos individuais (em tema de admissibilidade de um direito de associação e reunião, por ex.), reiterava-se, no seu art. 11.º, que «Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, contanto que respeite a do Estado».

Não obstante o que precede, o que primeiro se assinalou sugere, suficientemente, que, em Portugal como noutros contextos, o projeto Liberal se inscreveu num terreno de religião ou religiosidade políticas[21].

---

[1] Na sequência de mudanças civilizacionais profundas que afetaram a cosmologia católica num sentido imanentista-subjetivista-individualista e no termo do estertor da cristandade latina. André de Muralt, *L'unité de la philosophie politique. De Scot, Occam et Suárez au libéralisme contemporain*, Vrin, Paris, 2002; Leo Strauss, *Natural Right and History*, The University of Chicago Press, Chicago/London, 1953; Paperback edition 1965. Para uma visão geral da forma política liberal (como forma de religiosidade imanente) no quadro de um mapa da política moderna, ver Pedro Velez, *On the modern-secular religious City: a theologico-political mapping and prospective*, em *Negócios Estrangeiros*, n.º 18, 2010, pp. 217-238.

[2] Na primeira constituição escrita portuguesa, a propriedade aparecia – art. 6.º – como «(...) *um direito sagrado e inviolável*, que tem qualquer Português, de dispor *sua vontade* de todos os seus bens, segundo as leis. (...)» [sublinhado nosso]; e «A livre comunicação dos pensamentos», por sua vez – art. 7.º –, como «um dos *mais preciosos direitos do homem*» [sublinhado nosso]. Daí que, de seguida, se estabelecesse: «Todo o Português pode conseguintemente, *sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria*, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar» [sublinhado nosso].

[3] Sobre o regime liberal em Portugal, ver, na literatura mais recente, por todos: Maria de Fátima Bonifácio, *A monarquia constitucional, 1807-1910*, 3.ª ed., Texto editores, Alfragide, 2010, e, da mesma autora, *O Século XIX português*, ICS, Lisboa, 2.ª ed., 2005; Rui Ramos, *Ruptura Constitucional e Guerra Civil (1820-1834)*, *A Revolução liberal (1834-1851)*, *A Regeneração e o Fontismo (1851-1890)* e *O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910)*, em Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009, III parte, capítulos II, III, IV e V, respectivamente; José Miguel Sardica, *Terminar a Revolução*, Temas e Debates, Lisboa, 2016. Cfr. também António Manuel Hespanha, *O constitucionalismo monárquico português. Breve síntese*, em *Historia Constitucional*, n.º 13, 2012, pp. 477-526 (artigo disponível *online*).

[4] Sobre a temática Igreja e Estado na época do Liberalismo, ver, por exemplo: Pe Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Edição Revista e Atualizada, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, pp. 228 e ss.; Manuel Braga da Cruz, *Igreja e Estado/Época Contemporânea*, em Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal, C-I*, Círculo de Leitores, 2000, pp. 401 e ss.

[5] Vasco Pulido Valente, *O Liberalismo Português*, em Vasco Pulido Valente, *Portugal - Ensaios de História e de Política*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2009, pp. 7-46.

[6] Ver nota 17.

[7] E ainda a circunstância de as Cortes, em março de 1821, terem decidido que todo o cidadão que recusasse jurar a Constituição perderia a Nacionalidade, devendo ser expulso do Reino. Ver Rui Ramos, *Ruptura Constitucional e Guerra Civil (1820-1834)*, cit.

[8] À semelhança do esquema francês, também o território português seria dividido em províncias comarcas e concelhos.

[9 Ver Diogo Freitas do Amaral, *Do Absolutismo ao Liberalismo: as Reformas de Mouzinho da Silveira*, Edições Tenacitas, Lisboa, 2008. Veja-se também Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, *O discurso reformador de Mouzinho da Silveira*, em *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62,1980-1º-2.º, pp. 237-258 (disponível online)

[10] Em 1833 seria aprovado um Código Comercial (Ferreira Borges) e, no ano seguinte, as corporações de ofícios mecânicos seriam abolidas (foi esse o destino da célebre casa dos 24).

[11] Ver Vasco Pulido Valente, *Os «Devoristas», A Revolução Liberal, 1834-1836*, Quetzal Editores, Lisboa, 1993. Sobre a venda dos bens nacionais, pode ver-se ainda: Luís Espinha da Silveira, *A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem*, em *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62,1980-1º-2.º, pp. 87-110 (disponível *online*).

[12] Cfr., sobre esta temática, Maria de Fátima Bonifácio, *A Republicanização da Monarquia - Perceber o século XIX Português - 1807-1880*, Tribuna da História, Carnaxide, 2022.

[13] Ver Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira, *O casamento civil e o divórcio 1865-1910, Debates e representações*, Universidade do Minho, 1993 (disponível *online*).

[14] Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira, *O casamento civil e o divórcio*...,pp. 2 e 3.

[15] Segundo o Professor Menezes Cordeiro, teve ainda o Código como grande novidade, nesta sede, o ter estabelecido «um processo especial para a separação de pessoas e para a simples separação judicial de bens; anteriormente, a separação *quoad thorum et cohabitationem* era admitida pelo Direito canónico apenas havendo adultério da mulher e no caso de sevícias» («Antigamente, também se admitia por heresia»). Ver António Menezes Cordeiro, *Divórcio e casamento na I República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?*, em *Revista da Ordem dos Advogados - ROA*, Ano 72, nº 1, 2012, pp. 86 a 88 (o escrito encontra-se disponível *online*).

[16] Sobre conflito geral entre o político- secular e o religioso na Europa do século XIX, ver Christopher Clark, Wolfram Kaiser, *Culture Wars, Secular–Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe,* Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

[17] «As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heróica virtude de seus filhos; decretam a seguinte Constituição Política, a fim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portugueses».

[18] Eis o texto completo do mencionado artigo 8.º - «As Cortes nomearão um Tribunal Especial, para proteger a liberdade da imprensa, e coibir os delitos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos art. 177 e 189. Quanto porém ao abuso, que se pode fazer desta liberdade em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem punidos os culpados».

[19] «DOM PEDRO POR GRAÇA DE DEUS, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço Saber a todos os Meus Súbditos Portugueses, que Sou Servido Decretar Dar e Mandar jurar imediatamente pelas Três Ordens do Estado a Carta Constitucional abaixo transcrita, a qual de ora em diante regerá esses Meus Reinos e Domínios, e que é do teor seguinte:».

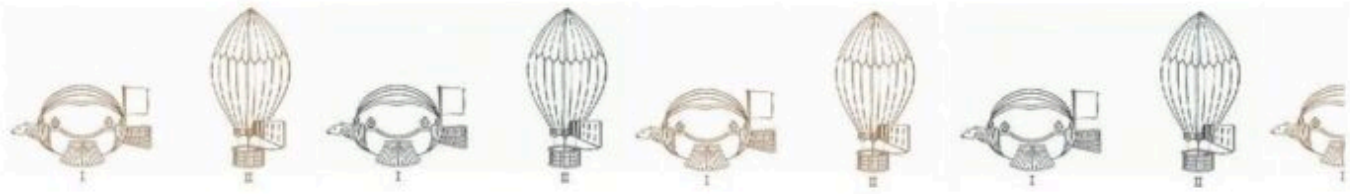
[20] Eis a fórmula, ambivalente e ambígua, que precedia o texto constitucional de 1838: «DONA MARIA, por Graça de Deus, e pela Constituição da Monarquia, Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Faço saber a Todos os Meus Súbditos, que as Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes Decretaram, e Eu Aceitei, e Jurei a seguinte: CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA PORTUGUESA».

[21] Como recentemente reconheceu Rui Ramos – ver *O liberalismo português como problema religioso*, em Manuel Clemente, *O Catolicismo, Portugal e a Europa, Uma relação criativa*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2022, posfácio. Sobre a problemática do Liberalismo como credo potencialmente integral e respetivo desenvolvimento, ver, em geral, Patrick J. Deneen, *Porque Está a Falhar o Liberalismo?*, Gradiva, Lisboa, 2019.

---

* O presente texto corresponde, no essencial, a comunicação apresentada no *Colóquio O Marquês de Marialva no contexto político constitucional coevo* [*4.ª sessão da evocação história de D. Pedro Vito de Menezes (1775-1823), por ocasião do II centenário da sua morte*], o qual teve lugar no salão nobre da SHIP (Sociedade Histórica da Independência de Portugal), dia 11 de dezembro de 2023, pelas 17 horas. Retoma-se anteriores trabalhos do autor: *Liberalismo e sociedade católica em Portugal: enfrentamento de fundo e algumas tensões explícitas*, em *Fuego y Raya*, Año 8, Nº. 15, 2018, pp. 179-191; *Constituição e Religião na fundação do Estado Liberal português: tópicos para uma problematização em tempos comemorativos*, em Remedios Moran Martin (ed.), *Trienio liberal vintismo rivoluzione: 1820-1823. España Portugal e Italia*, Thomson Reuters/Aranzadi, Cizur Menor, 2021, pp. 541 a 551.

** Universidade Europeia



Instituto Bartolomeu de Gusmão

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

O General Baptista Pereira e o Dever de Memória

Lourenço Henrique Henriques-Mateus *

Se a memória não me atraiçoa, comecei a encontrar-me assiduamente com o general Baptista Pereira aí por volta de 2006 ou 2007, nas vésperas do XI Congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial, quando a Força Aérea Portuguesa tomou a seu cargo organizar entre nós este bem conhecido simpósio de historiadores aeronáuticos latino-americanos, o qual teve lugar em Lisboa (Alfragide), no auditório do Estado-Maior da FAP, entre 6 e 10 de Outubro de 2008 e que contou com a participação de congressistas designados pelos institutos de História Aeronáutica e Espacial de nove países: Argentina, Brasil, Chile, Espanha, México, Perú, Uruguai, Venezuela e Portugal.

Explicando-se a circunstância de tal organização ter acontecido entre nós nesse momento com o facto de em 2009 ocorrer, simultaneamente, o 3.º centenário da ascensão pública da *máquina de andar pelo ar* do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e o centenário do primeiro voo de um aeroplano em Portugal. Tendo então sido assinado por todos os chefes de delegação um manifesto de intensões intitulado Declaração de Lisboa", onde cada qual se propunha *promover um salutar e profícuo intercambio entre as entidades pertencentes à FIDHAE* (Federación Internacional De Entidades De Estudios Históricos Aeronáuticos Y Espaciales), *no sentido de consolidar a importância que a História da Aviação representa no contexto dos países integrantes da Federação*.

Por esses dias, eu já assinara muitos artigos sobre temas da história aeronáutica portuguesa nas páginas do Público, tanto de aviação como de aerostação, nomeadamente no suplemento de domingo daquele jornal. E somava mais de uma década de colaborações esporádicas com o Museu do Ar, cuja biblioteca comecei a frequentar, ainda em Alverca, no início da década de 1980, quando o coronel Tello Pacheco dirigia aquele Museu. Estas colaborações, que logo se tornaram cada vez mais frequentes, contaram depois disso com a estima e cumplicidade dos coronéis Albano Fernandes e Henrique Rodrigues, que o sucederam na direcção daquele museu.

Afortunadamente, para mim, um dos leitores assíduos das minhas crónicas domingueiras no jornal Público era o general Brochado de Miranda. E foi através do Museu do Ar que este vulto da Força Aérea me abordou para ser um dos conferencistas do importante congresso internacional que esta Instituição estava a preparar, atribuindo-me então a Força Aérea o papel de a representar com um tema de aerostação (o de Bartolomeu de Gusmão); pois o tema de aviação seria representado pelo então conservador do Museu do Ar Dr. Mário Mota Correia, investigador que por esses dias já era meu amigo e muito me orientou em vários temas da História da Aviação, sem de mim esperar outra recompensa que a de me ver praticar na imprensa escrita o *Dever de Memória* que hoje serve de lema àquele Museu.



Dois nomes gratos da Força Aérea Portuguesa os Generais Baptista Pereira e Brochado de Miranda à conversa com o autor destas linhas.

Na sequência deste congresso os meus encontros com o general Baptista Pereira tornaram-se cada vez mais frequentes, tanto mais que este oficial general dirigia então a revista «Mais Alto». O mesmo acontecendo com o general Brochado de Miranda, que por esses dias andava empenhadíssimo na tarefa de dar corpo e expressão ao arquivo histórico da FAP, passando eu, por isso, a frequentar amiudadamente tanto aquele arquivo como redacção da revista.
E bem vistas as coisas, foi graças ao interesse destes dois generais pela preservação e divulgação do património histórico da aeronáutica portuguesa (não só do militar, mas, muito especialmente do civil) que começou a germinar então a ideia de se fazer, a partir da Instituição e com os seus limitados recursos para esta tarefa, qualquer coisa que divulgasse amplamente este nosso segmento histórico, onde a aviação e a aerostação teriam igual importância patrimonial como partes do todo que compõe a mal conhecida História da Aeronáutica Portuguesa. Coisa essa, que teria que extravasar o âmbito restrito do Arquivo Histórico e dos leitores da revista «Mais Alto»; ou seja, que deveria lançar-se para além da «gente da Casa» —como então um destes generais denominou todos aqueles que integram a Força Aérea— militares que, devido à cultura institucional ali existente, há muito que estavam bem servidos de conhecimentos históricos da aviação portuguesa com os riquíssimos artigos que a revista «Mais Alto» publica regularmente desde a sua fundação.
E é aqui que a lucidez do general Baptista Pereira identificou um possível rumo para concretizar esta ideia, que teria como propósito devolver à cidadania um património que lhe pertence. Este possível rumo ainda era, nesse momento, muito vago, mas passaria pela criação de um organismo permanente, uma entidade ou um instituto, onde se debatessem regularmente os temas aeronáuticos. Para isso, havia que encontrar soluções e superar obstáculos burocráticos e logísticos, era preciso juntar ainda um grupo de gente com conhecimentos e capaz de se empenhar no esforço de pôr esta ideia em prática por simples paixão — por amor à camisola" como se costuma dizer—, sem outra compensação que a de prestar tributo a quantos construíram e consolidaram os alicerces da nossa aeronáutica.



Fotografia de grupo dos participantes no XI congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial, note-se a presença do general Baptista Pereira, 2.ª fila a contar de cima.

Mas, como em tudo na vida, uma coisa é pensar e a outra realizar. E foi por isso que o tempo se escoou ao longo dos anos seguintes, indiferente a sonhos e vontades. E um dia até, não sei já dizer quando, cheguei mesmo a acompanhar o general Baptista Pereira numa entrevista que teve com o professor Joaquim Veríssimo Serrão na Academia Portuguesa de História, então sediada no Largo da Rosa, mas desse simpático encontro nada se adiantou de concreto, pois milagres é o Céu que os faz e uma frigideira, por melhor que seja, só por si não faz um pastelão, há que lhe deitar ovos dentro... e assim sendo, tudo ficou como estava.
Contudo, e apesar de a ideia parecer irremediavelmente estagnada no lago das impossibilidades, a vontade de encontrar a via que lhe desse solução não esmorecera, porque volta e meia falava-se deste assunto. E tal como a água que brota de uma rocha busca o caminho, nem sempre fácil, para alcançar a plenitude do mar, também o general Baptista Pereira buscou soluções que lhe permitissem levar adiante o seu intento. Propósito que neste momento já não era só dele, pois, entretanto aglutinaram-se em seu redor ao seu alguns camaradas de outros tempos. E um dia telefonou-me, a marcar

encontro na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, radiante e convicto de ter encontrado nesta Sociedade o melhor organismo cultural para semear a sua almejada ideia, tão longamente maturada.
Lutador e tenaz, mas tão sereno como paciente, o general Baptista Pereira sabia bem que o melhor atributo de um chefe é saber formar um grupo coeso, que integre harmonicamente as diferentes aptidões de cada um por forma a levar por diante o contributo de todos. É foi a isto que se deveu o sucesso inicial do que viria mais tarde a ser o Instituto Bartolomeu de Gusmão da SHIP, instituto que deve o nome a uma sugestão então apresentada pelo tenente-coronel Brandão Ferreira.
Volvido algum tempo, realizou-se a primeira conferência do Instituto, que tinha como tema o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. E a audiência presente nesse dia abarrotou o salão nobre do Palácio da Independência.
Depois, outras a seguiram, mas o nosso horizonte era curto, com pouco mais de meia-dúzia de conferencistas agendados até ao final da temporada, ficando a pairar entre nós a dúvida do que aconteceria a seguir.
Entretanto, e já lá vão dez anos e cerca de uma centena de conferências proferidas, o Instituto singrou indiferente a maus ventos e marés contrárias, sobrevivendo à tragédia da pandemia e às demoradas obras de recuperação do Palácio da Independência.
Sempre com o apoio da Presidência da SHIP — tanto do dr. Alarcão Troni como do dr. Ribeiro e Castro— com a colaboração generosa e empenhada do seu pessoal e adesão espontânea de alguns sócios dedicados a outras áreas do conhecimento. Por vezes, até, com a solidariedade e cumplicidade de outras instituições, como a Academia de Marinha, a Sociedade de Geografia, o Centro Nacional de Cultura e algumas mais.
Durante todo este tempo o general Baptista Pereira manteve-se na direcção do Instituto Bartolomeu de Gusmão, estendendo o seu mandato muito para além do que devia sem disso ter culpa e ultimamente até, um pouco, contra sua vontade, posto que já não se sentia capaz de cumprir as funções que lhe são inerentes, mas que mesmo assim satisfez, praticamente até às vésperas do seu desaparecimento, altura em que o engenheiro Luís Barbosa o sucedeu na presidência e a mim me foi atribuída a vice-presidência, cargo que fora desempenhado pelo ten.cor. pil-av. Brandão Ferreira desde a fundação do Instituto Bartolomeu de Gusmão.

Entretanto alguns dos signatários da constituição do Instituto já não estão entre nós, mas os restantes fundadores prosseguem a obra iniciada pelo general Baptista Pereira. E é graças ao trabalho do ten. Cor. Pil-av. João Brandão Ferreira, do coronel-engenheiro FAP Eduardo Brito Coelho, do engenheiro (ex-major FAP) Luís Barbosa e do major-general Avelar de Sousa que aqui estamos hoje, na SHIP, conjuntamente com os que entretanto se nos agregaram, a dar continuidade ao seu trabalho em prol da História da Aeronáutica Portuguesa e a tributar-lhe, com isso, a sua terna memória.



Visita à Base Aérea n.º 1 e ao Museu do Ar Os congressistas do XI Congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial frente ao monumento dos mártires da aviação portuguesa.

* Historiador Aeronáutico. Consultor da Direcção Histórico-Cultural da Força Aérea. Investigador Integrado do CITCEM da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



Ourique *

Carlos Maria Pereira dos Santos

Longe e bem longe de mim estava a ideia, ainda há alguns dias, de me achar neste lugar, investido na honrosa, mas para mim difícil missão de pronunciar algumas palavras alusivas ao acto soleníssimo que aqui se realiza, para inaugurar o padrão comemorativo da batalha de Ourique.
Sem alarde de falsa modéstia, nem pelos dotes de erudição ou de palavra, nem pelas minhas inclinações literárias, nem sequer pela natureza do cargo oficial que desempenho, estava eu naturalmente acreditado para ser feliz arauto de tão singular feito de armas e, ainda menos, o do nosso esforço militar através da história, que hoje se exalta.
Quis, porém, S. Ex.ª o Sr. Sub-Secretário de Estado da Guerra, conferir-me a distinção de me nomear para o desempenho desta tão árdua tarefa. Como militar que não desobedece - nem deserta do seu posto de combate - que como tal considero o local em que me encontro - e ante, ainda, o dever de cortesia para com S. Ex.ª, que não admitia recusa nem sequer desculpa, aqui me encontro perante V. Exas. para proclamar os fastos da nossa actividade guerreira, e para encarecer o feito que se celebra, traduzindo na linguagem chã mas sincera do soldado, a significação para a nossa alma de portugueses, da cerimónia que está decorrendo.
Somente uma explicação se apresenta ao meu espírito, para justificação da escolha feita, e que particularmente me desvanece: Sua Ex.ª, Infante como eu, orgulhoso da Arma a que tão felizmente pertencemos ambos, ao nomear o Director da Arma de Infantaria para a missão que tão imerecidamente lhe confiou, quis por certo vincar bem, nesta festa militar das Comemorações Centenárias, o facto incontroverso de que a Infantaria portuguesa nasceu com a independência da Pátria e é, portanto, sua irmã gémea.
Perdoem V. Ex.ªs se comecei falando de mim. Era, porém, indispensável ao meu conforto moral nesta emergência, ganhar, rogando-o, o favor da vossa benevolência para a pobreza dos conceitos desta minha despretensiosa alocução, de homem que sempre foi de poucas falas.

Há 800 anos, andavam revoltos os tempos ao máximo, pela encarniçada luta que entre cristãos e infiéis se travava na nossa Península, para a sua reconquista, a bem da fé, às hostes mouras que, aí por 3 séculos antes, a haviam invadido às ordens de Tarik e Musa, dominando-a fulminantemente no curto prazo de dois anos.
Foi no meio desta formidável conflagração de povos, de raças e civilizações diferentes, que se iniciou, desenvolveu e consolidou, por um milagre de coragem, de valor, de indómita firmeza e de misticismo religioso, a independência de Portugal.
Contudo, sem querer fazer história - que para tal não é o ensejo - cometeria, no meu sentir, grave injustiça e ingratidão, se não recordasse ao menos, na hora que passa, a primeira tentativa histórica da nossa autonomia, levada a efeito pelo esforçado e audaz chefe lusitano, Viriato, precursor famoso das lutas que, 11 séculos mais tarde, tiveram como feliz desfecho a ambicionada independência da Pátria portuguesa.
Foi ele, de facto, quem, 150 anos antes da era de Cristo, levantou pendão contra o domínio de Roma e o manteve em chefe formal durante cerca de 10 anos.
Vilmente assassinado pela torpe traição de lugar-tenentes seus, como sabeis, tão vivo permaneceu, apesar disso, o espírito de independência dos lusitanos, que, embora a luta prosseguisse sob a direcção de chefes estrangeiros mas valorosos, só se apagou a sua resistência ao invasor largos anos mais tarde, esmagada pelo poderio imenso de fortes legiões romanas, chefiadas pelo próprio Júlio César.
Assim eram já, naquela época, os valorosos soldados da nossa terra, antepassados indómitos daqueles que, já

estruturalmente portugueses, haviam de fazer empalidecer em tempos modernos a estrela, até então de vitória, do grande Napoleão Bonaparte!
Decorrem os séculos sobre os séculos, e com esse transcorrer dos tempos, a nossa Península sofre, sobre a invasão romana, sucessivamente as dos bárbaros e as dos árabes. No revolver das lutas furiosas a que ambas deram lugar, nenhum Estado cristão ou mouro logra cristalizar em forma estável e, pelo que respeita à actividade dos lusitanos, ela dilui-se, sem personalidade própria, na actividade geral dos povos peninsulares.
Somente aí pelo ano 715, um émulo de Viriato - Pelayo ou Pelágio - rodeado por um fraco núcleo de companheiros fiéis e decididos - logrou renovar, então com mais feliz êxito, as façanhas do chefe lusitano Viriato nas penedias dos Hermínios, mantendo livre nas alcantiladas, agrestes e inacessíveis serranias das Penhas da Europa, o minúsculo reino das Astúrias.



Pelágio, primeiro rei das Astúrias ("Genealogia dos Reis Portugueses").

Fortes de próprio valor, da audácia dos seus preclaros chefes militares e do arrojo e espírito combativo dos seus vassalos; hábeis no aproveitamento das discórdias intestinas que breve estalaram entre os dominadores árabes; os godos das Astúrias, descendo do seu ninho de águias, iniciaram, através do tempo e do espaço, a série de acontecimentos militares e políticos que constituíram o que na história se ficou designando por: Reconquista.
Aludo a estes factos, porque a formação do Estado português é um episódio dessa formidável e vitoriosa reacção cristã, então desencadeada contra os sarracenos invasores.
Com o alargamento e feliz êxito da Reconquista, novos estados cristãos se foram formando, em constante afluxo e refluxo de fronteiras, mercê da sorte vária das batalhas travadas com o inimigo comum e das consequências políticas das dissidências que, a molde do que sucedera e sucedia entre os mouros, estalaram entre os chefes cristãos, quando não mesmo, entre eles e os seus próprios vassalos.
A insofrida cobiça e a ânsia de poderio de uns e a torva avidez, as cabalas e, não poucas vezes, a traição dos outros, mantinham em estado quase endémico estas lutas fratricidas, que só amainavam quando a intensidade da pressão inimiga obrigava à união contra o perigo comum.
A natureza, a importância e a frequência destes sucessos; o constante choque de interesses; a mistura por vezes inextrincável entre mouros e cristãos que não hesitavam em renegar as próprias crenças, quando os interesses particulares e a ânsia de domínio se sobrepunha ao seu fervor religioso, dão um caracter de marcada e complexa confusão à fisionomia geral, política e militar, da Península, ao despontar o período histórico em que se manifestam os primeiros sintomas da revivescência das aspirações autonomistas dos primitivos portugueses.
Foi, pois, neste quase caótico ambiente, que o futuro reino de Portugal se foi formando e desenvolvendo, lenta, mas seguramente, por uma série de manifestações de actividade militar, política e nacionalista, apenas comparáveis, na sua forma e evolução, aos fenómenos da natureza tectónica que, nos domínios da geologia, se desenrolam durante a constituição cósmica dos mundos novos, até à sua cristalização em formas definitivas.
Tais fenómenos, que nos outros Estados peninsulares se haviam caracterizado como elementos de desagregação e ruína, foram, pelo contrário, para o novo reino em formação, agentes de condensação e coesão progressivas.
É que uma força superior, poderosa, inteligente e decisiva, os orientava e canalizava em um sentido intensamente construtivo.
Essa força foi o talento militar e o tacto político daquele que, mais tarde, foi o primeiro rei de Portugal: D. Afonso Henriques, o Conquistador.
Herdara o jovem Conde de Portugal, essas qualidades, de seus pais: o talento militar, de D. Henrique de Borgonha; o sentido político de D. Teresa. - Dotes intrínsecos de alto valor que o distinguiam fundamentalmente dos seus progenitores, se conjugavam, porém, com esses predicados hereditários: o valor indomável e a audácia ilimitada, temperada por oportuna prudência, no campo militar; o bom senso, a recta visão e arguta previdência

no campo político.
Como chefe militar, D. Afonso Henriques soube aproveitar-se da situação privilegiada em que se encontrava, para dar às operações contra os seus adversários, momentaneamente mais ameaçadores, a feição que na estratégia moderna se designa por manobras por linhas interiores: - assim conseguiu fazer frente a uns e outros, com os meios relativamente escassos de que então dispunha.
No campo político, - aproveitando oportunidades, ganhando adeptos, desagregando o inimigo pela intriga, - fazendo e desfazendo tratados em harmonia com a razão de Estado, isto é, fazendo o que hoje se chama diplomacia, logrou servir maravilhosamente os objectivos militares à custa dos quais ia, principalmente, construindo pedra por pedra, o edifício do novo reino.
A solidez da cimentação progressiva da independência portuguesa deve-se, porém, a um predicado especial - que nenhum dos seus mencionados ascendentes possuía, nem podia possuir: - o amor pátrio!
Como se sabe, D. Henrique de Borgonha era de origem francesa e D. Teresa oriunda de Castela; ambos, pois, estrangeiros em terra portuguesa. A sua actividade militar ou política era accionada, portanto, mais por ambição de poderio de que propriamente por sentimento de patriotismo - com D. Afonso Henriques as circunstâncias eram diferentes. Nado e criado em terra portuguesa, e educado, desde a mais tenra infância, em contacto com o sentir do povo e pelo bom português Egas Moniz que foi seu aio, o seu apego à terra que o havia visto nascer entrou em grande quantia, nas suas concepções político-militares e deu-lhe alma para as levar a bom termo.
D. Teresa, sua mãe, quis talvez ser simplesmente Rainha; D. Afonso Henriques quis ser mais alguma coisa: - Rei de Portugal! o que - no meu conceito - constitui duas modalidades de exercício de soberania totalmente distintas, sob o ponto de vista da sua influência na consolidação das liberdades portuguesas.
Pode-se dizer, portanto, que, na formação do novo reino, influíram tanto as elevadas qualidades militares e políticas de D. Afonso Henriques, como o seu profundo sentimento nacionalista, integrados todos estes factores na intensa fé religiosa que era característica dominante daqueles tempos de intensa luta contra os infiéis.
Seria interessante, - para bem enquadrar e localizar Ourique na evolução dos primeiros alvores da independência portuguesa, analisar - passo a passo - a actividade militar e política do seu fundador, desde que aos 15 anos de idade se armou cavaleiro - a si próprio - na catedral de Zamora, até que, nos campos de Ourique desbaratou as hostes do chefe mouro Esmar.
Levar-me-ia, porém, muito longe tal intento e não interessam fundamentalmente, tais acontecimentos, ao significado do acto a que estamos assistindo. Além disso, eu não quero abusar demasiado da generosa atenção com que se dignam escutar-me, repetindo factos por demais conhecidos, mesmo dos elementarmente versados em assuntos de história pátria.
Anda a jornada de Ourique, primeiro padrão formal do esforço militar português através da história, envolta no mistério e na lenda.
A escassez de documentos da época não permite determinar, com precisão suficiente, nem o local da batalha, nem os efectivos em presença, nem os pormenores da luta. Discutem ainda os eruditos todas estas circunstâncias, aduzindo cópia de argumentos contra ou a favor das teses propostas.
Discussão evidentemente interessante sob o ponto de vista particular da verdade histórica, mas de plano secundário para o fim que neste lugar nos congrega.
Deixai, pois, pairar a lenda sobre este belo feito de armas e poetizá-lo com as suas ingénuas invenções ou exageros! A poesia e a lenda são mais acessíveis à alma simples e crente do Povo e melhor nela gravam a significação simbólica dos factos. A própria e igualmente discutida aparição, ao chefe português, de Cristo crucificado, verdadeira ou não, materializa, com o seu cândido sabor místico, o fervor religioso que foi, indiscutivelmente, um dos factores da vitória alcançada.
Pouco importa agora, portanto, que a peleja fosse travada, nestes campos ou algures; que a grandeza dos efectivos em presença a distinga como batalha formal ou simples *fossado,* que a proporção entre os combatentes mouros e cristãos fosse de 1 para 100 ou qualquer outra; ou que, finalmente, os chefes mouros fossem vários ou um apenas. O positivo, o que tem verdadeiro sentido neste momento é que, como diz Cristóvam Ayres, «Afonso Henriques venceu com uma pequena hoste, um poder maior de sarracenos sob o comando de Esmar em um sítio chamado Ourique». E é incontroverso, também, que foi depois dessa vitória que, pela primeira vez, se adereçou com o título de Rei.
Ourique, milagre de valor militar exaltado pela fé, deve para nós ser mais do que um facto material; pelas circunstâncias que o rodeiam e adornam, eleva-se à categoria de símbolo formosíssimo das virtudes militares da nossa raça nascente, que este padrão materializa com as suas linhas sóbrias e harmónicas, em terra portuguesa tantas vezes regada pelo sangue generoso e nobre dos nossos soldados.
Assinala aqui, como se estivesse algures, não um episódio isolado, mas o alvorecer de Portugal como terra livre e, como seu primeiro marco miliário, o despontar do esplendor das glórias militares em que a nossa história é pródiga.
Esse deve ser o seu verdadeiro significado e isso basta para que o gravemos nos nossos corações de portugueses, como imagem sagrada, das muitas que, mais ou menos, fastosas e rendilhadas em arquitectura, assinalam por terras de Portugal e do seu Império o esplendor da nossa história militar e marítima.

Este, como os outros, atestará através de todos os tempos, à geração presente e às vindouras que, como muito bem disse em Guimarães S. Ex.ª o Sr. Presidente do Conselho e Ministro da Guerra: «A Pátria portuguesa não foi feita de ajustes políticos, criação artificial no tempo pela acção de interesses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a força do braço e do génio».



Representação de D. Afonso Henriques (Museu Arqueológico do Carmo).

Como tal, meus senhores, a nossa Pátria é e será imperecível.

Na manhã do dia que se sucedeu à jornada de Ourique, Portugal existia já! Esse sol que há tantos milhares de anos aquece e fecunda terras, agora já portuguesas, ao erguer-se mais uma vez no horizonte e ao beijar com os seus raios nascentes a bem-dita terra ganha com tamanho esforço e galhardia, para a nova grei, deveria ter como que anunciado a toda a cristandade, por seu maior esplendor e brilho, a aurora de Portugal, tão radiosa como a sua.

Pelo menos, aos portugueses de então, assim deve ter parecido!

Contudo o esforço que havia de firmar a nossa grandeza em alicerces inabaláveis, não havia senão começado. Tarefa imensa, de labor quase sobre-humano, ia desenrolar-se através da história, desde a jornada heroica de Ourique até aos nossos dias.

Nela, meus senhores, a milícia e os marinheiros de Portugal iam ter um papel de destaque.
A evolução do nosso esforço guerreiro levaria muito tempo a contar, mesmo em breve síntese, tão dilatado foi, no tempo e no espaço, o nosso trabalhar, e tão numerosas são as afamadas proezas que o ilustram.
No tempo, dura há oito séculos; no espaço, alargou-se ao Mundo inteiro; nas proezas, é de tamanha grandiosidade e de tão intenso fulgor que, ao celebrá-las, diz o épico cantor dos nossos feitos:

«Que excedem as sonhadas, fabulosas.
«Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro
«E Orlando, ainda que fosse verdadeiro

Mas, como esta solenidade das Comemorações Centenárias é particularmente destinada a exaltar o valor do soldado português, ficaria incompleta a minha alocução, se desse esforço nada mais dissesse, depois de definir Ourique, ainda que seja para lhe marcar, apenas, as mais salientes das suas pedras angulares.
Para ser, porém, breve, tomarei por guia o significado das bandeiras que, arvoradas no alto destes mastros, como outrora e no presente, nas pontas de lanças e topes de baixeis, tremulam triunfalmente ao vento, atestando como egrégios símbolos das nossas grandezas, as épocas heroicas da nossa história.
Vencidas as hostes sarracenas em Ourique, D. Afonso Henriques não se deixa adormecer sobre os louros colhidos. A sua acção militar prossegue com denodo e, depois de Arcos de Valdevez e Trancoso, logra ver definitivamente reconhecida a autonomia portuguesa, pela paz de Zamora, em 1143.
Com o decorrer da primeira dinastia, de que foi o fundador, prossegue ininterrupto o esforço militar português, manifestado sob o duplo aspecto da consolidação da independência adquirida e da ampliação territorial da monarquia nascente.
Reorganizadas as nossas forças militares em moldes novas, a luta prossegue. E, umas vezes sós, outras de parceria com auxiliares estranhos, o infiel adversário comum ou os irmãos de crença connosco desavindos vão sendo dominados por teimosa acção de guerra, entremeada de êxitos e revezes.
O mouro vai recuando! Santarém, Lisboa, e Alcácer, primeiro, o Alentejo, depois, e o Algarve mais tarde,

caem em nosso poder, e, breve, as fronteiras de Portugal pelo Sul atingem também o Oceano. Para dar solidez a estas vitórias ganhas em território nosso, a cooperação de forças portuguesas nos exércitos cristãos da Reconquista, ajuda a esmagar o adversário comum, nos campos de Navas de Tolosa e Salado.
Quase dois séculos de lutas, é o preço dessa consolidação política e ampliação territorial. Um punhado de portugueses, combatendo, sem tréguas, adversários que o assediam por todos os lados, logrou, enfim, realizar o doirado sonho dos seus antepassados.
Não foi, porém, duradoira a pausa feita no batalhar dos portugueses, depois de atingido o seu primeiro objectivo. As consequências políticas da morte de D. Fernando I iam pôr de novo em causa a liberdade adquirida à custa de tanto esforço.
De facto, em 1384, vieram de novo às mãos os reinos cristãos, desavindos por dissensões políticas; mas a decisão do Mestre de Aviz e o talento militar de D. Nuno Alvares Pereira salvam, uma vez mais, a independência da nossa Terra em Atoleiros e Aljubarrota.
De vitória em vitória, a autonomia de Portugal é novamente argamassada com o sangue derramado e a valentia prodigalizada pelos seus soldados, durante um quarto de século mais.
Ergue-se, altaneira, no tope do quarto mastro, a bandeira esquartelada pela Cruz de Cristo, proclamando aos quatro ventos, de mãos dadas com a de D. Manuel, a formosíssima epopeia dos descobrimentos e conquistas de Além-Mar, maravilhosa e épica corrida dos heroicos soldados e marinheiros portugueses, através do mundo inteiro.
Três ordens de feitos notáveis ilustram, durante 163 anos, o período de fabulosas façanhas que decorre desde a conquista de Ceuta até Alcácer-Quibir: a conquista de Marrocos, os descobrimentos, e as formidáveis e épicas lutas que acompanharam a formação elo nosso Grande Império da Índia.
Ceuta, Tanger, Arzila, Azamor, nas conquistas em Marrocos; as primeiras proezas dos nossos navegadores impulsionados por Sagres, a passagem do Cabo das Tormentas, a abertura da rota da Índia e a revelação das Terras de Santa Cruz nos descobrimentos; Cananor, Cochim, Ormuz, Diu, Goa, Malaca e Ceilão, nas conquistas do Oriente: são desses feitos pedras angulares daquelas cuja definição me propus fazer.
A estes episódios famosos, se ligam os nomes imortais dos Infantes D. Duarte e D. Henrique e os de esforçados Capitães, como: D. Duarte de Menezes, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida e D. João de Castro: e proclamo só estes, porque todos não posso mencionar aqui!
Tão grandiosa é esta epopeia de lutas com os homens e os elementos, que, para ser possível, como o foi, era necessário que cada português valesse por cem. E assim era de facto!
Em Cochim, por exemplo 144 portugueses apenas, assistidos somente de escassos auxiliares, desbarataram os 50.000 naires do pérfido Samorim!!
Há que fazer aqui um interregno, para saudar, a propósito das façanhas antes contadas, a Grande Nação Brasileira que, por intermédio da sua Embaixada Extraordinária, quis associar-se à consagração de glórias que são também suas, porque irmãos somos de sangue e raça.
Com o desaparecimento de D. Sebastião, inicia-se um sombrio período de provações para Portugal; são trevas de meio século, na nossa história. Mas a alma portuguesa não tinha morrido! E logo em 1640 - precisamente há 3 séculos - desperta em desabrochar magnífico, para, em 27 anos de guerra, nos dar de novo independência, com Montijo, Linhas de Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros. Portugal, qual nova *Foenix*, ressurgia das próprias cinzas.



Representação da Batalha de Montes Claros (Palácio dos Marqueses de Fronteira).

Entramos, depois destes sucessos, em uma fase de relativa calma, em que apenas se recorta a alta figura do Marquês das Minas, para, entre 1807 e 1811, na famosa Guerra Peninsular travada contra os veteranos do grande chefe militar que foi Napoleão Bonaparte, assistirmos dentro de Portugal e com o forte auxílio dos nossos seculares aliados, já outrora prestado na conquista de Lisboa, às acções de Vimieiro, Redinha, Foz de Arouce e, acima delas todas, à do Bussaco, que são pontos culminantes dos vários feitos de armas, de que os invasores longínquos saíram escarmentados, e não mais voltaram! É que, os grãos de areia que durante o reconhecimento de 16 de Outubro de 1810 salpicaram Massena, em frente das linhas de Torres Vedras, haviam ferido de morte, lenta, mas segura; as águias imperiais, a que a quase Europa inteira se havia submetido.
Não deveria Napoleão ter-se surpreendido, porém, do seu fracasso! Pela amostra dos 9.000 portugueses que Junot lhe enviara, formando a famosa Legião sob o

comando do Marquês de Alorna, poderia bem ter visto, em Saragoça, Wagram e Smolensko de que têmpera eram estes adversários seus, da extrema Europa Ocidental!
Corramos um véu discreto sobre a actividade militar das lutas políticas internas que vão de 1820 a 1852, não porque nelas faltem acções de relevo e brilho, mas simplesmente porque não é necessário ir buscar, às lutas entre irmãos, argumentos para exaltar, nem a reputação do soldado português nem a grandeza do nosso esforço militar.
Abordamos as últimas fases da nossa já larga epopeia militar: as campanhas de ocupação colonial e da nossa comparticipação na Grande Guerra. São factos dos nossos dias.
As campanhas de Africa, - feitas de episódios muito deles ignorados de nós próprios, - constituem, no conjunto, uma das mais belas páginas da nossa história militar.
Que rosário de sofrimentos, sacrifícios e dedicações elas encerram, e que inigualáveis actos de estoica ou audaz bravura e acrisolado patriotismo as esmaltam!
Marracuene, Coolela, Chaimite, Gaza, Baroé, Bailundo, Cuamato, Dembos, Guiné, Cuanhama e M'Kula, com Caldas Xavier, Galhardo, Mouzinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho, Massano de Amorim, Roçadas, João de Almeida, Teixeira Pinto, Pereira de Eça e tantos outros companheiros de armas seus, são das melhores pérolas finas que se engastam na nossa refulgente coroa de glórias militares.



Soldados portugueses na Batalha de La Lys (1918).

Na Grande Guerra, a nossa acção nos campos brumosos da Flandres, em cavalheiroso cumprimento de obrigações daquela mesma velha aliança já cimentada pelo sangue vertido na Guerra Peninsular, não desmerece, pelo seu valor, das nossas imperecíveis tradições. La Lys tem, nestes fastos, lugar merecido.

Chego, meus Senhores, ao termo da missão que aqui me trouxe.

Faltaria, porém, a inesquecível dever e sincero sentir se, antes de proferir as palavras finais de exortação ao brio, à coragem ao valor e ao patriotismo do soldado português, que tão defeituosamente tentei esboçar, eu não oferecesse o preito da minha muito admiração e respeito, às grandes virtudes cívicas e militares do mais preclaro de todos os soldados de hoje: Sua Ex.ª o Sr. Presidente da República, Chefe Venerando do Estado Português.
Soldados de Portugal!
Ao soltar este brado, eu dirijo-me a todos vós que me escutais porque, se lá fora foi necessária a concepção da Guerra total para fazer soldados todos os cidadãos, aqui, em Portugal, a Guerra foi perpetuamente total, pois ao arrancar do inimigo sempre se opuseram, durante os séculos de história que recordei, os peitos de todos os portugueses dignos desse nome, sem distinção de condição, mester ou credo.
Soldados de Portugal! Sentido!
Levantai, orgulhosos, a vossa cabeça de gigantes, que o sois da história, e rectificai ante o altar sacrossanto da Pátria, personificado, aqui, pelo singelo Padrão de Ourique, o juramento solene que fizestes de a defender até à última gota do vosso sangue, com as armas enquanto as puderdes empunhar; com as unhas e com os dentes, se elas das mãos vos caírem, renovando, se preciso for, de ponta a ponta do Império Português, as trágicas epopeias de Sagunto e Numância.

* Alocução proferida pelo GEN Carlos Maria Pereira dos Santos, no acto da inauguração do Padrão de Ourique, em Castro Verde (1940).



Portugal: um povo de povos *

Ana Lúcia Ferreira **

Um hibridismo cultural permanente está na base do fundamento de uma cultura portuguesa assente na heterogeneidade e inclusão

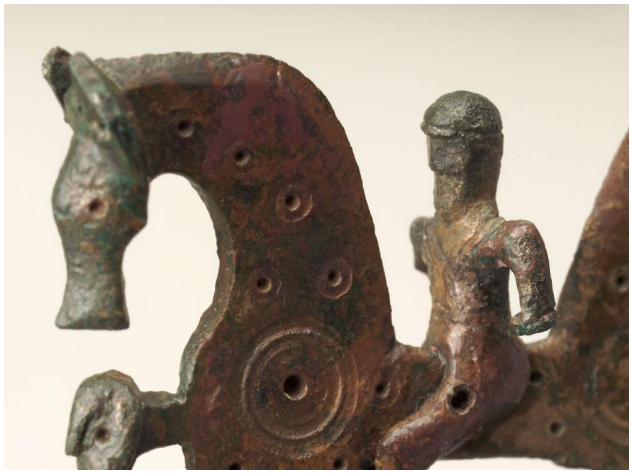
Portugal, um dos países mais antigos do mundo, concede-nos um legado histórico inestimável, sendo motivo de orgulho da nossa formação coletiva. A História, enquanto património da vida dos povos e civilizações, permite ao ser humano enraizamento e vínculo, traduzidos na tomada de consciência da historicidade que o compõe. Esta longa história de Portugal, abarca, ainda, um legado pré-nacional, integrando constantes interpenetrações étnicas e culturais, de povos ancestrais, que estão na origem da Nação e da Língua portuguesas, constituindo, assim, a «paleta identitária» da gesta lusitana.

A paleta identitária

O território correspondente ao nosso país, situado no extremo ocidental da Península Ibérica, apresentando uma situação geográfica peculiar, mantendo um vínculo estreito com o oceano Atlântico, reúne vestígios de diversos povos e civilizações, que o marcaram em épocas antigas, traduzindo-se na idiossincrasia do povo português. Desde tempos pré-históricos, foi habitado pelos Iberos, tribos originárias da região que lhe deram o nome. Por volta do século X a.C., os povos Celtas, originários do centro da Europa, chegaram à Península e miscigenaram-se com a população local, dando origem aos Celtiberos que se dedicavam à agricultura, à caça, ao pastoreio, ao artesanato, trabalhando o ferro, e, no que diz respeito à edificação, usavam lugares fortificados, quer em modo de povoado permanente, quer apenas como refúgios temporários, em caso de perigo de ataque, designados de Castros ou Citânias. O grupo mais relevante de entre os Celtiberos foram os Lusitanos, habitando a região entre o Rio Douro e o Rio Tejo, a denominada Lusitânia pelos autores greco-latinos, que detêm um papel crucial na gesta fundadora do imaginário luso, na oposição épica ao Império Romano. Este povo constitui a base do povoamento ibérico, muito embora lhe tenha sucedido uma multiplicidade de outros povos que deram contributos significativos, do ponto de vista civilizacional, muito em particular os povos da orla do Mediterrâneo, tais como os Fenícios, que introduziram as primeiras formas de escrita – o alfabeto fenício; os Gregos, que contribuíram para cimentar o conceito de moeda; os Cartagineses que, além de terem trazido novas técnicas e costumes, através do comércio ou da conquista, revolucionaram a alimentação, ao partilharem as suas técnicas de conservação de alimentos em sal, entre muitos outros contributos de grande importância e impacte no quotidiano das várias populações.

A romanização, por sua vez, permitiu lançar as bases de uma nova ordem económica social e cultural, sob a forma de um novo modelo de sociedade, complexo, de matriz urbana, tendo perdurado os seus reflexos, de forma significativa, na nossa língua, nas leis e na arquitetura. Aos romanos devemos a numeração com o mesmo nome, o latim, a religião cristã, estradas e pontes, e inúmeras técnicas e práticas agrícolas, como o pousio, a fertilização e a rotação de culturas, sistemas de irrigação, ainda hoje em uso, o que por si só demonstra as suas habilidades e avançados conhecimentos de engenharia.

Os chamados "bárbaros", em particular os Suevos e os Visigodos, apesar de conquistadores, deixaram-se aculturar pelos conquistados, convertendo-se à religião cristã e adotando o latim como língua.



Cavaleiro celtibero

A presença romana na Península Ibérica só foi ultrapassada pelos mouros que com ela ombreiam na influência cultural por nós herdada, em particular na língua, na literatura, na arte, na gastronomia e na ciência, especialmente na medicina. Estes trouxeram consigo a arte cerâmica (azulejos), as árvores de fruto, nomeadamente a laranjeira, as técnicas de rega, das quais se destaca a utilização da nora, a astronomia, através do astrolábio e da bússola, e, no que diz respeito à língua, imensos nomes que ainda hoje perduram, sendo os começados por "al" os mais numerosos, designadamente Algarve, Alvito e Alburitel. De igual forma, muita da toponímia evidencia origem árabe, particularmente no Algarve e nas regiões de Lisboa e Beja, fruto de uma colonização árabe e berbere mais acentuada.

De facto, a romanização, as invasões germânicas, o domínio islâmico mouro, a presença judaica, e as invasões francesas foram a forja que moldou o país que somos hoje. Transportamos, em nós, o ADN de iberos, celtas, suevos, visigodos, vândalos, alanos, fenícios, cartagineses, gregos, romanos, mouros, franceses, bizantinos, judeus, africanos, indianos, e tantos outros que connosco se cruzaram ao longo dos séculos.
Todos os povos, quer invasores, quer comerciantes, quer ocupantes, deixaram, de forma indelével, as suas marcas naquilo que é, hoje, o povo português.



Ruinas da cidade de Conímbriga

Um povo exceção

Hodiernamente, os movimentos migratórios mais significativos, em termos de imigração, deram-se nas últimas três décadas do século XX até ao presente, com a relevante exceção da entrada de grupos ciganos, ainda no século XV. Após 1974, o país tornou-se um recebedor considerável de populações migrantes, como resultado da descolonização das possessões africanas, até aí detidas por Portugal.
Portugal, desde sempre um país aberto ao mundo, tem vindo a receber um número crescente de populações migrantes, oriundas do Brasil, das ex-colónias de África, da Ucrânia e, em geral, de países do leste europeu, além de uma menos relevante diversidade demográfica de outras origens, de entre elas a chinesa, a paquistanesa, a bengalesa, e a indiana, expondo-se à universalidade, enriquecendo a sua matriz identitária. Efetivamente, decorrente dos vários processos de aculturação, verificam-se trocas e reinterpretações entre culturas várias, sendo certo que a cultura, enquanto aquisição humana, não é um dado adquirido e estático, mas sim um processo de evolução contínuo, entrelaçando o antigo e o novo, num processo de fecunda criação daquilo que entendemos ser a identidade portuguesa, na qual a diversidade constitui-se enquanto traço da sua singularidade.
Ainda hoje, dispersos pelo mundo, evidenciamos a identidade e sentido de pertença, procurando o equilíbrio entre a diversidade e a unidade, tal como somos.
Talvez este processo de agregação de culturas diversas, traduzindo um hibridismo cultural permanente, esteja na base do fundamento de uma cultura portuguesa assente na heterogeneidade e inclusão. Um "povo exceção", como lhe chama Manuel Antunes, na sua obra emblemática *Repensar Portugal*, enaltecendo um pequeno grande povo que, apesar da sua pequenez territorial, conseguiu

alcançar tão grande obra.
Na verdade, conhecer o nosso passado, invulgarmente longo e rico, enquanto povo, e ter a capacidade de o exaltar, de forma enraizada, promovendo uma intercompreensão do local e do global, ambos, simultaneamente, unos e diversos, tal como o Homem é, é viver o presente, de forma dilucidada, prospetando os desafios do futuro, no seio desta cultura-mundo, de crescente complexidade, em que vivemos.

---

* Artigo publicado no "Observador", em 26.09.2024.
** Socióloga. Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta



Um herói de dois mundos: D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal*

Paulo Drumond Braga **

Foi imperador do Brasil com o nome de D. Pedro I e rei de Portugal com o de D. Pedro IV. Teve uma vida de quase 36 anos dividida entre os dois lados do Atlântico, sempre ao sabor das conjunturas políticas. Os dois países consideram-no um herói. Mas a verdade é bem outra.

D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, imperador e rei, é uma das figuras mais controversas do século XIX.

Quando nasceu em Queluz, em outubro de 1798, não estava destinado a reinar, já que os pais, os futuros reis D. João VI e D. Carlota Joaquina, tinham um outro varão mais velho, D. António Pio. A morte deste, em 1801, converteu D. Pedro de Alcântara em primogénito do herdeiro da Coroa. Em 1807, aos nove anos, acompanhou a restante família na transferência para o Brasil. Foi um dos momentos mais relevantes da sua vida. Rapidamente se tornou mais brasileiro do que português.

Acontecimentos como a primeira revolução liberal triunfante em Portugal (1820) e o regresso dos pais e irmãos a Lisboa (1821) foram determinantes na vida de D. Pedro. D. João VI deixou-o como regente do Brasil, e o jovem, já casado com Leopoldina, filha do imperador da Áustria, e pai de dois filhos – desse casamento viriam a nascer mais quatro – tornou-se uma peça chave do processo independentista, se bem que, como hoje se defende, não tenha sido o próprio a declarar a independência, em 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, episódio que ele próprio mais tarde estabeleceu como momento fundador do Brasil. Aceitou tornar-se imperador do novo país sul-americano, com o nome de D. Pedro I, tendo sido aclamado no dia em que completou 24 anos e coroado em 1 de dezembro.

Fez então uma escolha clara entre Portugal e o Brasil. O mesmo aconteceu na Primavera de 1826, quando D. João VI morreu. Reconhecido pelas autoridades portuguesas como soberano luso – tornou-se então D. Pedro IV –, outorgou uma Carta Constitucional – que, com avanços e recuos, vigorou durante a maior parte do liberalismo monárquico português – e abdicou na sua filha mais velha, doravante rainha com o nome de D. Maria II. O Brasil receava cair de novo nas mãos de Portugal e D. Pedro escolheu, uma vez mais, a sua pátria de adoção em detrimento da de nascimento. E pouco ou nada fez quando a filha se viu, em 1828, afastada da Coroa lusa pelo tio D. Miguel.
Em 1831, circunstâncias políticas adversas forçaram D. Pedro a abdicar do trono brasileiro e a rumar à Europa, deixando em terras de Vera Cruz o filho mais novo, agora imperador D. Pedro II, e três filhas. Não mais os reveria. Com ele seguiram a segunda mulher, Amélia de Leuchtenberg, de quem viria a ter uma filha, e a primogénita, D. Maria II.

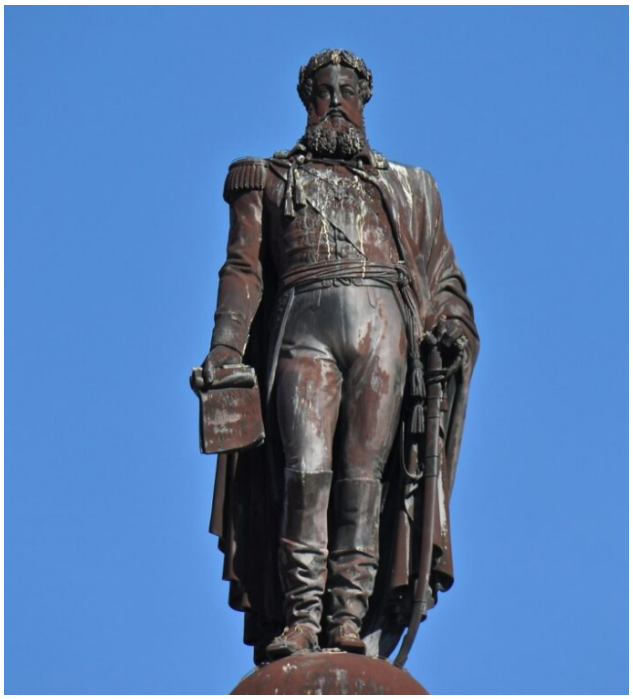
Só quando o Brasil lhe virou costas é que novamente se interessou pelo que passava em Portugal, mas, ainda assim, não da forma que posteriormente veio a surgir na narrativa liberal. Ou seja, longe de se ter empenhado desde logo em recolocar D. Maria II no trono, procurou uma conciliação com D. Miguel, parecendo, ao mesmo tempo, não enjeitar a hipótese de recuperar para si próprio a Coroa a que renunciara em 1826. Só depois de muito pressionado é que se colocou à frente de um exército, atabalhoadamente formado em Inglaterra e em França, para afastar D. Miguel. Em julho de 1832, desembarcou numa praia dos arredores do Porto. Aqui, uma vez mais, a mitologia liberal distorceu a realidade: a praia foi a dos Ladrões, na Arnosa do Pampelido, e não a do Mindelo.



Dom Pedro I - Imperador e defensor perpétuo do Brasil

D. Pedro já não era imperador nem rei, usando o título de duque de Bragança, que, ainda que aparentemente simples, dele fazia chefe da família real lusa. Voltava, passado cerca de um quatro de século de ausência, a tocar solo português. A causa de D. Maria II triunfou em Lisboa, em julho de 1833, mas só em maio do ano seguinte é que D. Miguel se rendeu e rumou ao exílio. A vitória deveu-se menos ao empenho de D. Pedro do que ao dos demais senhores da guerra, os duques de Saldanha e da Terceira, o marquês de Sá da Bandeira e o almirante inglês Charles Napier.
O duque de Bragança assumiu a regência em nome da filha, ainda menor, mas problemas vários de saúde, que o afligiam já há algum tempo – sofria de uma tuberculose ou de uma litíase renal – levaram-no a afastar-se da cena

política. Morreu em 24 de setembro, a poucas semanas de completar 36 anos, no mesmo quarto do palácio de Queluz em que a mãe o dera à luz.
Rapidamente se tornou um herói de dois mundos: Portugal, que o considerou, de forma algo imprecisa, o principal artífice pelo triunfo do Liberalismo, e o Brasil, que evidenciou o seu papel na independência, um pouco como os Estados Unidos da América fizeram com George Washington e vários países sul-americanos com Simon Bolivar.



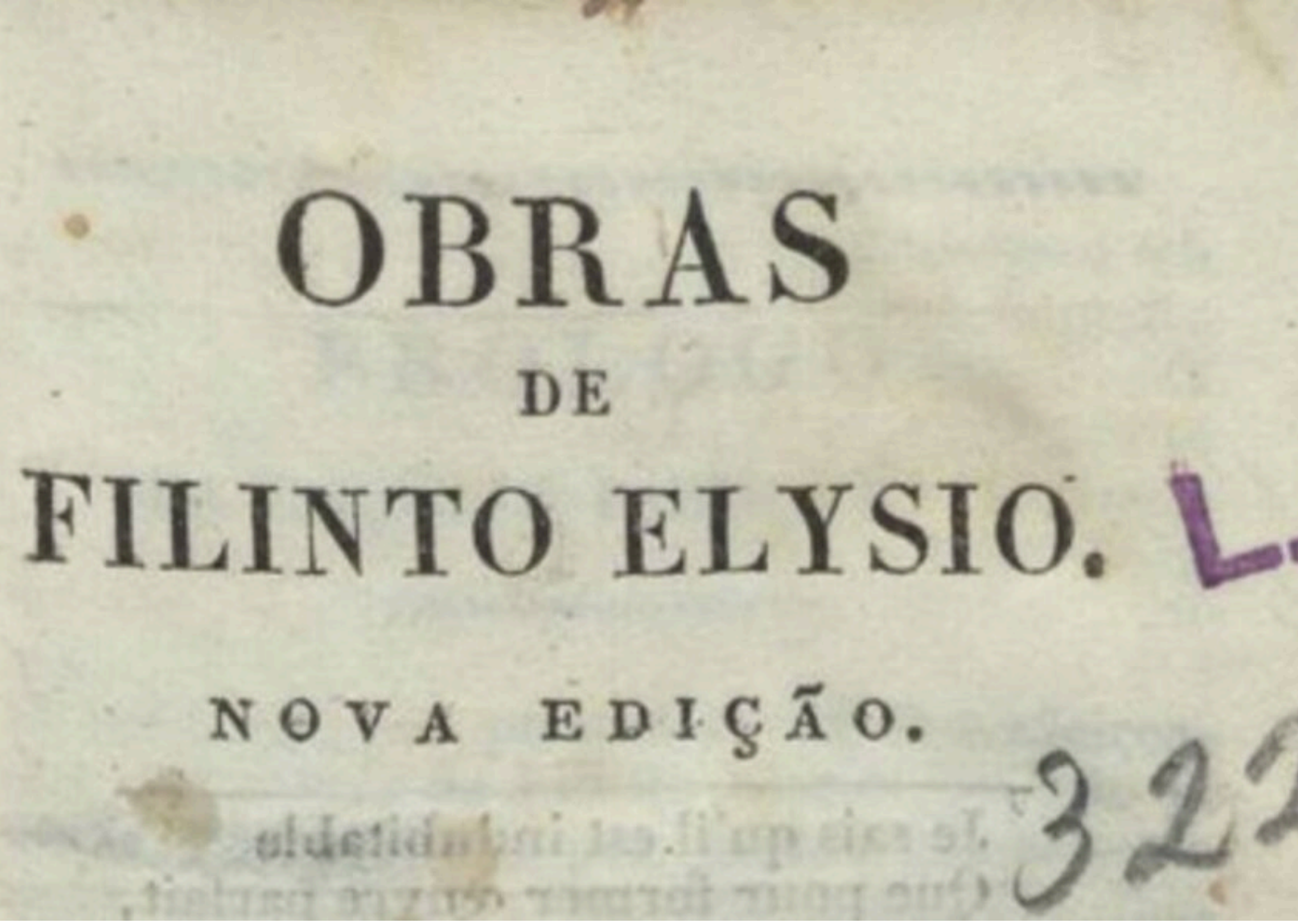
Estátua de D. Pedro IV de Portugal, em Lisboa.

As estátuas que evocam D. Pedro em Lisboa, no Porto e no Rio de Janeiro espelham esse culto prestado nos dois lados do Atlântico. O mesmo se pode dizer a respeito dos respetivos despojos mortais: o coração, que mandou que, depois da sua morte, fosse retirado do corpo e guardado na igreja da Lapa, no Porto, e o cadáver propriamente dito que, tendo sido depositado junto aos dos demais reis portugueses na igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, foi, em 1972, entregue ao Brasil, jazendo desde então num sumptuoso monumento que, no Ipiranga (São Paulo), celebra a independência. Mais recentemente, quando passaram os duzentos anos dos acontecimentos de 1822, de novo os dois países lembraram este homem controverso e tão cheio de contradições e o coração pôde viajar até ao Brasil.
Tendo tido uma vida algo quixotesca, D. Pedro, que provavelmente padecia de hiperatividade, viveu constantemente com as emoções à flor da pele. À sua maneira, amou as duas mulheres que desposou por motivações político-diplomáticas, mas o apelo dos sentidos foi sempre mais forte, empurrando-o para constantes relações extramatrimoniais, a maior parte das quais ocasionais, tirando a exceção da marquesa de Santos. Amou todos os filhos, quer os legítimos, quer os bastardos, e lamentou sinceramente aqueles que teve a infelicidade de perder. De D. Pedro descendem os pretendentes aos tronos derrubados do Brasil e de Portugal e muitas outras individualidades que, à partida, não conotamos com sangue real, como é o caso de Francisco Pinto Balsemão.



Estátua de D. Pedro I do Brasil, no Rio de Janeiro.

* Artigo publicado no Observador, em 19.09.2024.
** Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta



Filinto Elísio: pátria, saudade e língua *

Fernando Torres Moreira **

Empurrado para fora da pátria, escrever na língua materna foi a ferramenta que Filinto Elísio encontrou para materializar o país que o viu nascer em tudo o que representava. Defender a língua materna das marcas de bastardia era defender a pátria.



Gravura de Filinto Elísio, aliás, Francisco Manuel do Nascimento

Filinto Elísio, aliás, Francisco Manuel do Nascimento, conheceu em vida a glória literária mercê de um extenso rol de publicações, nas quais a sua vasta formação e erudição clássicas, a sua admiração por Horácio e pelos poetas portugueses de Quinhentos ressaltam de forma evidente. Cumulativamente, a sua obra, por méritos linguísticos indiscutíveis, foi também uma espécie de cartilha por onde se aprendia a bem falar e escrever português.

Filinto Elísio já quase não é lido, mas, por ter produzido uma obra muito significativamente orientada para a defesa da língua, guindou o país a parâmetros elevados e interessou figuras como Lamartine ou Ferdinand Denis para o conhecimento da cultura, literatura e língua portuguesas. O seu afastamento compulsivo de Portugal, a recusa em tornar-se num assimilado cultural e uma postura mental que sempre rejeitou o exílio e teimosamente "vivia" no seu país, fizeram com que Francisco Manuel, pela língua que tanto amou, se tornasse um dos mais representativos corifeus da saudade portuguesa. Face ao *aggiornamento* que atualmente a Europa conhece e à mundialização que os meios tecnológicos permitem, a luta deste poeta surge coberta de uma nova atualidade: a importância da língua e cultura na afirmação de um país.

Os clássicos greco-latinos e os escritores de Quinhentos - Camões, Barros, Ferreira, Lucena, etc. – foram por ele investidos como fiéis depositários da pureza da língua portuguesa, cujo prevalecimento como emblema nacional, após a sua emancipação e sobrevivência ao reinado dos Filipes, se encontrava ameaçado por uma nova vaga: o ciclo da francesia. Acusado pelos críticos contemporâneos de usar nos seus textos "drogas de antigualha", após o afastamento de Portugal, que seria definitivo, o poeta cristalizou a sua luta de forma perene em prol de uma língua pura, sem mácula de qualquer bastardia.

Cabe aqui fazer um reparo: o que começou por ser uma atitude de simples defesa da língua assumiu uma expressão mais lata com a saída da pátria-mãe: à pureza do falar português, Filinto associou a saudade da própria língua, que ouvia falar cada vez mais raramente e da qual circunstâncias do destino lhe foram retirando os suportes escritos de sua propriedade, e também a saudade de um país, de uma pátria, tomada metonimicamente como língua.

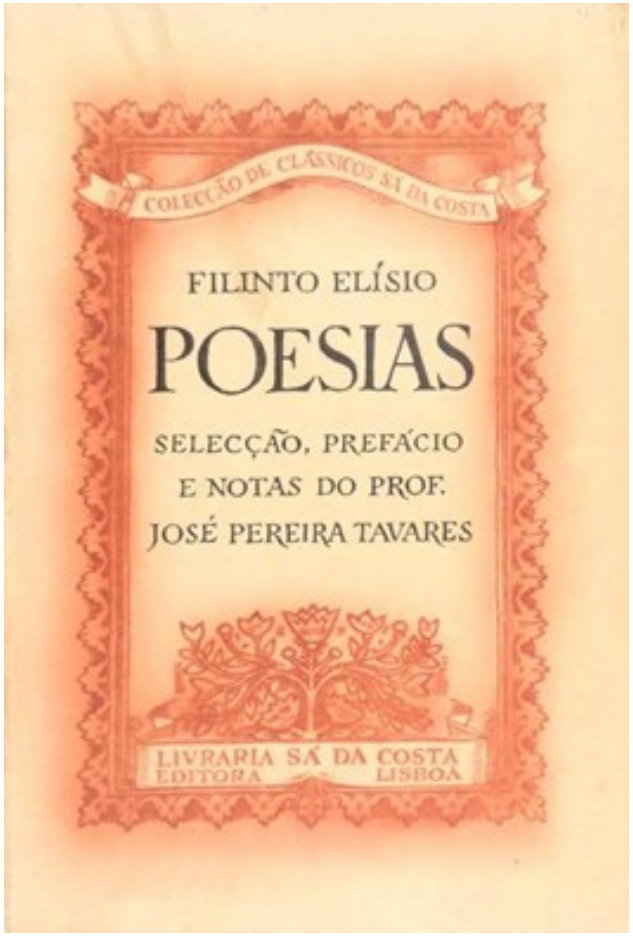
Num processo que encontra paralelismo em Camões, que aliás o próprio não enjeita, Filinto viveu e sentiu, no exílio, uma confusão de Babel e ansiava reiteradamente por uma Sião – pátria e língua – vivida nos seus primeiros 44 anos de vida. A luta pela verdadeira língua portuguesa consumou-se por um "verdadeiro furor vernáculo", como afirmou Carlos Olavo, e a sua vivência em terra estranha, de uma pátria saudosa, vai ser expressão desse paraíso de heróis e bem-aventurados, a Elísia da qual tomou o nome.

No exílio, o autor elegeu como forma de compensar a ausência física do solo pátrio a recordação e consequente registo escrito da lembrança do português genuíno ouvido na sua infância às gentes do povo.

Simultaneamente, usa esta recordação como arma de arremesso contra os francesismos invasores de uma língua que, em tempos, conquistou o mundo. Se lhe faltavam palavras, lá estavam os clássicos latinos ou os escritores de Quinhentos nos quais encontrava, respetivamente, quer o vocábulo necessário, quer o reavivar de termos e expressões entretanto caídas em desuso. Não se infira daqui que Filinto entendia a língua como algo imutável; ao contrário, já que a criação de termos novos também fazia parte da sua estratégia de defesa da língua; simplesmente o latim era o laboratório de onde surgiam os neologismos e, numa impossibilidade erudita, usava como elemento norteador a autoridade linguística do povo. Era mais uma forma de enriquecer a língua que, como os outros, lhe trazia vitalidade e prestígio.

O poeta, desterrado da pátria, sente-lhe a ausência, porque cada vez mais raramente a língua portuguesa lhe soa aos ouvidos e os contactos com portugueses se vão tornando menos frequentes - o exílio tornava-se demasiado longo, apesar de, como afirmou Almeida Garrett, estar lá "com os olhos postos na pátria" ... As muitas traduções que fez talvez fossem (para além das óbvias necessidades de ordem económica) uma forma de presentificar essa língua, de a "ouvir falar", de a ler, escrevendo-a. Nunca, como se apontou, Francisco

Manuel perdera de vista, no exílio, a terra onde nascera e onde sempre quis viver. O entusiasmo, quase religioso, com que se entregou à restauração e enriquecimento da língua portuguesa indicia a omnipresença da pátria, as saudades que o dilaceravam e as, cada vez menos ténues, esperanças de regresso. A paixão de Filinto pela língua materna confundia-se com o seu amor por Portugal e a luta movida contra os galicismos ("estrangeirismos desnecessários e absurdos", segundo Lopes de Mendonça) é prova definitiva disso.



Capa de um dos muitos livros de Filinto Elísio.

Mas de que pátria tinha Filinto saudades? Que pátria lhe merecia labor em prol da língua? Conta Carlos Olavo que, no exílio, o espírito de Filinto se entranhara com os problemas da liberdade. Os acontecimentos por si vividos em França alimentaram-lhe a ilusão de ver transpostos para a sua pátria os bons princípios da Revolução, com a liberdade à cabeça. Filinto desejava "Ver na Pátria, que maus hoje assoberbam / Com ignorante orgulho / Suceder a Justiça à Tirania".
Saudades da pátria sim, mas de uma pátria onde pudesse viver em liberdade, deleite de que apenas pôde gozar em terra estranha. Por isso, o discurso de Filinto surge recheado de termos que remetem, incontornavelmente, para um ambiente de liberdade, e será o uso deste vocabulário que fará dele um denunciador constante do fanatismo, da opressão, da tirania em que o país vivia. A sua poesia será veículo de denúncia dessa Elísia ultrajada para a qual, politicamente, propunha novos rumos.
Os quase quarenta e um anos de exílio vividos por Francisco Manuel do Nascimento, na sua maioria em situação de miséria, fome e humilhação, foram também um período temporal de expressão de uma saudade da pátria manifestada, em especial, por uma luta contínua em prol da língua portuguesa, à qual a ausência de meios, longe de afrouxar, antes estimulou a coragem de um lutador que merece encómios pela exemplar lusitanidade de todo o conjunto da sua obra literária, traduções incluídas. Escrever foi para Filinto, nos tempos de maior dificuldade, um lenitivo, uma forma de sustento, um processo de exteriorização da saudade. Empurrado para fora da pátria, escrever na língua materna foi a ferramenta que encontrou para materializar o país que o viu nascer em tudo o que ele representava. Defender a língua materna das marcas de bastardia era defender a pátria: "Amor da Pátria, e desejos de que se não escureça inteiramente a glória, que nos granjearam entre as nações estranhas os bons Autores do nosso bom século literário, e não outro algum motivo, me incitaram a destruir (se me é possível) com as armas do ridículo, a seita do francesismo, que tanto desonra a clássica linguagem portuguesa. (...) amantes do bom Camões (...) derrotai-me esse exército ingrato, que se rebela contra a Pátria, e contra os que com as suas doutas penas a ilustraram".
Se Fernando Pessoa pôde dizer "a minha pátria é a língua portuguesa", Francisco Manuel do Nascimento, mais de um século antes, fez da língua uma pátria sempre desejada, porque expressão viva de uma saudade. Talvez melhor que ninguém Filinto tenha vivido a pátria (e na pátria) pelo uso da língua nacional.

---

* Artigo publicado no Observador, em 10.10.2024.
** Professor Catedrático de Cultura Portuguesa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



9 séculos depois... Portugal num capriccio *

Annabela Rita **

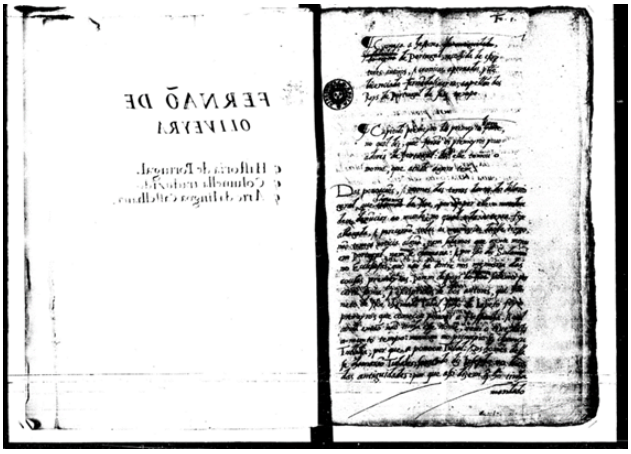
É esta vertigem de "imagens que passam pela retina" nas galerias da História que constitui a imensa e apertada malha de "razão e mistério" de Portugal

Numa altura em que se nos afigura difícil nascer, viver, envelhecer e morrer em Portugal, com as respectivas dificuldades patenteadas nos *media* em geral, e os olhares das novas gerações se fixam hipnoticamente na vida lá fora, desejando-a, o que é "ser-se português" (não falo da "Arte de Ser Português", de Teixeira de Pascoaes)?
A resposta actual bebe nas teorias das "comunidades imaginadas" (Benedict Anderson) e afins, racionalizadoras, dessacralizadoras, assentes em dados "objectivos" e "materiais" comuns promotores de um sentimento de unidade, identidade: a soberania, a história, a língua, o território, os mapas, os museus, o hino, a Constituição... uma construção de séculos analisada em mesa de anatomia.
Ora, com isso, ouvimos estudantes universitários afirmarem que "se sentem mais europeus do que portugueses", demonstrando um conhecimento circunscrito à sua conjuntura. Para eles, "o passado é um país distante" (Sérgio Godinho) e desconhecido.

Se os dados "objectivos" e "materiais" potenciam o desinteresse jovem, quando entramos na tessitura do nosso imaginário tradicional, a magia e o fascínio captam-nos progressivamente e nós, oradores (professores, conferencistas...), tornamo-nos novas Sheerazades: ficam emocionalmente suspensos por esse mundo outro e surpreendente, prodigioso (Joaquim Fernandes), quimérico, ocult(ad)o. Entre ambas as percepções, gera-se o excesso e/ou carência identitária (Eduardo Lourenço) desse "Ser e Representação" (tema de reflexão desde a Filosofia Portuguesa a Miguel Real) em "labirinto da saudade" (Eduardo Lourenço).
Deixo os historiadores e sociólogos ponderarem os dados factuais da longa construção identitária nacional e os mitólogos fazerem uma arqueologia dos seus mitos e lendas. Seja-me permitido um *capriccio* sem Frescobaldi, Paganini ou Tchaikovsky ao fundo, assinalando o modo como o nosso imaginário se conforma e se exprime...

De antes da fundação de Portugal

Tudo começa à saída do mundo mediterrânico, fechado sobre si e a sua história lenta (F. Braudel), mítica e legendariamente embebida. No Promontório Sacro...
Tubal, filho de Jafet, cumprindo directrizes de Noé após o Dilúvio, aportou em Setúbal, que povoou, e foi sepultado no Promontório Sacro (Sagres), cultuado por toda a Tubália, local posteriormente interditado aos homens no *notturno* quotidiano, dedicado a Saturno e demais deidades, mas também a Hércules/Herácles.
Segue-se o rei Luso e a sua descendência e S. Vicente, que os corvos e o rei fundador trarão a Lisboa/Ulisseia, por onde passou Ulisses/Odisseu, que enlaçou Calipso (Santarém), de que resultou Ábidis (peninsular Moisés), e/ou a rainha-serpente Ofiússa, cujo movimento convulso criou as colinas de Lisboa.



Fac-simile dos primeiros fólios da História de Portugal, de Fernão de Oliveira, escrita no século XVI, cuja narrativa começa no Dilúvio e factos imediatamente seguintes.

O prodígio atravessa o território do Portus Cale expandido a rectângulo peninsular num tempo de cruzadas e cavalaria que o embebem de graálica hipótese... sob o adejar das "asas" dos Anjos entrevistados nas batalhas, homenageados com ordem militar-honorífica (de S. Miguel da Ala) e cronísticos. O rei fundador, descendente, quiçá, do Imperador Clarimundo, parente acreditado do prestigiado S. Bernardo, é miraculosamente curado da paralisia das pernas, auspiciosamente autoinvestido cavaleiro, visionariamente investido por Cristo numa missão régia nacional e universalizante e, em simultâneo, "alçado rei" pelo seu exército, tornando Ourique, o selo pátrio da vitória e da fundação, mas também da expansão marítima...

Sob esse signo, o imaginário nacional embeberá a sua monumentalidade: os Mosteiros de Sta. Maria (Alcobaça) e de Sta. Maria da Vitória (Batalha), de Sta. Cruz (Coimbra) e dos Jerónimos (Lisboa), o Convento de Cristo (Tomar) e o do Buçaco ensaiam uma composição em que se projecta o *chiaroscuro* do jogo de espelhos com *Os Lusíadas* e entre estes, a junqueiria na *Pátria* (1896), *Mensagem* (1934), *Tocata para dois clarins* (1992), *Uma Viagem à Índia* (2010) ... tudo expositivamente sinalizado no "Mundo Português" (1940) e no Portugal dos Pequenitos (Coimbra), com os Painéis de S. Vicente, cindido pelo reflexo dourado entre uma mensagem e uma investidura de missão.
A Estrela dos Reis Magos deslocara-se da oriental Belém para o Tejo, passando pela abóbada da Ínclita e graálica Geração (Batalha) e iluminando a expansão.



Adoração dos Magos, Grão Vasco (Museu Grão Vasco).

Na coreografia do Tejo, combinam-se a aventura e a prece. Almada Negreiros oferece-nos a sua história sinedóquica e simbólica nos painéis da "Nau Catrineta", onde ecoa a popular e recolhida por Garrett, *memento* identitário de despedida e de acolhimento contra a eventual amnésia pela provação oceânica de Letes tingida.
E o Padrão dos Descobrimentos embebe a "Prece" (Fernando Pessoa) comunitária na ascensão dos heróis até à nau, símbolo, também, da existência. Prece acolhida e abraçada na outra margem do Tejo pelo Cristo-Rei, duplo do brasileiro, sinalizando esse cristianismo que insuflou e se inscreveu nas velas das caravelas alçadas por Neptuno no *Planisfério* de Almada, como por D. Manuel I na Carta Marina de Waldseemüller (1516) cavalgando triunfalmente um dos monstros fabulosos que ilustravam a cartografia da época.
Na "balança da Europa" (1830), Portugal reafirma, garrettianamente, a congénita "necessidade absoluta, forçosa, invencível" de ser livre que lhe cinzelou a acção desde a Nova Aliança fundacional, gravada no seu "Evangelho" (Fernão Lopes), retomada na Restauração, pluriartisticamente replicada.
Esse ADN nacional é simbolizado no signo-sinal do dragão no seu brasão inscrito a água em terra (ribeira de Odeleite), lusitano selo identitário (replicado do Cruzeiro de Vila Viçosa ao centro dos brasões no Palácio de Sintra, ao portal dos Jerónimos e à Sociedade Histórica, passando pelo elmo régio dos armoriais e no *tarot* português). E, nesse dragão fabuloso, espreitam as serpe(ente)s aladas sueva e celta e a de Moisés, insinuando a sucessão histórica, a fusão religiosa e a crística identificação nacional na literatura.
É esta vertigem de "imagens que passa[m] pela retina" (Camilo Pessanha) nas galerias da História – parcialmente evocadas por Júlio Dantas na longa convocatória através do Mosteiro da Batalha da sua conferência "Heroísmo" (1923) –, que constitui a imensa e apertada malha de "razão e mistério" de Portugal (António Quadros), *figurações* e *emblemática* de um *ser pátrio*, "S. Portugal em Ser". É ela que identifica, afinal, o "(Des)conhecido" colectivo cujo túmulo se cultua: um Portugal na "balança da Europa" (1830) revisitado garrettianamente (1846), endoidecido de amnésia (Junqueiro), eruditamente consciencializado com António Quadros, emocionadamente psicanalizado por Eduardo Lourenço (1978), cenarizado em viagem de Saramago (1981) e luminosamente "morto" segundo Miguel Real (2008).
É esse "ser português" que devemos reanimar, *reencantar* contra o *Desencantamento do Mundo* (Marcel Gauchet), para sentirmos as mais profundas (des)razões que nos

constituem como comunidade. Porque é ele que nos une, emociona e motiva, entretecendo tempos, espaços e figuras, tornando compreensíveis acções e factos.
Assim devemos entender e assimilar os nexos da patrimonialidade (i)material nacional, vestígios do que fomos, estímulos do que poderemos vir a ser ("do que tem sido e do que ora lhe convém ser na Nova Ordem", segundo Garrett).
E só essa clara noção da anterioridade legitima e potencia, também, a mudança, a transformação. Ou, a não ser assim, subimos para uma "jangada de pedra" em promontório de insuspeitada sacralidade, sem vela nem vento, sem motor nem remos, sem antes nem depois...



Padrão dos Descobrimentos

---

* Artigo publicado no Observador, em 03.10.2024.
** Professora aposentada da Universidade de Lisboa.



Nuno Álvares Pereira. Uma reflexão *

Luís Adão da Fonseca **



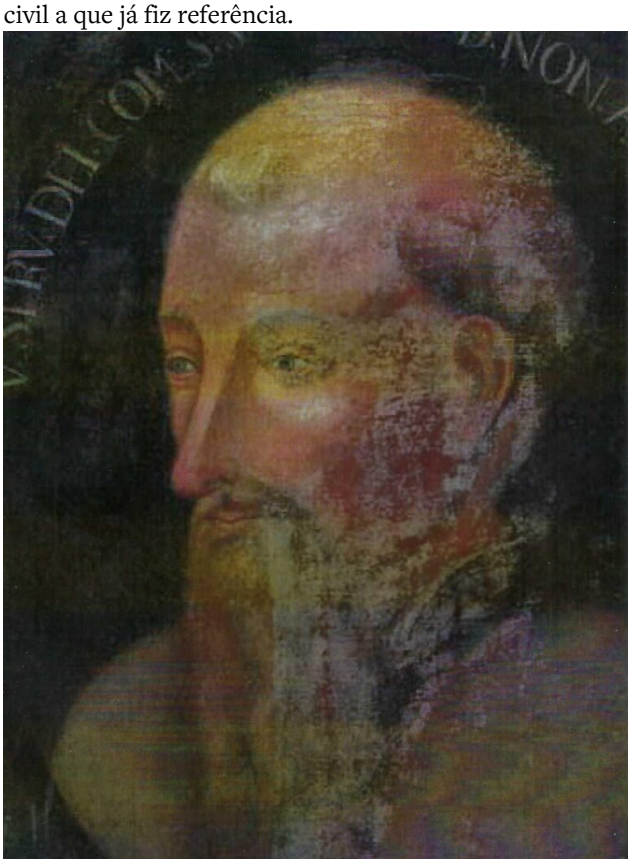
Dom Nuno Álvares Pereira (pormenor)

1

Nuno Álvares Pereira nasce em 24 de Junho de 1360, em lugar ainda não definitivamente esclarecido, sendo Cernache do Bonjardim e a Flor da Rosa as hipóteses mais geralmente aceites. É filho natural do Prior da Ordem do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, e de Iria Gonçalves do Carvalhal, tendo sido, no ano seguinte, em 24 de Julho, legitimado por D. Pedro I. Os tempos em que vive - entre a segunda metade do século XIV e a primeira metade da centúria seguinte - não são fáceis. Na Europa, são anos de graves dificuldades económicas e sociais, de profundas transformações na vida política, de enfrentamentos bélicos quase permanentes (em que sobressai a chamada *Guerra dos Cem Anos*), de desajustamentos culturais e intelectuais, de funestas divisões no campo religioso, materializadas no *Cisma do Ocidente*, com duas sedes apostólicas, em Roma e em Avinhão, digladiando-se pela chefia da Cristandade (1378-1417). Portugal é afectado por tudo isto de forma directa, não sendo poucos os domínios da nossa vida colectiva que não podem ser adequadamente compreendidos sem ter em conta o coevo panorama europeu. Nesta conjuntura, o reino lusitano vive a partir de meados do século XIV um clima de agitação e de guerra endémica. Subido ao trono em 1367, o rei D. Fernando, pressionado pela guerra europeia e pelos seus efeitos directos na Península Ibérica, protagoniza durante anos (1369-1382) sucessivas operações militares de intervenção em Castela, com resultados claramente negativos que deixaram um rasto de dor, desastres e dificuldades. No decorrer da chamada *terceira guerra fernandina*, em Julho de 1381, Portugal é invadido e a armada portuguesa é esmagada em Saltes. Entretanto, Lisboa é cercada pela frota castelhana, primeiro em Novembro de 1381 e depois em Março de 1382. Militar e politicamente derrotado, D. Fernando acaba por aceitar uma solução juridicamente compreensível mas politicamente desastrosa: mediante o tratado de paz de Salvaterra (em Abril de 1383), a sua única filha, D. Beatriz (criança de 10 anos de idade) casa com o rei de Castela João I, homem maduro e já viúvo. Em face da situação internacional, para Portugal, esta situação pode ser vista, a curto prazo, como uma segurança, embora, como é bem conhecido, represente também, a médio prazo, uma perigosa hipoteca. Mas, no momento, o benefício obtido parece justificar o preço. Assim se explica que, no final de 1382, tenha existido no País um certo consenso a favor desta solução: representa a única alternativa capaz de, no momento, oferecer a paz. No entanto, isso não diminui a delicadeza da situação, uma vez que se mantêm as difíceis e perigosas implicações deste acordo. Neste contexto, o monarca D. Fernando morre em Outubro de 1383, sem filhos varões, tendo entregado a regência à viúva, D. Leonor Teles, personagem estranha, de difícil compreensão ainda hoje. Enquanto o país se agita, a rainha, por razões pessoais e políticas, empenhada numa lógica de circunstância, envereda pelo caminho de uma atabalhoada defesa dos direitos da filha, criando as condições que vão dar origem a uma profunda divisão da sociedade portuguesa. Em muito pouco tempo, tais divisões saltam à luz do dia. A oposição à regente, liderada pelas cidades marítimas - com Lisboa à cabeça-, desce às ruas, e os acontecimentos sucedem-se a uma velocidade vertiginosa. O conde de Ourém (amante da rainha e conhecido agente dos interesses estrangeiros) é assassinado (em Dezembro de 1383), o infante D. João, filho de D. Pedro I e de Inês de Castro, refugiado em Castela, aparece como alternativa nacional (o que explica a sua imediata prisão no reino vizinho), acabando o Mestre de Avis por encabeçar a oposição a D. Leonor Teles. Este é filho do mesmo rei D. Pedro I e de Teresa Lourenço, e aparece, no início, como representante do meio-irmão e homónimo, o já citado infante D. João, mas, depois, já actua como defensor do reino em nome próprio. Ou seja, em poucos meses alastra por todo o reino um clima de guerra civil. Para recorrer as palavras de FERNÃO LOPES, poder-se-á exclamar: *Oh, que forte coisa e mortal guerra [é] de ver uns portugueses quererem destruir os outros, e aqueles que um ventre gerou e uma terra deu criação desejarem de se matar de vontade e espargir o sangue dos seus divedos e parentes!* Em suma, as principais correntes da opinião e os correspondentes grupos de pressão portugueses dividem-se quanto à atitude a tomar. O partido anglófilo encontra franco apoio entre a burguesia das cidades marítimas. A aristocracia, por sua vez, divide-se: uns aceitam a amizade castelhana, a qual, através do casamento de D. Beatriz com João I de Castela, encerra duvidosas garantias para a nossa independência; outros defendem o recurso a uma solução nacional, concretizada na defesa da sucessão na linhagem de Inês de Castro.

No entanto, subjacentes a ambas as opções nobiliárquicas, existem factores comuns que importa ter em consideração: são os valores cavalheirescos do código de honra tantas vezes aludidos na bibliografia, são os condicionalismos derivados do relacionamento interno das famílias aristocráticas, e relativos tanto aos problemas sucessórios como aos aspectos militares, e são determinados interesses de tipo económico de carácter multiforme, como é o caso daqueles que estão relacionados com a interpenetração económica do interior português com o território castelhano. É mesmo possível que, para a alta nobreza portuguesa, a

organização castelhana tenha eventualmente aparecido como um modelo atractivo a imitar. São aspectos insuficientemente conhecidos, e que importaria estudar com maior atenção. No meio, actuam elementos desestabilizadores de origem vária; é o caso do grupo de emigrados *emperegilados* (isto é, os emigrantes partidários do rei D. Pedro I de Castela, opostos à dinastia Trastâmara que então governava esse reino) que, controlando alguns lugares chave, se conduzem de forma ambígua, oscilando entre um certo *anglofilismo* e algum *castelhanofilismo* pouco claro. Finalmente, D. Leonor Teles, cada vez mais interessada na defesa de um poder pessoal, age ao sabor das circunstâncias. É evidente, finalmente, que a conjuntura da crise económica e social não é alheia a este ambiente político. Nas suas linhas gerais, é assunto bem conhecido. Como muitas vezes acontece em situações deste tipo, as explicações fáceis que dividem os bandos entre *patriotas* e *traidores* não satisfazem. A gravidade e dimensão dos problemas, as profundas implicações internas e externas das opções em jogo, a interferência de factores múltiplos de ordem social, económico e estratégico, aconselham-nos a ser prudentes nos juízos. Nos anos 80 do século XIV, a Europa Ocidental, em geral, e a Península Ibérica, em particular, enfrentam uma situação delicada em que a ruptura dos equilíbrios entre os poderes tradicionais se expressa na dificuldade em lograr novas articulações políticas e diplomáticas que substituam com êxito as anteriores, que se tinham revelado inoperantes. Por outro lado, como já disse, o debate torna-se ainda mais agreste porque ambas as opções têm directas implicações externas. Assim, sem exagero, pode dizer-se que estão em jogo *diferentes futuros* para a sociedade portuguesa. É essa terrível possibilidade, da qual os protagonistas de ambos os lados têm perfeita consciência, que transforma um difícil problema de sucessão dinástica em embate aberto, gerador da guerra civil a que já fiz referência.



Frei Nuno de Santa Maria (pormenor)

2

É este, em breves palavras, o palco em que o Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira entram em cena. É este o panorama em que o último cresce e se afirma como figura decisiva na evolução dos acontecimentos. Como tem sido apontado, a sua biografia pode ser dividida em três fases, perfeitamente diferenciadas: a sua juventude até à morte do rei D. Fernando, em 1383, os anos áureos da crise dinástica e da guerra com Castela até 1401 e, finalmente, o período caracterizado por um crescente alheamento da vida mundana e pela preponderância dos interesses religiosos. A primeira fase apresenta-nos um percurso, em linhas gerais, muito próximo do que é comum num cavaleiro nobre do seu tempo. Em 1373, é admitido na corte de D. Fernando e armado cavaleiro por D. Leonor Teles, casando muito jovem e, segundo parece, por pressão familiar, com D. Leonor Alvim (em 15 de Agosto de 1376). Este facto, referido na crónica em termos simplistas, pode ter tido um significado mais profundo. Como já se chamou a atenção, há uma antiga ligação da rainha ao pai de Nuno Álvares e, através dele, aos seus filhos. Por outro lado, importa não esquecer que a mãe do futuro Condestável é muito próxima de D. Leonor Teles. Assim, neste ano de 1376, em Maio, Nuno Álvares recebe a primeira doação por parte do rei D. Fernando. Do seu casamento, nascem três filhos: dois rapazes, que morrem ao nascer, e uma filha, de nome Beatriz. Esta virá a casar, em 1401, com D. Afonso, filho bastardo de D. João I. São ainda de assinalar as primeiras participações militares de Nuno Álvares no decorrer das guerras fernandinas com Castela: está na vanguarda do exército português que, em Julho de 1381, em Elvas, responde às incursões castelhanas no Alentejo, mas não chega a entrar em combate; desafia, em Novembro do mesmo ano, o filho do Mestre de Santiago, mas a lide não chega a ter lugar, e protagoniza escaramuças nos arrabaldes da Lisboa cercada. Durante a crise de

1383-1385, quando o reino se divide entre dois bandos, opta, contra a orientação dominante na família, pelo partido do Mestre de Avis, assumindo rapidamente um indiscutível protagonismo tanto no campo militar como no político.



in "Crónica do Condestável de Portugal" Dom Nuno Álvares Pereira

Ainda em vida de D. Fernando, manifesta de forma violenta a sua discordância da solução política encontrada no tratado de Salvaterra (já citado). Em Maio de 1383, durante o banquete, em Elvas, onde se festeja a entrega da infanta portuguesa ao marido, derruba violentamente uma das mesas, abandona o local, e parte para o Minho, para junto da mulher. Lê-se na *Crónica do Condestável* que o monarca castelhano, depois de perguntar pela identidade do protagonista de tão insólita actuação, terá comentado: Quem *tal coisa cometia em tal lugar*[...] *que para mais seria o seu coração*.

É, nesses anos da juventude, destemido. É um jovem que acredita na veracidade dos cavaleiros da Távola Redonda, dizem-nos as fontes. Mas acredita verdadeiramente? Ou afirma-o como forma de contrastar com o ambiente em que vive? Elevar os cavaleiros da Távola Redonda a modelos de comportamento, naquele contexto, não terá sido um modo (um dos modos possíveis, então) de reforçar a sua recusa daquele mundo, antecipando a sua entrada para o Carmo, nessa altura como expressão da sua recusa do mundo? Se assim é, como creio, uma das facetas transversais da biografia de Nuno Álvares terá sido a sua *forma mentis de homem que recusa*. No fundo, convenhamos que é algo que faz parte da condição de cristão.

3

Conta ainda FERNÃO LOPES que terá sido o próprio Nuno Álvares quem, após o falecimento do rei português, e em face da instabilidade política crescente, terá formulado o plano de destruição da supremacia do Conde de Ourém, que estava coligado com a rainha D. Leonor Teles: assassinato do galego e apoio ao Mestre de Avis para encabeçar a reacção. Pessoalmente, custa-me um pouco a admitir esta versão. O futuro Condestável não é ainda figura com peso político suficiente para o fazer: tem apenas 23 anos e os seus créditos militares são ainda escassos.
É possível, no entanto, aceitar que tenha aderido ao plano dos conjurados, sendo, pelas suas ligações familiares, importante no estabelecimento de uma *ponte* com os irmãos (tendo o pai falecido, é então Prior do Hospital o seu irmão Pedro Álvares). Neste sentido, é significativo que, imediatamente, tenha Nuno Álvares procurado o irmão, tentando aliciá-lo, sem êxito.
Regressado a Lisboa, com a revolta a alastrar, a rainha viúva em fuga e o Mestre de Avis aclamado *regedor e defensor do reino*, Nuno Álvares passa a estar no núcleo central da facção que apoia o futuro D. João I. Em 30 de Dezembro de 1383, ocupa o castelo de Lisboa, e, logo após as Cortes de Coimbra aclamarem o Mestre de Avis como rei de Portugal, é nomeado Condestável do reino e mordomo-mor de D. João I. Na verdade, em toda a crise, não pode ainda ser menorizada a importância política da actuação de Nuno Álvares, manifestada em múltiplas circunstâncias. É o caso da sua presença nas referidas Cortes de Coimbra. Manifestando desde o seu início, em termos de grande radicalidade e veemência, o seu apoio à causa do Mestre, não deixa de constituir um *argumento* intimidatório de algum peso, ao lado dos argumentos políticos e jurídicos apresentados por outros. Com razão MARIA HELENA DA CRUZ COELHO escreve que esta *decisiva mutação do poder político deveu-se à contínua pressão de Nuno Álvares sobre a fidalguia, não poucas vezes com insinuações de possível recurso das armas, e ao muito saber e mestria jurídica e oratória de João das Regras. Dois homens fortes, duas pedras angulares, do Mestre e Rei de Avis, que se completavam*. São bem conhecidos os diferentes episódios desta sua actuação. Protagoniza, desde então, os principais momentos da guerra contra Castela, num desdobrar de iniciativas e confrontos bélicos que seria impossível resumir aqui. Em todos estes momentos, revela-se como excelente chefe militar, corajoso, dotado de permanente sentido do dever, de grande capacidade de decisão e de mobilização, exigente

consigo e com os outros, capaz de intervenções rápidas, inegável capacidade de chefia no campo de batalha. Como escreve FERNÃO LOPES, *no movimento do arraial, ordenando suas batalhas como haviam de ir, queria-se mui temido como senhor, de guisa que nenhum não passasse do que ele mandava, ca de outra guisa tornava*[*-se*] *bravo como leão quando se algum desordenava no regimento que lhe era dado*. Não escrevera antes o mesmo cronista que, entre os seus, *mais haviam os homens reverência que temor*?
Em pouco tempo, o jovem destemido da corte de D. Fernando cresce rapidamente. Como homem, está mais maduro, como militar, está mais confiante, como político, está mais estruturado.
No conjunto de enfrentamentos militares protagonizados por Nuno Álvares nestes anos, Aljubarrota é o *acontecimento-chave*, onde confluem todos os problemas em debate desde anos atrás, onde o futuro do Reino se liberta dos obstáculos que o passado parecia ter tornado inultrapassáveis, onde se abrem possibilidades até então insuspeitáveis. Nesta ordem de ideias, Aljubarrota é acontecimento revelador. Já foi qualificado, na perspectiva da evolução da história castelhana, como *um erro*. Talvez o tenha sido. Mas, na perspectiva da história portuguesa, é um momento decisivo, em que, no *mare magnum* das questões com que se debate a sociedade portuguesa de então, a opção que acaba por sair vencedora tem decisivas implicações para o Reino: condiciona a curto prazo as coordenadas políticas da sua inserção na Europa e na Península, determina o enquadramento dos seus canais de ligação económica externa, define o horizonte da estratégia de fronteira que vai inspirar uma parte significativa da futura política expansionista da monarquia lusitana. Em certa medida, ambas as opções dinásticas (de Beatriz e de João) são portadoras de *possibilidades legitimadoras*. Importa não esquecer que Beatriz era filha de D. Fernando e que João era irmão deste. O problema é outro, resulta de uma outra questão. Para Portugal, cada uma das opções dinásticas implica uma opção estratégica profundamente diferente. Por outras palavras, poder-se-á dizer que havia, no início da Crise de 1383-1385, várias *possibilidades realizáveis*, mas a evolução dos acontecimentos militares conduzirá à *única possibilidade que se torna realidade*. Neste sentido, o desfecho de Aljubarrota (em grande parte por mérito de Nuno Álvares) representa o acontecimento militar que viabiliza a opção política desenhada nas Cortes de Coimbra. Este é o seu significado político. Viúvo desde Janeiro de 1388, não volta a casar. Desfrutando de uma posição de inegável destaque na sociedade portuguesa da época (por exemplo, está, desde 1391, encarregado da educação do Infante D. Afonso, o primogénito de D. João I, que virá a falecer alguns anos mais tarde), reconhecido como um dos mais significativos responsáveis pela vitória de D. João I contra a opção política representada pelo rei de Castela, Nuno Álvares Pereira é objecto de inúmeras doações e benesses que, em pouco tempo, o transformam no homem mais poderoso do reino. Sem as pretender referir todas, destaquem-se a dos condados de Ourém, Arraiolos e Barcelos, assim como do senhorio de inúmeras vilas e terras espalhadas de norte a sul do país. Como aponta o cronista FERNÃO LOPES, ele era *o segundo braço da defensão do reino*, o que terá provocado bastantes incompreensões. Esta circunstância não será alheia aos desentendimentos que surgirão dentro de pouco tempo. Tendo Nuno Álvares sido porta-voz das reivindicações da nobreza nas cortes de Braga que tiveram lugar em finais de 1387, isso não foi bem acolhido pelo rei. Este, depois da generosidade com que nos tempos difíceis presenteara os seus partidários (entre eles o Condestável), decide recuperar parte do património doado, propondo-lhes a respectiva compra. Nuno Álvares reage violentamente. Em finais de 1393, por insistência de João das Regras e de outros conselheiros régios, o problema voltará a ser colocado, tendo o Condestável sido convocado para uma reunião, juntamente com outros membros da aristocracia. Também aqui sem resultados, e o mesmo vai-se repetir nos anos seguintes. Trata-se de uma situação que vai estar na base da ida para Castela de vários membros da nobreza portuguesa, a partir de 1396. Com efeito, apesar de se ter chegado a um acordo, o problema de fundo manter-se-á na medida em que o caminho propugnado pelo rei e pelos seus conselheiros, anunciado já futuras políticas de centralização régia, põe em causa muitos interesses estabelecidos.
Mais tarde, está ainda documentada a sua adesão à política de expansão lusitana em Marrocos. Participa na expedição a Ceuta em 1415 e, em 1425, quando se projecta a expedição de socorro a esta praça africana, manifesta a sua disposição em ir. Mas, para ele, são projectos que já não representam preocupações fundamentais na sua vida.



Convento do Carmo

4

Há anos que o Condestável está orientado por outro tipo de interesses. Desde 1386, manifesta um crescente propósito de promoção da Ordem Carmelita. Fundada por um cruzado calabrês em 1156, reformada em meados do século XIII como ordem mendicante, está presente em Portugal desde a segunda metade desta centúria, instalando-se em Moura, num edifício inicialmente construído pelos cavaleiros do Hospital. A tradição tem considerado ser esta ligação do Condestável à Ordem do Carmo fruto de um voto feito nos campos de batalha (segundo uns, de Aljubarrota, segundo outros, de Valverde).
É possível, mas não há nada que o documente. De qualquer modo, como é sabido, a espiritualidade carmelita caracteriza-se por uma forte componente mariana. Por isso, parece mais sensato admitir que a devoção à Virgem de Nuno Álvares represente um agradecimento por graças e benefícios recebidos. Aliás, são vários os lugares com templos e capelas dedicados à Virgem que ele mandou edificar: Vila Viçosa, Camarate, Sousel, Portel, Monsaraz, Mourão, Évora, Aljubarrota, Estremoz, e Lisboa, onde fundou o Convento do Carmo. Assim, obtidas as respectivas licenças do Papa e do rei, e iniciadas as obras do Carmelo em Lisboa em finais dos anos 80, estando concluída já em 1397 uma parte significativa do convento, Nuno Álvares oferece-o aos Carmelitas de Moura, convento que ele visitava com frequência, durante as suas campanhas no Alentejo. A construção, erguida no chamado monte da Pedreira, só será concluída em 1422. Nesse ano, Nuno Álvares doa vários dos seus bens, distribuindo-os pelos familiares e vai residir para o Carmelo por ele fundado.
No ano seguinte (em 28 de Julho), doa-o à Ordem do Carmo, onde professa em 15 de Agosto do mesmo ano, como simples irmão donato. De acordo com as Constituições do Carmelo, seria um *semi-frater*, ou seja, um "meio frade" que exerce as funções mais humildes do convento, sem mesmo usar hábito (limitando-se a uma túnica e capa de fazenda grossa, castanha escura). Reza a tradição da Ordem que, despojado de todos os bens temporais e vivendo numa minúscula cela que mais parecia de ermitão, multiplicava as penitências, o cuidado dos pobres e dos doentes. Segundo se conta (e não há fundamento para duvidar da sua veracidade), à porta do convento, distribuía esmolas e alimentos cozinhados numa caldeira de cobre que teria servido, para idênticos fins, na hoste do Condestável em Aljubarrota. A ponto de que os pobres, agradecidos, lhe cantavam trovas, como esta: *O grande condestabre / Em o seu mosteiro/ Dá-nos a sua sopa,/ Mais a sua roupa,/ Mais o seu dinheiro*.

5

Morre em 1 de Abril de 1431. Reza a tradição que, em face do infausto acontecimento, se teria queixado D. Duarte *que perdera o seu maior amigo*, e D. João I, seu pai, teria declarado que o Condestável sempre fora *um dos seus olhos*. A data do seu falecimento tem algum significado. Desde que, em 1383, na sequência do falecimento do rei D. Fernando, se abrem as hostilidades com Castela, a despeito de sucessivas tréguas, assinadas em diferentes momentos, nunca foi acordado um verdadeiro tratado de paz entre as duas monarquias. Podem ser apontadas várias explicações de carácter circunstancial para este adiamento (todas elas com maior ou menor fundamento). No entanto, desde que tinha sido assinada a última trégua (em 1411), não se encontra uma razão de peso que o explique. A não ser um facto, a meu ver, fulcral: D. Beatriz, a filha de D. Fernando e D. Leonor Teles, viúva do monarca castelhano João I - e cuja pessoa tinha sido, no fundo, o *ponto de partida* para o conflito -, continua viva, em Tordesillas.
Compreende-se, assim, que Castela não possa assinar um tratado formal de paz; fazê-lo em vida da rainha viúva significaria colocar em causa todo um passado da monarquia castelhana e implicaria abdicar de alguém que, pelo facto de existir, constituiria sempre um importante *argumento* de pressão sobre Portugal. Não sabemos exactamente quando faleceu D. Beatriz, mas as investigações mais recentes apontam para os anos à volta de 1420. Neste contexto, falecida a princesa portuguesa, e sendo então favorável a conjuntura europeia, já nada impede que a paz formal seja acordada. Assinado em Medina dei Campo, em 30 de Outubro de 1431 (será ratificado, pela parte portuguesa, em Almeirim, a 27 de Janeiro de 1432), é um documento fundamental na história das relações diplomáticas entre os dois reinos peninsulares na Baixa Idade Média. Encerra um longo período de hostilidades que remontam aos anos 80 do século XIV e constitui, simultaneamente, um ponto de partida para um novo ciclo no decorrer do qual, porque, entretanto, surgiram novos problemas, surgiu a necessidade de se negociarem e assinarem novos tratados (o de 1479-1480 e o de 1494). Em ambas as situações, o tratado de 1431 funcionou como texto

inspirador. Neste sentido, a circunstância de Nuno Álvares Pereira, figura emblemática na conjuntura difícil que sucede à morte de D. Fernando, ter falecido em 1431 e, neste mesmo ano, ter sido assinado o tratado de paz que formalmente encerra décadas de hostilidades, não deixa de ser interessante. Trata-se, evidentemente, de uma pura coincidência. No entanto, não deixa de ser uma coincidência significativa.



Pormenor do portal da Igreja do Santo Condestável (Lisboa)

6

Tendo vivido muitas, diferentes e contraditórias experiências ao longo da sua vida, todas as fontes são unânimes no acentuarem ter sido ele homem de profunda piedade, que em todo o momento praticou de forma excelsa as virtudes cristãs. Recordando as suas palavras - aquelas que as fontes nos transmitiram, muito provavelmente reorganizando um discurso cujo sentido mais profundo terão certamente mantido -, encontramos um esquema coerentemente assente em poucos mas fundamentais pilares: o sentido da transcendência associado à preocupação pela defesa do rei e do reino (na sua boca, é *a obra de Deus que se quer lembrar do reino de Portugal*, e entendido o reino como *a terra que me criou*), a lealdade aos amigos e companheiros, o espírito militar inspirado na cavalaria típica da Baixa Idade Média (Galaaz e os cavaleiros da Távola Redonda seriam o seu modelo, segundo ele próprio declara). No final da sua vida, acentua-se o desprendimento, o sentido da pobreza. Mas sempre está presente o espírito de oração, a devoção mariana, o sentido da renúncia, da castidade e da família. Encontramos nas crónicas de FERNÃO LOPES abundantes exemplos destas qualidades. Sendo impossível referi-las todas no espaço limitado deste texto, limito-me a indicar apenas dois. Em Abril de 1384, perto da vila de Fronteira, esperando o avanço castelhano, no que seria a vitória dos Atoleiros, Nuno Álvares proclama aos seus, pedindo-lhe que, na refrega que se aproxima, se lembrem de quatro coisas: *A primeira, que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria, Sua Mãe, que os quisesse ajudar contra seus inimigos, pois que justa querela tinham contra eles, e que tivessem firme fé que assim havia de ser. A segunda, como vinham ali por defender a si e suas casas e bens, e se tirarem da sujeição em que os el-rei de Castela queria pôr contra razão e direito. A terceira, como eram ali por servir seu senhor e alcançar grande honra que a Deus prazeria de lhe dar muito cedo. A quarta, que firmassem em seus entendimentos de sofrer todo trabalho e porfiar na peleja, não uma hora, mas um dia se mester fosse.* No ano seguinte, nas vésperas de Aljubarrota, numa reunião que teve lugar em Abrantes, quando D. João I parece ceder à opinião de alguns que, perante a diferença de tamanho dos dois exércitos, defendiam o adiamento do embate, declara em termos brutais não estar disposto a ceder:[lsto] *disse a el-rei meu*

senhor que aqui está, quando lhe em Guimarães primeiramente veio recado que el-rei de Castela queria entrar no reino. E neste acordo ficámos então, e sempre lhe tal desejo senti, mas se [*o*] *vós agora mudais de seu propósito bom e vos ele quer seguir vontade, pode fazer o que sua mercê for, mas nunca me entendo mudar do meu; e daqui em diante fazei como quiserdes, porque eu não cuido em vos nisso mais de falar*.

Expressão de tudo isto é o seu estandarte. FERNÃO LOPES descreve-o assim: com o campo branco e uma cruz vermelha no meio, ficava dividido em quatro quartos; em cima, de um lado, está a imagem de Cristo crucificado, com a Virgem e S. João; no outro lado, a Virgem com o seu Filho ao colo; nos dois quartos de baixo, no primeiro, S. Jorge ajoelhado com as mãos juntas, e, no outro, Santiago na mesma posição.

Ao primeiro olhar, saltam duas realidades; espiritualidade mariana, em cima, e inspiração cavalheiresca, em baixo. Aqui estão, lado a lado, S. Jorge e Santiago. Este é o tradicional patrono da guerra contra o infiel na Península Medieval. Mas aquele, embora conhecido em Portugal desde há tempo, só durante a crise de finais do século XIV será incorporado na cultura portuguesa enquanto símbolo do Reino. A origem é claramente inglesa. No entanto, permito-me acrescentar que, nesta situação, a presença de S. Jorge é um símbolo muito mais complexo. Recordo que, nas Cortes de Coimbra, de 1385, os próprios procuradores declaram que os valores por eles defendidos se pautam pelo modelo inglês: com efeito, a abrir o primeiro capítulo geral, e ao indicarem que tipo de relação deve o rei manter com os seus conselheiros, esclarecem: *porque assim se costuma fazer pelos Reis de Inglaterra, e por isto são louvados em todas as partes do mundo*. Quer dizer, há, a partir de 1385, uma dimensão ideológica na posição dos apoiantes do Mestre de Avis que se traduz numa opção estratégica e diplomática a favor da Inglaterra (que vai conduzir ao tratado de Windsor e ao casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre), e que o Condestável assume em termos simbólicos no seu estandarte.

Terá interesse, a este respeito, recordar que o Papa Bento XVI, no discurso pronunciado em Roma, na cerimónia da canonização que teve lugar em 26 de Abril de 2009, chamou precisamente a atenção para este aspecto. São estas as palavras do Sumo Pontífice: *Sinto-me feliz por apontar à Igreja inteira esta figura exemplar nomeadamente pela presença duma vida de fé e oração em contextos aparentemente pouco favoráveis à mesma, sendo a prova de que em qualquer situação, mesmo de carácter militar e bélico, é possível actuar e realizar os valores e princípios da vida cristã, sobretudo se esta é colocada ao serviço do bem comum e da glória de Deus*.

Temos notícias de uma antiga e continuada devoção popular, de que constituem relevante expressão a crença nos seus milagres, testemunhada em compilações quatrocentistas que os descrevem abundantemente (uma delas relata 221 situações). A este respeito, é interessante assinalar que o primeiro vestígio do seu culto na liturgia data da segunda metade do século XV. A partir de um breviário carmelita que se encontra em Parma, em Itália, e da análise das festas litúrgicas aí assinaladas, foi possível determinar duas circunstâncias interessantes: que terá sido redigido entre 1456 e 1478, e que se trata muito provavelmente de um breviário dos Carmelitas de Lisboa. Ou seja, que a festa de Nuno Álvares Pereira aí assinalada em 1 de Abril (dia do seu falecimento) revela, por um lado, a existência do culto desde muito cedo e, por outro, a sua raiz na Ordem religiosa a que tão fortemente esteve ligado. Com efeito, desde muito cedo, a monarquia portuguesa fez as primeiras diligências no sentido da sua canonização. Reza a tradição que D. Duarte deu ordem que uma lâmpada de prata ardesse permanentemente na campa do Condestável. No sumário que, em data incerta (entre 1432 e 1433) o Infante redigiu para ser pregado o sermão sobre Nuno Álvares, assim como numa carta que o mesmo enviou em Julho de 1437 a Frei Gomes, o abade do mosteiro florentino de Santa Maria, já está perfeitamente claro este propósito. Nesta missiva, o monarca queixa-se de ainda não ter recebido o *desembargo que saiu do canonizamento do Santo Condestabre per que se tire a inquirição que sobre isto se costuma fazer*. E, tanto quanto se sabe através de testemunhos indirectos, idêntica convicção se encontra nas seguintes gerações da família real de Avis.

É especialmente interessante o caso do Infante D. Pedro, irmão de D. Duarte, autor de um breve elogio de Nuno Álvares, onde escreve: *Modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de contemplativos és tu, bem-aventurado Nuno! Tu foste firme e forte em combate, humilde e apiedado na vitória, justo e misericordioso na paz, obediente e devoto no claustro!*.

Posteriormente, foram feitas várias tentativas, renovadas em 1641, 1674, e 1894, mas só em 1917, como resultado das diligências iniciadas em 1914 pelo Patriarca de Lisboa, foi pela Santa Sé reconhecida a antiguidade da devoção à sua pessoa, sendo o decreto de beatificação datado de 15 de Janeiro de 1918. No ano seguinte, foi autorizado o culto público em Portugal. É, aliás, no decorrer do século XX, nomeadamente na primeira metade desta centúria, que tem lugar a crescente presença da figura de Nuno Álvares no espaço público, quer através das numerosas instituições que o tomaram como padroeiro (é o caso da Arma de Infantaria), quer como eco dos movimentos ligados à Cruzada Nacional Nun'Álvares (1918-1938), ou, finalmente, através da atribuição do seu nome com finalidade de identificação institucional ou toponímica. As comemorações do centenário da sua morte, em 1931, e do seu nascimento, em 1960, podem constituir outros exemplos deste fenómeno. Entretanto, já em 18 de Novembro de 1940, o Patriarca de Lisboa solicita ao papa Pio XII a

canonização do Condestável, multiplicando-se a partir de então os textos publicados em Portugal que debatem esta questão. Retomado nestes anos o processo de canonização, agora claramente inspirada a partir da hierarquia eclesiástica, só o seria formalmente a partir de Julho de 2003, com o desfecho positivo em 2008 (em 3 de Julho deste ano, o Vaticano reconhece as virtudes heroicas do Condestável, assim como a sua intervenção numa cura milagrosa). Anunciada a canonização, em 21 de Fevereiro de 2009 pelo Papa Bento XVI, teve esta lugar em Roma no dia 26 de Abril do mesmo ano.

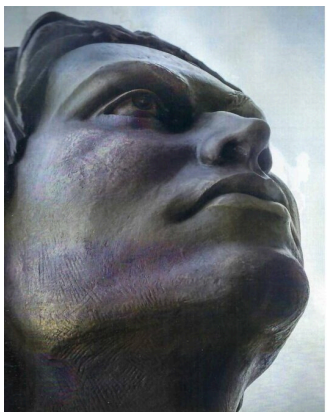


Santo Condestável. Pormenor do Arco da Rua Augusta (Lisboa)

7

Objecto de atenção já no século XV, através de dois textos que são fontes indispensáveis para o conhecimento da sua figura (a *Crónica de D. João I* de FERNÃO LOPES e a *Crónica do Condestabre*, texto anónimo), referido por CAMÕES, que (no canto IV de *Os Lusíadas*) coloca na sua boca palavras reveladoras de grande capacidade de chefia, Nuno Álvares Pereira será no século XVII objecto de crescente atenção, valorizado enquanto topos de uma afirmação autonomista no quadro da dinastia filipina. Para isso terá contribuído a publicação, em 1610, do poema épico de RODRIGUES LOBO, *O Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Neste contexto, a circunstância de Nuno Álvares ser antepassado directo da dinastia Bragança favorece, naturalmente, esta apropriação, frequentemente visível na parenética e em vários textos publicados ao longo do século XVII. Não se pode dizer que, nas duas centúrias seguintes, a figura do Condestável tenha sido de objecto de uma atenção digna de ser assinalada - para além de algumas reedições de textos anteriormente publicados e de alguma obra literária, como *O Alfageme de Santarém* de ALMEIDA GARRETT (publicado em 1841) -. Mas vai ser com *A Vida de Nun'Álvares* de OLIVEIRA MARTINS, dada à estampa em 1893, que o panorama se altera. Texto de grande qualidade literária, é ainda hoje de consulta fundamental; durante décadas, vai influenciar de forma decisiva o retrato dominante do personagem. Deixa, no entanto, no leitor alguma insatisfação por revelar, da parte do autor, uma excessiva retro-projecção da política portuguesa contemporânea. Em carta que lhe dirige em 26 de Abril de 1894, EÇA DE QUEIROZ faz-lhe um grande elogio (*têm sido os Filhos de D. João I e agora o Nun'Álvares que me têm feito patriota*, escreve), mas, de modo pertinente, não deixa de realçar quanto manifesta a experiência pessoal e política do autor no Portugal do século XIX:[...] *haveria a discutir se não lhe meteste na alma muita coisa que é só do nosso século, quase só destes últimos cinquenta ou sessenta anos*. Aliás, numa passagem anterior, tinha comentado: *E aí está o que é um grande historiador chafurdar em Política: insensivelmente transporta para os homens do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens na véspera - e desabafa nas costas dos mortos*. Ao longo do século XX, o Condestável será objecto de atenção frequente por parte de poetas, sendo inúmeros os estudos dedicados à sua pessoa, actuação e espiritualidade, de qualidade e dimensão diversa, assim como trabalhos dispersos onde se abordam questões de pormenor ou complementares. Figura emblemática da história portuguesa no final da Idade Média, Nuno Álvares Pereira é protagonista de muitos dos momentos decisivos daqueles anos. Ligado desde sempre ao rei D. João I e ao seu percurso

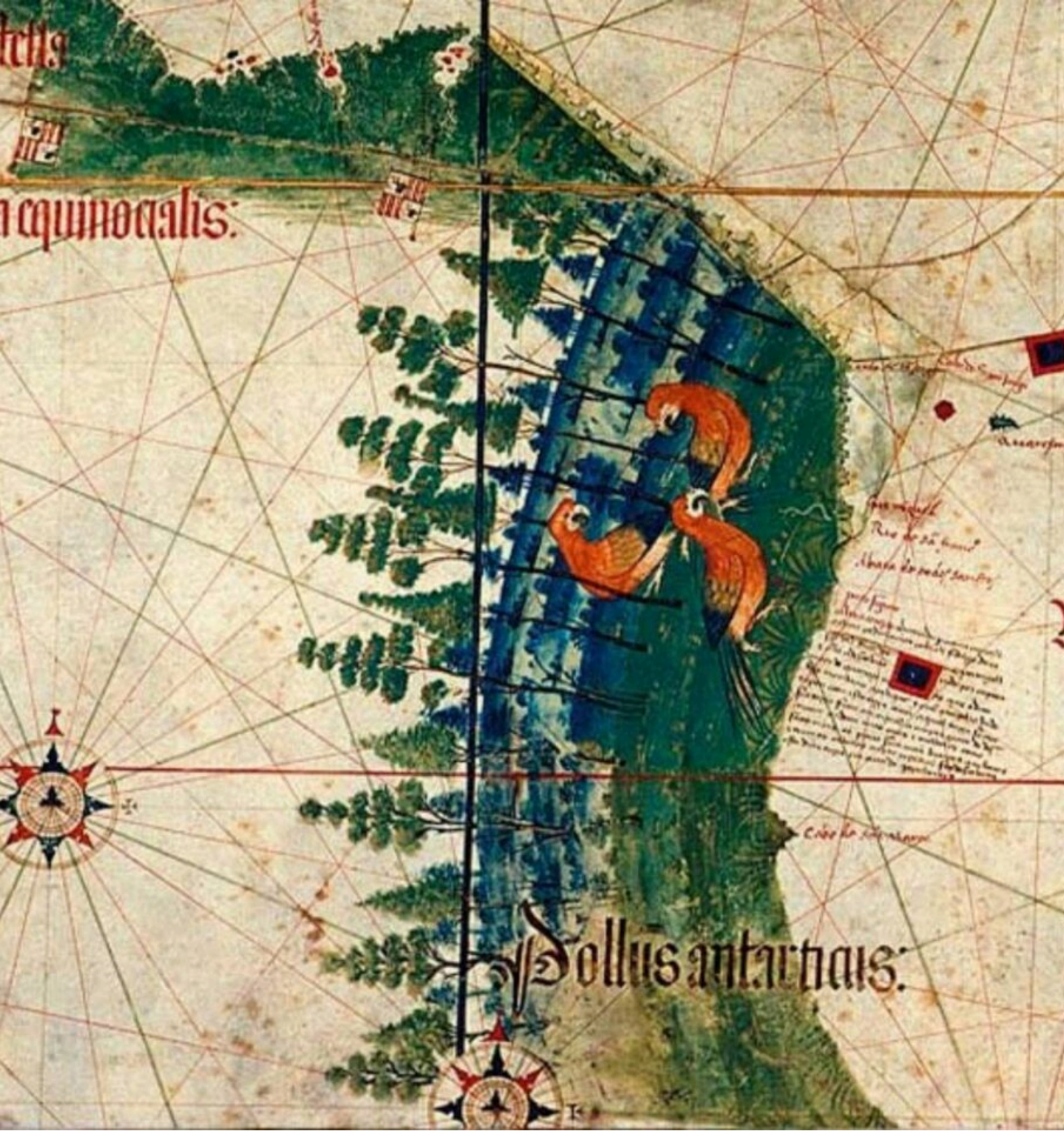
biográfico, constitui uma figura fundamental para a compreensão do seu tempo. Sem ele, muito provavelmente a história de Portugal teria sido diferente. Personalidade muito vincada, desde cedo adquire um carácter exemplar pelo seu percurso de vida, visível tanto nos feitos que lhe são atribuídos como na profunda vivência religiosa que sempre o acompanhou. Recentemente canonizado, adquiriu por isso mesmo uma dimensão universal. Recordando as palavras do papa Bento XVI, atrás citadas, tal se deve aos valores que incarnou: *vida de fé e oração; em qualquer situação, é possível actuar e realizar os valores e princípios da vida cristã*. Foi por estes valores que Nuno Álvares Pereira, filho do prior do Hospital, Condestável de Portugal, protagonista de tempos difíceis, foi santificado.



D. Nuno Álvares Pereira (pormenor)

* Texto e imagens publicados no opúsculo aquando da inauguração da estátua de homenagem a Dom Nuno Álvares Pereira, a 6 de Novembro de 2016, no Jardim Ducla Soares, no topo da Avenida da Torre de Belém.

** Universidade Lusíada do Porto.



A Restauração e o Brasil *

Herlander Alves Machado **

Quis a indulgência e bonomia do Sr. Dr. Álvaro Reis Gomes, ilustre membro da Direcção da Sociedade Histórica da Independência, advogado de mérito e prestigioso director da Escola Comercial de Veiga Beirão, trazer-me aqui, para uma conferência perante este auditório distinto que costuma honrar com a sua presença as realizações desta patriótica instituição.

Tal facto, acarretando-me embora responsabilidades aparentemente insuperáveis, pela carência de tempo disponível que caracteriza os meus dias, estimulou-me a tal ponto, com uma tão irresistível força encorajadora, que não pude deixar de corresponder à gentileza do convite e aqui estou perante Vossas Excelências, afirmando: PRESENTE.

O tema que escolhi é um dos capítulos mais belos e representativos da nossa História Pátria. Falar da Restauração da Independência de Portugal é redobrar os nossos sentimentos patrióticos, encarecer o valor dos nossos antepassados, cair em profunda admiração pelos homens que lutaram e deram realidade aos mais puros ideais do NACIONALISMO.
Não foi triunfo fácil o nosso. A vitória final foi conseguida depois de vinte e oito anos de lutas em que a sorte das armas foi por fim fagueira aos anseios dos melhores portugueses. Mas não foi obtida sem grande dificuldade.
Uma visão superficial pode levar à crença de que o triunfo adveio de forma miraculosa e que este logo ficou a vislumbrar-se depois do famoso acto de excitação em que se atirou com Miguel de Vasconcelos pela janela do Paço. Porém, esse êxito foi conquistado gradualmente, sofreu as vicissitudes da guerra e derivou, afinal, da prevalência dos verdadeiros interesses nacionais.
Lenta e gradualmente, a vitória foi tornando vulto mercê da remoção dos inúmeros obstáculos da condução hábil e firme da diplomacia e dos cuidados postos na organização das hostes militares.
Seria estultícia afirmar que na Restauração não houve aspectos negativos, facetas obscuras, obliteração do entusiasmo dos primeiros tempos. Evidentemente que há aspectos positivos e aspectos negativos. Não podia deixar de ser assim - a menos que ao povo português fosse dado o usufruto das perfeições mais ideais, mais transcendentes. Mas o triunfo da causa nacional assentou na sobreposição dos aspectos positivos, resultando, assim, mais brilhante e significativo, porquanto do exame das dificuldades e da análise imparcial dos desmandos e tergiversações, verificáveis em alguns sectores, deriva uma valorização do patriotismo e da tenacidade dos que conseguiram a, materialização da, desejada, INDEPENDÊNCIA.

A Restauração é acima de tudo um acto de vontade, de vontade férrea - entenda-se - porquanto a nação sentia bem o peso da sua infelicidade progressiva, sofria por tabela os infortúnios que vinham corroendo o poderio da Espanha e não perdera, através desses longos 60 anos de submissão aos Filipes, o sentimento nacional que edificara um passado pleno de gloriosas tradições.
Factores materiais e factores espirituais conjugavam-se para a criação de um ambiente gerador de rebeldia.
De um lado, os ataques sucessivos dirigidos ao nosso património ultramarino pelos inimigos de Espanha tornados inimigos de Portugal. Do outro, os excessos tributários que à nação, depauperada e desiludida, eram impostos por exigência das lutas que exauriam o erário régio de Espanha.
Ciosa da Independência, das prorrogativas e reivindicações que lhe haviam sido prometidas nas Cortes de Tomar, a nação sente o ulular das vozes de um patriotismo que não fenecera, que no mais íntimo de si própria sempre havia sabido guardar e ao desespero segue-se a reacção voluntariosa que tudo vence, que tudo derruba de quanto se opõe à força portentosa do seu querer.

Os homens que empreenderam o movimento restauracionista estavam dispostos a empregar todos os meios para a consecução da independência. Porém, sendo o Duque de Bragança o esteio das suas esperanças, não admira que desde cedo se apodere deles um desanimo desorientado pela esquiva de D. João aos apelos que secretamente lhe eram dirigidos.
Em aparência «observava-se que o Duque não descobria outra inclinação mais que o exercício da caça, que nas alterações de Évora não só desprezava as ofertas que repetidamente lhe fizeram os povos, persuadindo-o muitos da nobreza que aceitasse». (Conde da Ericeira - História de Portugal Restaurado).



Capa da obra "D. Duarte de Bragança" de Rocha Martins, da colecção "Heroes, Santos e Mártires da Pátria"

Por estas razões, os conspiradores quase se desorientavam. Onde só havia prudência e cálculo, onde

só existia uma consciência do perigo e uma preocupação de evitar acções precipitadas, os exaltados e ferverosos patriotas da conjura «começaram todos - segundo as próprias palavras do Conde da Ericeira - a discorrer sobre o remédio de tantos males como o reino padecia, e a queixarem-se do Duque de Bragança, que era a causa de tanta ruína, não querendo aceitar a coroa que lhe ofereciam» (idem, obra citada).

Perante a recusa do Duque pensam os conjurados em convidar seu irmão - D. Duarte «composto de excelentes virtudes em quem reconheciam espíritos militares que abraçam facilmente empresas dificultosas». (Obra citada).

Também D. Duarte deixa os conjurados perplexos e quando estes lhe pediam para não sair do País, em 1638, nem por isso ele deixou de partir para o centro da Europa onde continuou a praticar grandes feitos ao serviço de Francisco II e de Fernando III. E afinal para não mais poder regressar à Pátria.

Entretanto os conjurados, porque o seu animo era forte, encaram a formação de uma REPÚBLICA «trazendo por exemplo Veneza, Génova, e Holanda, onde sendo as utilidades comuns e os ricos iguais - são as próprias palavras de Ericeira - se conservava a união incontrastável». (Obra citada)

Judicioso e convicto, logo o autor da História de Portugal Restaurado diz que então se considerou «a diferença, das nações e o defeito que os portugueses padecem na dificuldade da união, sentindo ordinariamente mais que a desgraça própria a fortuna alheia - desconcerto que totalmente, destrói todos os fins de uma república». (Obra citada)

Neste passo transcrito, o Conde da Ericeira denuncia uma consciência exacta de que *nesse momento* era bem verdade ser a solução monárquica a solução nacional.

Nestas delongas ia crescendo a desorientação dos conjurados, chegando o próprio João Pinto Ribeiro a propor que se aclamasse o Duque sem seu consentimento «porque vendo-se metido no empenho, antes havia de querer ser Rei do que vassalo suspeitoso». (Obra citada)

O certo é que o Duque de Bragança não se movia da sua atitude prudente apesar de repetidas vezes solicitado, desde a revolta do Manuelinho de Évora. Direta ou indirecta, a própria missão do Embaixador de França, Sain Pé, em 1638, não lograra conduzir o Duque à atitude por que ansiavam os conspiradores. E, no entanto, Luís XIV fazia valiosos prometimentos militares e instruira o seu em baixa dor para que mostrasse aos portugueses «em seguida, a sinceridade da França, tão grande para os portugueses, que, se eles quiserem libertar-se do domínio da Espanha, ela nada mais pretende que a glória dos socorrer». (Roma du Bocage - Subsídios para a História das Relações Exteriores de Portugal)

Estamos em 1640 quando a Junta dos Nobres resolve apelar de novo para o Duque de Bragança. Sabia-se bem que o momento era oportuno «porque, ainda que a empresa era grande, parece que a facilitava a guerra de França e as revoluções da Catalunha, repartindo-se de sorte o poder dos castelhanos que seria fácil desbaratar o que trouxessem à oposição do intento proposto». (Hist. Port. Rest.)

O Duque vai finalmente tomar a atitude decisiva dando prova eloquente do seu patriotismo verdadeiro quando o seu secretário António Pais Vieira lhe pergunta se ele, Duque, «se acaso os portugueses formassem república» tomaria o partido do rei Espanhol ou o de Portugal. Então o Duque de Bragança afirma categoricamente «que sempre estivera deliberado a se não apartar do comum consentimento do reino e qualquer perigo a que se arriscasse por defesa da Pátria teria por muito suave. (Hist. Port. Rest., 1.º vol., pág. 110)

A decisão do Duque não podia, pois, ser diferente da que então depois se verificou. «Se pela pátria se resolvia a arriscar a vida sendo vassalo de uma República, quanto mais glorioso e quanto mais conveniente era empenhá-la sendo Rei de um reino que lhe pertencia». (Hist. Port. Restaurado)

E a partir desse momento, D. João de Bragança não é já o hesitante que fizera amargurar o fervor dos conjurados. Vemo-lo decidido mesmo quando à última hora os conspiradores se arreceiam e vacilam. Nesse momento o Duque mostra a força do seu querer, a constância da sua decisão, a confiança consciente no triunfo da sua causa, a temeridade de que parecera não ser capaz.

Não me parece haver fortes motivos para negar que o Duque de Bragança se decidiu à Empresa no momento oportuno, garantindo assim o êxito verificado. De contrário, certamente se teria comprometido o triunfo, por precipitação, por gesto irreflectido ou por menos clarividência.

Não defendemos um condicionalismo na História, pois sabemos quão problemática é a inclusão da palavra SE em qualquer estudo histórico. Mas não podemos deixar de pensar por vezes no que sucederia se o Duque se tivesse decidido logo após o Manuelinho de Évora, quando as primeiras sondagens lhe foram feitas. Não entrarei em conjecturas arquitectando um edifício sem solidez. Mas penso, de mim para mim, que D. João de Bragança agiu no momento oportuno, depois de ter quedado um pouco as desconfianças que pudessem surgir em Espanha sobre a sua fidelidade de vassalo.

Talvez que a própria nomeação do Duque para general das Armas do Reino tivesse um duplo objectivo para os espanhóis: fazer com que os portugueses vissem em D. João um servidor de D. Filipe III em quem o monarca espanhol tinha toda a confiança - o que equivaleria à desconfiança dos portugueses - e dar-lhe uma oportunidade (certamente condicionado) para num acto precipitado utilizar as forças cujo comando lhe era entregue. Não podemos afirmar, no entanto, que assim tivesse sido, pois tal conjectura carece de provas que não

sejam a simples insinuação do Conde da Ericeira.
Decerto sabemos que D. João continuou agindo inteligentemente nestas circunstâncias, sem se pronunciar, enquanto «sondava os corações de todos sem se declarar com algum deles», (in História de Portugal Restaurado)
No desempenho das funções de Governador das Armas em que o Duque é investido, por ser previsto - segundo se disse - um ataque da armada francesa a Portugal, veio D. João a Lisboa para visitar a Duquesa de Mântua.
Aparentemente, pois, a fidelidade do Duque de Bragança era perfeita.
Em Junho de 1640, a revolta da Catalunha veio trazer novos rumos ao andamento da conjuração portuguesa, não tardando que o Conde Duque de Olivares viesse a enveredar por um caminho que mais acirrou o ânimo dos portugueses.
Novos impostos sobre a nação foram encarados e, como se tal não chegara, decidiu-se desviar para a Catalunha algumas tropas portuguesas.
Esta medida, contrária sem dúvida ao que fora capitulado nas cortes de Tomar, tinha uma dupla vantagem para a Espanha: Diminuir a vitalidade bélica de Portugal e reforçar o poderio de Espanha contra a Catalunha rebelada.
Os impostos projectados eram outro motivo de reacção por parte dos portugueses, como se depreende da leitura do célebre sermão do Padre Lourenço Vivas, pronunciado pouco depois de consumado o golpe de 1640.
Dele recordamos uma passagem:
- «Pergunto: há mais tributos para este pobre Reino? Respondo: ainda lá vinham mais, se não amanhecera Sábado, primeiro de Dezembro de 1640».
E o orador enumera seguidamente os vários tributos que os Espanhóis pensavam decretar terminando assim essa parte da sua entusiástica oração: «que há-de pagar cada casa oito vinténs cada ano de ter chaminé». (in História de Portugal, dirigida por Damião Peres)
Temos, pois, visto que os impostos então encarados pelo conde-duque de Olivares e a revolta da Catalunha vieram ter efeitos importantes na disposição dos portugueses para a revolta. Demais pretendia-se retirar de Portugal o Duque de Bragança que era consequentemente convocado para ir cooperar na Campanha da Catalunha.
Nesse momento em que as atenções de Espanha se dividiam por vários campos de luta agravavam-se os problemas de Olivares, formando-se um jogo de circunstâncias que favoreciam as nossas pretensões.
É nesse momento que a têmpera de D. João de Bragança se revela totalmente, mostrando, enfim, que aderia abertamente, sem mais delongas, sem mais um momento de hesitação. E quando se ultimam os preparativos e se verificam algumas hesitações nos conspiradores que não atinavam com o MODUS FACIENDI nem com o momento azado para a empresa é D. João quem decide que o golpe parta de Lisboa para não deixar ganhar tempo à Duquesa de Mântua.
Então a sua atitude é firme a ponto a se mostrar resolvido a operar sozinho no Alentejo se em Lisboa não se resolvessem a actuar com a celeridade aconselhável. (Gregorio Almeida in Rest. Port. Prodigiosa)
Neste meio tempo, quando os conjurados procuravam aliciar à sua causa um dos homens mais estimados na época, D. João da Costa, este salienta prudentemente a carência em que se estava dos 4 elementos necessários para um corpo de guerra: - *gente, armas, dinheiro e cavalos*.
Com que contavam?
Esperavam um milagre?
Este reparo quase faz desorientar os conjurados tendo então João Pinto Ribeiro mandado um emissário a Vila Viçosa para que ficasse adiada a revolta. Afinal, pouco depois enviará novo aviso mantendo a data de 1 de Dezembro para a rebelião.
Aliciados o Juiz do Povo e os 24 dos mesteres, falou-se em seguida ao Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, o qual, segundo o testemunho coevo do Dr. António de Sousa Macedo, expresso na *LUSITÂNIA LIBERATA*, lhes disse «que o reino de Portugal fora injustamente usurpado por Filipe II, mas que pertencia, sem dúvida alguma, ao Duque de Bragança e que quem lutasse por este defenderia a Justiça».



Arcebispo D. Rodrigo da Cunha

Nas vésperas da Restauração contava-se pois, com o Arcebispo de Lisboa, com o Juiz do Povo, com a mais representativa Nobreza do Reino e com a Casa dos 24.
Eram poucos os senhores do segredo? Talvez. Mas contava-se com o Povo, esse povo português sempre

disposto a dar a vida pela pátria, agora cerceada na autonomia que nas Cortes de Tomar lhe fora reconhecida. Aceitara-se uma monarquia dualista em que de comum só se reconhecia o Rei. Olivares esqueceu ou pretendeu fazer esquecer as actas de Tomar. Esse foi, porventura, o seu maior erro em relação a Portugal.
Sem rebuço podemos afirmar que o sentimento nacional continuava vivo. E a comprová-lo temos a corrente de SEBASTIANISMO, a crença na vinda do Rei natural português que salvaria a pátria das humilhações que vinha sofrendo.



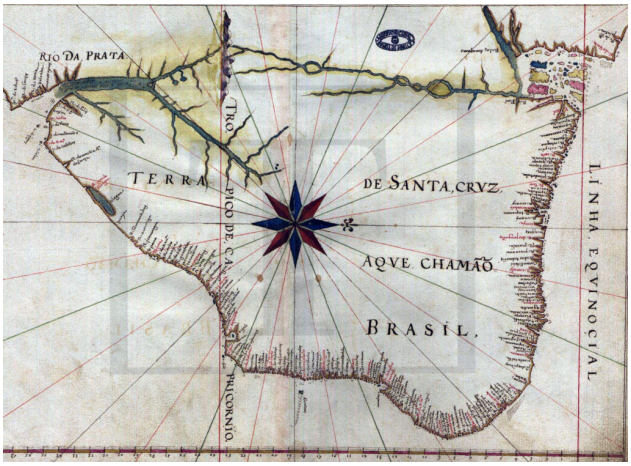
Retrato de D. João, Duque de Bragança (1630)

São felizmente extremamente conhecidos e venerados os sucessos ocorridos naquela manhã de sábado primeiro de Dezembro de 1640. Porém nem sempre se atenta de modo, completo na reacção do Povo.
Em primeiro exame choca-nos que o povo não viesse logo para a rua para ajudar na empresa. «O estrondo, a confusão e a incerteza - diz o Conde da Ericeira - havia obrigado os moradores da cidade a se recolherem a suas casas, e, por esse respeito, não acharam os confederados junta a gente que supunham, de que se afligiram muito». (Hist, Por. Restaurado 1.º Vol. pág. 123)
Parece-me que, afinal, esta atitude do povo é determinada pela ignorância do que se passava e não por amolecimento patriótico. Nada disso. É preciso não esquecer que a conspiração havia sido feita em segredo cuidadoso. Como poderia o povo saber as determinantes do alarido?
O certo é que, uma vez sabedor do que se passava «concorreu todo o povo a aclamar com grande afecto o novo Rei». E temos nesse momento a populaça na rua, enfileirando no desfile que se fazia com a bandeira da cidade e com a presença do arcebispo D. Rodrigo da Cunha.
Vibrante, confiado nos destinos da Pátria, fervoroso na crença de uma protecção divina ao reino de Portugal, eis pouco depois, esse mesmo povo voluntarioso, a clamar em atitude quase mística, dando rédeas soltas à sua imaginação, e crendice incondicional - pois vira que «uma imagem de Cristo crucificado despregara o braço direito».
Então «gritou o povo prostrado por terra, que era milagre, e todos cobraram invencível confiança de que Deus aprovava a gloriosa deliberação». E «em toda a cidade não soavam mais que vivas aclamações ao novo Príncipe». (in História Portugal Restaurado)

Estava consumada a Restauração de Portugal. D. João IV que, ainda antes de saber o resultado obtido em Lisboa, já se dirigira em 2 de Dezembro, como soberano, por carta régia datada de Vila Viçosa, à Câmara de Évora, (António Francisco Barata in *Évora Antiga*) vai chegar a Lisboa a 6 de Dezembro para iniciar o seu governo. E como o caminho a seguir era o da organização de todas as forças para o embate que fatalmente viria a dar-se, logo inicia uma série de medidas adequadas.
Assim, resolve criar em 11 de Dezembro o CONSELHO DE GUERRA para prover em todos os assuntos relativos ao exército. Vem a seguir a JUNTA DAS FRONTEIRAS que haveria de cuidar das fortalezas fronteiriças, da defesa de Lisboa, das guarnições e dos portos de mar.
Vem, ainda em Dezembro de 41, a criação da TENÊNCIA para assegurar o artilhamento das fortalezas, com o produto das TERÇAS dos concelhos.
Depois são restabelecidas as LEIS MILITARES DE D. SEBASTIÃO, visando reorganizar o exército. E, a par de tudo isto, desenvolve-se uma intensa actividade diplomática, que muitos benefícios trará ao país.
Entretanto, pelas cortes de 1641 fora resolvido instituir a JUNTA DOS TRÊS ESTADOS, com o objectivo de assegurar as receitas necessárias às despesas da guerra.
Em relação às terras do Império, registaram-se também - cuidados especiais consubstanciados, afinal, na criação do CONSELHO ULTRAMARINO que por decreto de 1642 irá ocupar-se de todos os assuntos relativos às colónias, bem como à regularização e provimento das

armadas da India e demais parcelas do Império Português. (Marcelo Caetano)
Como ficou patente, procurava-se organizar a defesa no nosso património, antevendo a longa duração das lutas que iam seguir.
Durante os 16 anos do seu reinado D. João IV agiu sempre com prudência na resolução dos mais espinhosos problemas. A prudência que o acoimou de irresoluto foi, afinal, uma das suas melhores armas na defesa dos interesses do país. Por isso não se decide a fazer a guerra ofensiva contra os espanhóis, apesar das censuras que lhe são feitas por Luís XIV. Jant, o embaixador francês, fará ver ao Rei de Portugal que «não era justo que enquanto ele», rei de França, «não poupava nem a vida nem a fazenda dos seus vassalos, colhesse D. João IV o benefício com ser um mero espectador».
A prudência do nosso Rei mais uma vez nos prestava bom serviço, pois não correria riscos sem que a França firmasse connosco uma LIGA OFENSIVA e DEFENSIVA pela qual tivéssemos a garantia de que o Rei francês não faria uma paz em separado com a Espanha - facto que afinal veio a dar-se em 1659, com a Paz dos Pirenéus, já sob a regência de D. Luísa de Gusmão.
Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663), Castelo Rodrigo (1664) e Montes Claros (1665) são as vitórias alcançadas depois da Paz dos Pirenéus que tinha conduzido a Guerra com a Espanha à sua fase mais aguda.
Para a execução destes triunfos teve, entretanto, que se multiplicar a actividade organizadora, primeiro sob a vigilância da Rainha Mãe, depois pelos cuidados do Conde de Castelo Melhor. E por medidas sucessivas, obrigou-se o povo já exausto de lutas a colaborar na defesa do país, perseguiram-se os desertores, recrutaram-se soldados e, a cada crise, correspondeu um cuidadoso trabalho de refazimento das forças do exército, pondo cobro aos desmandos e à indisciplina.
Não devemos admirar-nos de que houvesse então necessidade de perseguir desertores, porque sempre os encontramos em qualquer história. Os desertores portugueses dessa época fugiam das fileiras em parte devido a «duas desesperações» - no dizer do autor da Arte de Furtar - «uma de provimento, porque quem serve o merece; outra de liberdade, porque nenhuma nação do mundo os obriga mais que a tempo limitado». E em verdade os nossos soldados não podiam ser rendidos periodicamente como convinha.
Também a falta de provimento levou alguns à criminosa prática de venderem as próprias armas de fogo aos ferreiros e aos serralheiros que as desfaziam na fundição, quando tanta falta delas havia para a defesa do reino. Por isso D. Luísa de Gusmão mandou publicar em 25 de Setembro de 1660, um alvará que encontrei inédito nos Reservados da Biblioteca Nacional e que publiquei na Revista MUNDO em Dezembro do ano passado. Com ele proibia-se aos ferreiros a compra dessas armas «ainda que quebradas sejam».

Através do que ficou dito patenteia-se claramente que se conseguiram vitórias tão importantes sobre os espanhóis foi porque uma vez mais se verificou a sobreposição dos valores positivos da nação ao lado negativo representado pelos que se desviaram dos interesses da GREI.
Em complemento dos aspectos focados, visaremos seguidamente apreciar o que, entretanto, ocorreu num dos mais ricos domínios ultramarinos do sec. XVII - O BRASIL.



Mapa do Brasil, do Atlas de João Teixeira de Albernaz de 1640

No momento da Restauração a economia do Brasil havia deixado já o período a que podemos chamar CICLO DO PAU BRASIL, para entrar numa nova fase, mais rendosa e de estrutura mais sólida, a que se pode aplicar o nome de CÍCLO DO AÇÚCAR.
Evidentemente que não queremos afirmar com esta modificação de terminologia que o pau brasil tivesse então deixado de representar qualquer interesse económico. O que se passa é bem diferente. Há apenas uma potencialidade económica maior advinda da exploração dos engenhos de açúcar.
O pau brasil, agora diminuído no seu valor económico, perdera o monopólio das atenções porquanto estas se concentravam na exploração do açúcar. No entanto, havia ocupado um lugar de tal modo importante que o próprio nome de Santa Cruz ou de Vera Cruz, inicialmente dado às terras portuguesas da América do Sul, cedeu perante o uso do nome que afinal vingou: - BRASIL, isto é terra do pau brasil.
Parafraseando uma nota da edição portuguesa de «LE BRÉSIL» de Maurice Le Lannou, deu-se na mesma designação de Brasil uma «sugestiva vitória do lucro sobre o Evangelho».

Passado o período inicial de exploração incipiente, em que o Brasil atravessou uma época mítica que deu ensejo às histórias legendárias do CARAMURU e de João Ramalho, novos rumos foram dados àquele território português.
Em verdade - e sem que nisso haja concordância com as diatribes feitas pelo historiador brasileiro JOÃO RIBEIRO - o Brasil continuava por explorar até ao fim do reinado de D. Manuel I e ficara entregue à cobiça dos aventureiros e ao estádio pré-histórico dos indígenas TUPIS, GUARANIS, TAPUIAS, NU-ARUAQUES, etc.
A Portugal, pequeno país, de fraca densidade populacional, seria difícil tomar uma atitude diferente da que tomou nessa época. Os lucros da Índia eram mais vantajosos e quem arriscava a vida nas naus, ou investia no seu provimento grossos cabedais, aspirava muito naturalmente a colher benefícios. E estes estavam mais ao alcance no Oriente.
Creio que não podemos com justiça desligar os interesses espirituais - que os havia sem dúvida - dos interesses materiais. Há que evitar uma visão unilateral dos factos para não sermos injustos.
Quando aumentou o perigo do assédio de estrangeiros ao Brasil, D. João III logo enviou uma esquadra com fins de protecção ao litoral e também com o fito de fomentar o seu povoamento. Comandada por Cristóvão Jacques, essa esquadra partiu em 1526.
Daí por diante o interesse pelo Brasil irá aumentar progressivamente, evidenciando-se em várias disposições régias uma preocupação de salvaguardar os direitos portugueses no Brasil, em consequência do conhecimento dos seus recursos e talvez na previsão do seu valor futuro.
Já Martim Afonso - em 1530 - levava a incumbência de defender, alargar, explorar e colonizar as terras de Além Atlântico. Já em 1532, ao instituir as capitanias e entregando-as aos donatários que haveriam de levar «gente e navios à sua custa em certo tempo», D. João III demonstrara a sua intenção de não deixar perder esses domínios. Não admira, pois, que esse mesmo Rei, sempre em busca da melhor fórmula e tirando ilações conscientes de toda a experiência passada, venha a instituir em 1548 o Governo Geral do Brasil, para cercear os males provindos da forma neo-feudal das capitanias que conduzia ao particularismo e egoísmo dos seus donatários. (Diário de Pero Lopes de Sousa in Jaime Cortesão)
Entretanto, já Martim Afonso havia instalado no Brasil o primeiro engenho de açúcar, primeiro passo para a grandeza futura da colónia. Efectivamente, a cultura da cana do açúcar viria a desempenhar um papel importantíssimo na economia brasileira, entrando então o Brasil no CICLO DO AÇÚCAR.
A proliferação dos engenhos do açúcar andam ligados aos problemas da escravatura dos índios, a qual irá dar ensejo ao desenvolvimento de um papel extremamente relevante por parte dos JESUÍTAS. Estes entrarão a opor-se tenazmente aos abusos dos colonos. Porém, é certo que aos engenhos era necessária a mão de obra escrava. Daí deriva o desenvolvimento atingido pelo comércio esclavagista que utilizará os mercados da Guiné e de Angola.
Na protecção aos índios, os Jesuítas representam nesta fase o elemento moral da colónia. Do outro lado, por vezes em oposição violenta, está o interesse material dos colonos.
O crescente desenvolvimento da cultura do açúcar vem, assim, emprestar extrema acuidade à PROBLEMÁTICA ESCLAVAGISTA e ao mesmo tempo trazer ao Brasil um florescimento notável. Embora menos valioso que o da Madeira, o açúcar brasileiro atingirá uma tal importância que DIOGO DE MENESES, então governador geral, escreverá em 1609 para o reino:
«Creia-me Vossa Magestade, as verdadeiras minas são de açúcar e pau brasil». (in História de Portugal, dirigida por Damião Peres, Lúcio de Azevedo, vol. V pág. 314)
Também é elucidativo o facto de nesse mesmo ano existirem no Brasil 363 engenhos de açúcar, segundo a informação do códice de Castel Melhor a que PEDRO CALMON faz referência no Estudo o BRASIL, POLITICO - MILITAR.
As perspectivas económicas do Brasil eram pois muito mais impressionantes no começo do sec. XVII. A exploração do pau brasil, a sucessão das «entradas» e das «bandeiras» em perigosíssimas infiltrações pelo interior, foram etapas gloriosas da construção de um Brasil portentoso.
Também aqui houve desmandos, é certo. Se atentarmos nas entradas dos colonos para escravizarem os índios e recordarmos as querelas havidas entre os Jesuítas humanitários e os colonos gulosos de lucro, temos de concluir que nem tudo é louvável na acção portuguesa. Não obstante escreveram-se no Brasil páginas de verdadeira epopeia, havendo muito de esforço e de corajosa perseverança. Teremos de reconhecer que assim é se nos lembramos dos riscos enfrentados por esses exploradores do território brasileiro e da morte encontrada por tanto deles, frente aos índios selvagens que ainda praticavam a antropofagia. Da sucessão de esforços, da laboriosa busca de riqueza, saíram as zonas económicas em que assentou o edifício brasileiro. Surge a zona agrícola, estendida pelo litoral. Abre-se a zona da criação, rasgando os caminhos do norte. Busca-se a zona das minas, possibilitando o conhecimento do interior meridional...
E na cúpula de todo este esforço depõe-se a pregação, a brandura, a catequese dos Jesuítas, protetora dos indígenas.
É este o Brasil que vamos encontrar na hora da Restauração.



Engenhos de açúcar - Mapa de João Teixeira de Albernaz de 1640

Quando em 1640 se deu o movimento que nos assegurou a Independência estava o nosso império ultramarino notoriamente desmantelado e reduzido. Dele restavam, no entanto, dois blocos muito importantes: - o do Atlântico, englobando o Brasil e Angola e o, do Oriente, constituído pelo território de Moçambique, pela India e pelas parcelas do extremo asiático.
Já deixámos antever que o Brasil era a parte mais importante desse bloco atlântico, não nos causando admiração que sobre ele tivessem incidido os olhares dos franceses, dos holandeses e dos ingleses.
Sucedem-se desde muito cedo as tentativas dos estrangeiros para se fixarem no litoral brasileiro, notando-se desde D. João III uma preocupação de defesa, em face dos repetidos actos de pirataria que colocavam em sobressalto constante as capitanias.
Mas, se inicialmente apenas se tinham verificado os ataques dos corsários, isolados e sem conseguirem uma tentativa séria de ocupação do território, com NICOLAU DE VILLEGAGNON a situação da colónia portuguesa torna-se mais gravosa. Este ataque francês ao Rio de Janeiro tinha já intuitos de colonização, com o objectivo de assegurar um refúgio aos calvinistas perseguidos na pátria nessa turbulenta época de lutas religiosas.
Instalados na Ilha de Sergipe, os franceses lançam-se em acções de pirataria que põem em desassossego permanente os colonos portugueses.
Contando com a captação do gentio a exemplo do que conseguira Villegagnon, os Bretões e os Normandos, mesmo depois da sua expulsão do Rio de Janeiro, não deixam de continuar as tentativas para o estabelecimento, no Brasil, de uma NOVA FRANÇA. (Mem de Sá - Estácio de Sá).
Tais desígnios são, no entanto, fortemente contrariados pelos portugueses que lutam com esforçadas energias contra os franceses e os índios potiguares tornados seus aliados. Nas chamadas Jornadas do Norte reflecte-se o incomensurável desejo dos portugueses de expulsarem o intruso, o herege calvinista - vindo, afinal, a reflectir-se nestas lutas, pela 1.ª vez no Brasil, não só o fervor patriótico, mas o efeito das lutas político-religiosas que ensanguentavam a Europa.
Franceses, ingleses e holandeses não deixam de rondar o território brasileiro, espreitando oportunidades para o saque. Os assaltantes são autênticos piratas, impunes, apoiados por sociedades que livremente se constituíam, invocando perante os governos a sua intenção de lutar contra a Espanha e de pugnar pela consecução da liberdade do comércio.
O tipo-padrão desse corsário é o inglês CAVENDISH que realizou nos mares sucessivas rapinas a que emprestava, no entanto, uma cor cavalheiresca que o popularizou e tornou aplaudido, quando não passava de um aventureiro sem escrúpulos. Lancastre é outro corsário inglês que conhece a celebridade nessa época.
No entanto...

... Foi da Holanda que partiu o maior perigo para a colónia portuguesa do Brasil.
Depois de verem fracassar as suas primeiras tentativas para ocupação da Baía, empreendidas em 1598 e em 1599, os holandeses procuraram organizar-se melhor para a consecução desses desígnios, criando, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais. Dela dirá Oliveira Martins com toda subtileza do seu espírito crítico: - «Era um Estado constituído em Companhia de piratas».
Com a formação da Companhia das Índias Ocidentais coincide o plano para a ocupação da Baía que logo é posto em prática em 1624 e coroado de êxito.
Apesar dos esforços dos portugueses, entre os quais cumpre destacar o Bispo D. Marcos Teixeira que dirigiu a subsequente tentativa de expulsão dos holandeses, estes só serão expulsos mercê da armada de socorro enviada no ano seguinte por Filipe III que, afinal, revela nesta medida um louvável interesse pela colónia portuguesa fazendo incorporar na armada libertadora 38 navios espanhóis.
Expulsos da Baía, os holandeses empreenderam sem êxito novas tentativas para se fixarem nessa região, volvendo por fim os seus olhares para o território de Pernambuco, também notavelmente interessante sob o ponto de vista económico.
E Pernambuco é já domínio holandês em 1630, pertencendo a sua exploração à Companhia das Índias Ocidentais que se via, finalmente, de posse de uma das mais importantes parcelas do território brasileiro.
Tem se pretendido em aceitação das doutrinas expressas por GROTIUS num livro célebre - MARE LIBERUM - que os holandeses lutavam pela liberdade do comércio e contra o monopólio defendido por portugueses e espanhóis. A obra de GROTIUS, editada pela Companhia

das Índias Ocidentais, pretendeu em verdade servir os interesses da mesma. A doutrina jurídica era assim colocada ao serviço dos interesses da Companhia que, afinal, lutava também por um monopólio - O SEU.
Mercê do seu estabelecimento em Pernambuco, o poder holandês no Brasil vai aumentando rapidamente sobretudo a partir de 1637, com a ida do Conde Maurício de Nassau para o Brasil, onde exerceu poderosa acção para enraizar a supremacia holandesa.
A Companhia soubera escolher o chefe mais apetrechado para o florescimento dos territórios conquistados.
Efectivamente, o Príncipe Maurício de Nassau, gozando de reputação invulgar, irá desenvolver em Pernambuco uma actividade inteligente que tornou avassalador o domínio holandês.
Mais uma vez Filipe III irá procurar impedir a expansão holandesa no Brasil, enviando o Conde da Torre como governador Geral, em fins de 1638, e formando uma poderosa esquadra, composta de navios portugueses e espanhóis, que coloca à disposição do Conde da Torre.
Todavia, as hesitações e delongas só permitem o ataque luso-espanhol a Pernambuco em Janeiro de 1640, dando, assim, tempo de sobra a Maurício de Nassau para organizar a defesa. Não é, pois, de estranhar que a expedição haja fracassado, vindo o Conde da Torre, sob prisão, para Lisboa...
Chegamos assim ao momento em que o Marquês de Montalvão é designado para governar o Brasil, com o título, nunca usado até então, de VICE-REI do BRASIL.
Pedro Calmon apreciará este facto nos termos seguintes, fazendo alusão ao padre António Vieira:
«Vieira não deixou escapar a ocasião da ironia: lembrava-lhe, a honraria aplicada a uma província arruinada, a «que depois de morta foi rainha».
Mas... «porquê Vice-Rei? A explicação é simples. Quisera Filipe IV opor ao governo do Brasil holandês, entregue a um príncipe de sangue, uma autoridade mais qualificada que os antigos governadores. Mostrava interesse maior pela preservação da colónia; reforçava-lhe a dignidade, na ordem militar e administrativa...»
Na ironia do Padre António Vieira, que transcrevemos de Pedro Calmon, expressa-se bem a situação do Brasil nesse ano de 1640.

Chegada ao Brasil a notícia fagueira da aclamação de D. João IV, o Marquês de Montalvão conseguiu conduzir os acontecimentos de modo a ser aprisionada a guarnição espanhola e secundado no Brasil o movimento restauracionista.
Se os holandeses tinham invocado a guerra contra a Espanha como justificativa dos seus ataques contra os domínios ultramarinos dos portugueses, parecia, agora, com a Restauração da nossa autonomia, que havia cessado o motivo para nos hostilizarem.
Tal não acontece, porém. Os ataques dos neerlandeses continuam a dirigir-se contra os nossos domínios. E é já depois da restauração que a Holanda nos usurpa Sergipe e o Maranhão, - em fins 1641 - no Brasil, e ocupa em Angola e Guiné os pontos nevrálgicos do comércio esclavagista (Agosto 1641).



Hugo Grotius (1583-1645)

Não obstante, o embaixador português TRISTÃO DE MENDONCA FURTADO tinha assinado em 12 de Junho de 1541, na Haia, um tratado de tréguas por dez anos.
Assim, assistimos nesta época a uma situação inusitada: - a de Portugal estar em paz com a Holanda na Europa e ser até seu aliado contra a Espanha e permanecer em guerra com os Estados Gerais nas restantes partes do globo. Não deixa de ser insólito o facto de os holandeses virem pacificamente a Setúbal abastecer-se do SAL, que lhes era indispensável, ao mesmo tempo que nos guerreavam no Oriente e no Atlântico. Tal situação, no entanto, será mantida durante 20 anos.
De facto, assinado o primeiro tratado em 1661, já sob a regência de D. Luísa de Gusmão, será assinado o acordo definitivo. Este, no entanto, não deixará de ser demasiado humilhante para os portugueses.
Efectivamente, pelo tratado de 1661, Portugal devia pagar à Holanda 4 milhões de cruzados, como indemnização pela perda do território brasileiro que a Companhia das Índias Ocidentais nos tinha usurpado e que, *palmo a palmo*, havia sido reconquistado entretanto pelos

patriotas do Brasil.
Muito embora as condições impostas pela Holanda sejam pouco lisonjeiras para nós, temos de reconhecer que só foi possível salvaguardar o nosso património brasileiro mercê da assinatura desse tratado: Morosas, as negociações que a ele conduziram atravessaram momentos críticos, tendo-se chegado à situação de guerra declarada.
Nesse momento cruciante, o governo da regência de D. Luísa de Gusmão publica um manifesto em que se comenta o malogro das negociações diplomáticas, nos seguintes termos finais:
«DISSIMULOU-SE A OFENSA QUANTO FOI DECENTE OFERECEU-SE PELA PAZ QUANTO FOI POSSÍVEL E O CONTRÁRIO MOSTRA-SE SURDO À JUSTIÇA». (in Anais Acad. História - Artur Guimarães Araújo Jorge)
As negociações que culminaram com a assinatura do tratado de 1661 e do que o confirmou em 1668 foram seguidas pelo país com o maior interesse, a ponto do Padre António Vieira dar conhecimento ao embaixador português na Holanda, Francisco Sousa Coutinho, que «não havia conservação, tenda nem taverna em que se não discorresse sobre as tristes capitulações e seus autores». E o mesmo António Vieira, quando chega a encarar a entrega aos holandeses do território de Pernambuco, afinal a condição *sine qua non* para a paz, diria desassombradamente, no célebre PAPEL FORTE: «se Portugal e Castela juntos não puderam resistir à Holanda, como há-de resistir Portugal só à Holanda e Castela? (Araújo Jorge Anais Acad. Hist, Vol, VII)
Vê-se, pois, que o tratado de 1661 não deixou de representar uma conquista, embora cara, na medida em que salvou o Brasil da usurpação holandesa. Mas para que tal fosse possibilitado foi necessária a exemplar conduta dos portugueses do Brasil em seguida à Restauração, secundada embora pelas diligências diplomáticas efectuadas logo de início à ordem de D. João IV e pela atitude diligente do Conselho Ultramarino, criado pelo mesmo Rei.
Da luta empreendida do Brasil ressalta suficiente brilho e fervor patriótico para nos orgulharmos desses portugueses de então. As duas batalhas de GUARARAPES (1648 e 1649), são rudes golpes dirigidos contra as pretensões dos Estados Gerais. As vitórias que ali alcançámos, contra um exército triplamente superior, são decisivas para a definitiva expulsão dos holandeses do Brasil. Francisco Barreto, André de Vidal Negreiros, Martim Soares Moreno e tantos outros patriotas obram prodígios de valor e argúcia militar.
Também a reconquista de Angola, levada a efeito por Salvador Correia de Sá, mercê de uma expedição que com o apoio de D. João IV e do Conselho Ultramarino, fora organizar ao Brasil, veio contribuir para que os holandeses vissem bem a força do nosso querer e da nossa decisão.
Uma vez mais ficou patente a ligação natural que tornava complementares o Brasil e Angola, do ponto de vista económico e político. Já o holandês Maurício de Nassau o visionara quando resolveu conquistar Luanda. Já o Padre Antônio Vieira havia escrito com a visão clara que o caracterizou: - «sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros».
O poder português ficava restabelecido na costa ocidental continuando a afirmar-se no Brasil quando no Recife se consegue obrigar os holandeses à capitulação, em 1654.
As armas e a diplomacia tinham conjugado os esforços para salvar grandes parcelas do nosso império. O tacto diplomático dos nossos embaixadores, entre os quais cumpre salientar D. Francisco de Sousa Coutinho foi precioso aliado dos revoltosos de Pernambuco.
De 1643 a 1650, o embaixador D. Francisco de Sousa Coutinho foi o mais valioso aliado dos pernambucanos. Prolongando negociações, dilatando prazos estabelecidos para um acordo, aliciando boas vontades, porventura corrompendo consciências, o hábil diplomata utilizou ardis e tergiversações, a ponto de conseguir evitar que a Holanda enviasse ao Brasil, com a rapidez acessível aos seus enormes recursos, uma esquadra poderosa que certamente lhe permitiria voltar à posse dos territórios que lhe iam sendo reconquistados progressivamente.
A actividade diplomática que se seguiu evitou a represália holandesa que se temia, e, embora pagando bom preço, garantiu a manutenção da bandeira lusitana em terras brasileiras, onde - como diz Silva Rego - «Cessara de existir a NOVA HOLANDA e continuava apenas o NOVO PORTUGAL». Em verdade tal só fora possibilitado graças ao querer da colónia portuguesa do Brasil que - contando embora com o auxílio da Corte - se mostrara disposta a empreender por si a expulsão dos Holandeses.
E, esse Brasil português, palpitante ardoroso, símbolo de LUSITANIDADE, irá ceder o lugar ao Brasil dos brasileiros, orgulho da nossa raça, espelho em que se remira a Pátria progenitora que contemplando esse filho emancipado, além, no Atlântico, tem razões para lembrar esse decantado verso do Poeta:
Ditosa Pátria que tais filhos tem.

---

* Conferência realizada no Palácio da Independência a 16 de Abril de 1958.
** Licenciado em Letras pela Universidade de Lisboa.



foi assim em 1886

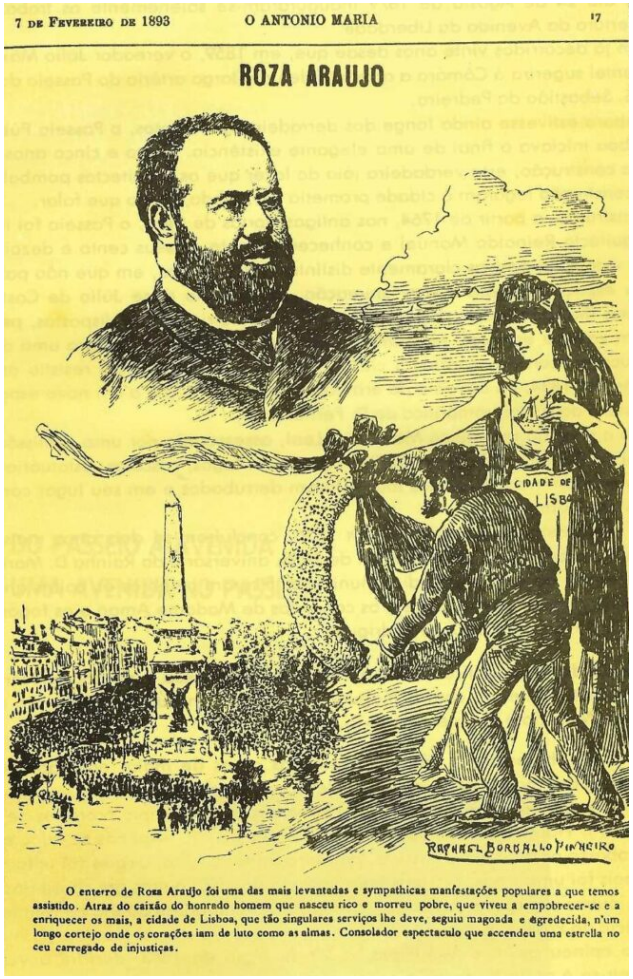
Foi assim em 1886 – 100 anos do monumento dos Restauradores *

Luísa Almeida e Sousa e Mário Gouveia

1. Do Passeio à Avenida, uma Avenida no Passeio

No dia 24 de Agosto de 1879 inauguraram-se solenemente os trabalhos de abertura da Avenida da Liberdade.
Iam já decorridos vinte anos desde que, em 1859, o vereador Júlio Máximo Pimentel sugerira à Câmara a abertura de uma larga artéria do Passeio do Rossio a S. Sebastião da Pedreira.
Embora estivesse ainda longe dos derradeiros momentos, o Passeio Público de Lisboa iniciava o final de uma elegante existência. Cento e cinco anos após a sua construção, esta verdadeira joia do lazer que os arquitectos pombalinos da reconstrução legaram à cidade prometia dar, ainda, muito que falar. Construído, a partir de 1764, nas antigas Hortas de Cera, o Passeio foi traço do arquitecto Reinaldo Manuel e conheceu durante os seus cento e dezoito anos de vida duas épocas claramente distintas. Na primeira, em que não passou de um espaço modesto e sem animação, tinha como disse Júlio de Castilho (1) «Ruas muito sombrias, banquetas de buxo simetricamente dispostas, pedestais com vasos e estátuas, em suma, um ar de quinta nobre que era uma delícia». Pouco concorrido, porém, o clássico Jardim Pombalino não resistiu às novas eras. Em 1834, no advento da era liberal, ele cede lugar a um novo espaço.
É o Passeio da Lisboa romântica de D. Fernando II.
Sob o risco do arquitecto Malaquias Leal, assessorado por uma comissão especial da Câmara, o Passeio Público renova-se: lagos, cascatas, estatuárias diversas povoam-no. Os antigos muros foram derrubados e em seu lugar construído um gradeamento.
Os melhoramentos, iniciados em 1836, concluíram-se dois anos mais tarde. Inauguraram-se no dia 4 de Abril de 1838, aniversário da Rainha D. Maria II.
É a época de ouro do Jardim Municipal. Ficaram célebres os bailes animados pelo professor Justino Soares, os concertos de Madame Aman e os fogos de artifício do pirotécnico José Rodrigues.
Mas a cidade romântica entrou em decadência e a sua expansão ao Norte chocava, naturalmente, com a manutenção do Jardim Público. Mais não restava para o Município do que demoli-lo.
Assim se abalançou a Câmara numa das obras de maior envergadura, mas também das mais polémicos jamais levados da cabo na Cidade.
Mal se aventou a hipótese e logo «choveram» no Município protestos de toda a parte (2). Fialho de Almeida escreveu a propósito (3). «Apenas se falou em deitar abaixo as grades do Passeio, primeiro foi uma fúria, depois foi uma guerra, depois foi uma troça, (...) uns por causa do ripanço, outros por causa das sopeiras, outros por causa da música, o certo é que ninguém queria consentir no sacrifício do Passeio à Avenida.»
Não opinou assim o Município. A 20 de Maio de 1863, decidiu a Vereação reunir-se à porta do Passeio para, com numeroso grupo de técnicos, dar início aos projectos do «boulevard».
Na sessão camarária de 3 de Junho de 1869 o Presidente, Visconde de Vila Maior, insistia para que rapidamente se desse início à obra.
Um ano mais tarde, em 1870, o engenheiro Bartolomeu Dejante apresentava o 1.º projecto. Quatro anos depois, novo plano era delineado, desta vez pelo arquitecto Domingos Parente. É, aliás, sobre este último que se vai desenvolver o projecto definitivo da nova artéria.
Durante os anos que mediaram a apresentação do primeiro plano e o início das obras, pugnou o Município pela supressão dos inúmeros problemas com que deparou para a execução das suas decisões. De entre elas as expropriações a fazer, sobretudo a Norte do Passeio Público, eram os mais preocupantes. A grande quantidade de propriedades rústicas e urbanas a adquirir colidiam naturalmente com os parcos recursos do orçamento municipal.
No aspecto legal não houve grandes dificuldades, pois, a solicitação da Câmara acedeu o Governo fazendo aprovar uma nova lei de expropriações. O mesmo não aconteceu do ponto de vista financeiro. Como o dinheiro da edilidade não cobria os elevados gastos, não hesitou Rosa Araújo, numa atitude muito própria e sem antecedentes, em custeá-los dos seus próprios fundos (4).
Vinte e dois contos de réis ficou a Cidade a dever ao seu enérgico cidadão que, desde 1876, presidia aos destinos da Capital. E se a obra da Avenida se lhe não deve totalmente, não restam dúvidas que ao seu empenho se pode agradecer a execução de tão arrojado

empreendimento.



O Enterro de Rosa Araújo - Rafael Bordalo Pinheiro

Mas voltemos ao Passeio Público.
Em 1878, iniciaram-se as demolições no topo Norte, exterior ao Passeio. Ali se situavam, na Rua do Salitre, dois dos mais reputados espaços de divertimento da Capital: os circos do Salitre e Price.
O primeiro inaugurou-se a 27 de Novembro de 1782 e nele se estrearam nomes como Joaquim de Almeida e António Pedro. O segundo abriu as suas portas a 11 de Novembro de 1860 e divertia o público com exposições de feras e zarzuelas.
Foi, rigorosamente, pelo circo Price que se iniciaram as expropriações e as demolições que, com um ou outro contratempo, prosseguiram em ritmo que se pode considerar satisfatório.
Desde 1875 erguia-se, ainda no interior do jardim, o monumento que a Comissão 1.º de Dezembro construía em homenagem aos heróis da Restauração de 1640.
Em 1882, como a construção estivesse já adiantada, começou a Comissão a pressionar a Câmara para que esta demolisse o Passeio. A ideia era dar início às obras de aformosamento da nova praça que no projecto do «boulevard» o antecedia e no centro da qual deveria ficar o Monumento.
Assim o entendeu o Município, pois, na sua sessão de 7 de Dezembro daquele ano, determinou que se apeasse o que restava do Jardim. A acção, porém, não foi pacífica. A sociedade lisboeta envolveu-se, então, em calorosas discussões sobre o assunto, de que a imprensa, sempre atenta, não deixou de se fazer eco. A verdade é que, se muitos não questionavam as vantagens da decisão municipal de construir a Avenida, nem todos corroboravam dela. Na própria Vereação a questão foi alvo de empoladas dissertações.
E se nunca se chegou a duvidar do empenho da Câmara em dar execução aos projectos, certo é que alguns Vereadores menos resolutos se mantinham numa atitude algo céptica, protelando até ao último momento possível a demolição do Passeio. Tal atitude foi decerto influenciada pelos inúmeros abaixo-assinados recebidos na Câmara, alguns dos quais com mais de duas mil assinaturas, entre as quais se encontravam as de conhecidos homens das letras e das artes portuguesas. Assim, a questão apaixonava a opinião pública, não podendo a Vereação alhear-se de tão dividido estado de espírito.
Nada, no entanto, demoveu o Município, da sua decisão. Num dia frio de Outubro de 1882, iniciou-se, enfim, a demolição do Passeio. Alguns grupos de opinião menos conformados ainda fizeram uma última tentativa de o impedir. Num curioso artigo publicado, em 1946, na Revista Municipal, conta-nos Jesuíno Ganhado que dirigiu os trabalhos da remoção do Jardim:
«Começamos o trabalho: os canteiros desconjuntando os lemes de espiga, as cábrias a armar-se, os cadernais a aplicar-se às cábrias e a juntar-lhe os cabos, etc. O arranque dos portões começou. Outros canteiros atacaram a demolição do lago sul da rua central a fim de se preparar o terreno para a construção do monumento aos Restauradores.
O trabalho ia seguindo, quando, subitamente, comecei a ouvir um certo ruído de vozes que se aproximava. O céu turvara-se e a tempestade começava. Eram manifestantes de punhos grossos, cerrados, que se dirigiam para mim. Tremi e recuei. Gritavam: - Vândalos sem consideração pelas nossas regalias, pelo nosso bem-estar: derrubar este encanto! Eram cada vez maiores os protestos; afastei-me, disse algumas palavras em voz alta: que estava a cumprir ordens, que era mandado!
Uma voz salvadora se levantou e disse: - Não lhe façam mal, que ele, coitado, é mandado; não tem culpa. E a multidão invadiu o Passeio, ocupando os seus lugares habituais.» (5)
Para evitar mais conflitos o arvoredo era derrubado de noite e as maiores pernadas colocadas nas covas que se abriam. Dava assim aos transeuntes a impressão de que as árvores continuavam a existir. E só, quando não se

pode protelar por mais tempo a ilusão é que tudo foi transportado.
Para onde, foi assunto sobre o qual muitos historiadores se têm debruçado. Procuraremos esclarecer alguns dos factos.
A maior parte dos materiais do Passeio foram vendidos. Isso mesmo o atesta um orçamento, elaborado pela Repartição Técnica da Câmara, em que o engenheiro Ressano Garcia garante como fonte de financiamento da obra da Avenida os fundos provenientes, entre outros, das demolições do Passeio.
Porém, nem todos tiveram este destino. Parte dos vasos e dos bancos foram espalhados pelos jardins da Cidade. Os cisnes de pedra do lago Norte foram enviados para o Jardim da Estrela e os candeeiros da rua central para Setúbal.
O topo Norte do Passeio era rematado por uma magnífica cascata, obra ali colocada segundo o plano de melhoramentos de Malaquias Leal. Tratava-se de um pavilhão de pedra ladeado por duas escadarias que conduziam ao terraço. Sob este, na fachada interior, abriam-se três grutas cobertas de folhagem e plantas aquáticas. Na do centro podia admirar-se uma estátua da Deusa Anfitrite, obra do escultor Alexandre Gomes, famoso discípulo de Machado de Castro. Frente às grutas, num lago circular, havia dois cisnes, também de pedra e do mesmo autor, que pareciam nadar.
A cascata foi, talvez pelo seu volume, a última peça a abandonar o Passeio. Aliás, a sua demolição revestiu-se de alguns episódios que vale a pena recordar.
Na sessão camarária de 13 de Março de 1884, apresentou o Visconde de Corriche, Vereador do Pelouro dos Passeios e Arvoredos, um ofício, participando que o encarregado das obras da Avenida solicitava indicações acerca do destino a dar à cascata, bem como às estátuas do Tejo e do Douro. O assunto foi entregue aos cuidados da Repartição Técnica do Município. Na sessão de 3 de Abril, como aquela repartição não tivesse ainda respondido à solicitação, foi esta reforçada por proposta do Vereador Andrade. O texto desta sessão não deixa qualquer dúvida de que a cascata se mantinha ainda no seu local original bem como as estátuas alegóricas atrás mencionadas.
Finalmente, na sessão de 24 de Abril, o Presidente apresentou um projecto de melhoramentos na Avenida, proposta pela Repartição Técnica. Nele se aventava a ideia de que as estátuas se deveriam manter no mesmo local, passando a fazer parte da nova artéria. Quanto à cascata, decidiu a Vereação, em votação nominal, que a mesma seria vendida em praça, bem como todos os acessórios que a compunham (terraço, escadas, urnas, estátuas e cisnes) pelo preço de cinco contos de réis, obrigando-se o arrematante a proceder à sua demolição.
O concurso foi aberto a 26 de Maio de 1884, mas ninguém nele se mostrou interessado. Face à situação, determinou a Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital que a Câmara procedesse a suas expensas à demolição da cascata (6). Assim se fez. Por proposta do Vereador Andrade, decidiu-se, na sessão de 19 de Junho, que tal demolição se fizesse «com o maior cuidado possível, para não estragar nenhuma das peças daquela construção».
Tudo foi, então, removido para a Abegoaria, à excepção das grades do terraço que, por proposta do Vereador Leça da Veiga, se aproveitaram, para resguardar a escola Froebel, recém-inaugurada no Passeio da Estrela.
Quanto às estátuas alegóricas do Tejo e do Douro, como já se referiu, ficaram na Avenida. Desse parecer foi também a Comissão de Obras e Melhoramentos que, em 4 de Agosto, aprovou o «Plano Estético da Avenida» em que aquelas se incluíam (7).
Do destino dado às pedras da cascata nada se sabe. A confiarmos no testemunho de Jesuíno Ganhado terão sido utilizadas na construção das sarjetas da Cidade (8).
A demolição do Passeio Público deu lugar à construção da Avenida. Como atrás referimos, o projecto previu, desde muito cedo, que a nova artéria principiaria por uma praça. Segundo alguns historiadores a ideia ter-se-ia baseado na Praça da Concórdia dos Champs Elisées de Paris.
Daí, a escolha do local para erguer o obelisco dos Restauradores.

2. A Praça dos Restauradores - cem anos de história



A Praça dos Restauradores nos primeiros anos do Séc. XX.

Ainda hoje a Praça dos Restauradores nos aparece como um prolongamento natural da Avenida da Liberdade.
Este facto era muito mais notório no século passado quando as placas arborizadas do «boulevard» se entendiam pela Praça.
Quando as «charrettes» subiam e desciam a Avenida, o Monumento dos Restauradores era, ainda, ladeado por quatro largas placas repletas de vegetação. Formava-se, assim, à volta do obelisco uma pequena Rotunda que nos anos imediatos à sua inauguração se destinou apenas à circulação de peões. Não faltavam os tradicionais quiosques e os bancos ali colocados permitiam gozar o aprazível arvoredo.
No dealbar do nosso século, porém, tudo se transformou: a construção da Avenida e o desenvolvimento da Cidade para Norte ligaram a velha urbe às povoações da sua periferia. Este facto teve como consequência o desenvolvimento dos transportes e não tardou que a Cidade se visse coberta por inúmeras redes de «tramway» da Carris que lhe iam alterando a imagem.
Em 1905, obteve a companhia autorização da Câmara para instalar nos Restauradores o terminal da sua carreira de eléctricos até Benfica.
Desapareceram, então, as placas arborizadas substituídas por passeios, artisticamente empedrados com o tradicional mosaico português.
À volta do Monumento foi também executado um empedrado de grande beleza.
Com a retirada do arvoredo a Praça apresentou-se então, como um grandioso espaço aberto com o seu piso repleto de carris. Em 1927, segundo informa Eduardo Martins Bairrada, no seu livro «Empedrados Artísticos», houve ideia de construir placas com um empedrado alusivo à Restauração de 1640, mas o projecto não foi avante.
O aumento substancial do tráfego, verificado a partir dos anos 40, e a introdução das carreiras de autocarros levaram a Câmara a permitir, de forma algo anárquica, a instalação de áreas de estacionamento em volta do Monumento, enchendo-se a Praça de viaturas que lhe alteraram um pouco a fisionomia.
Nos finais dos anos 50 ela tomaria um novo aspecto, em consequência das obras do Metropolitano. Do lado ocidental, abriu-se um enorme «buraco» para permitir a construção das galerias e estação que, na 1.ª fase de funcionamento do Metropolitano, seria o terminal da linha construída, Sete-Rios/Restauradores.
Quando as obras se concluíram tudo se modificou: desapareceram os passeios empedrados, e, em seu lugar, construiu-se uma comprida e estreita placa que servia, simultaneamente, de passeio e de estacionamento.
No lado oriental, subsistiram ainda por alguns anos as placas empedradas. Mas, em Abril de 1971, o Município iniciou no local a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.
Inaugurado em Dezembro de 1972, possui este dois pisos e encontra-se ligado com a estação do Metropolitano que lhe fica contígua.
A construção deste parque permitiu libertar, à superfície, todo o espaço central da Praça. Decidiu, então, a Câmara ali colocar uma nova placa onde se repusesse o tradicional empedrado. Não o antigo modelo, mas um novo, elaborado a partir do desenho de João Abel Manta, vencedor do concurso público aberto para o efeito.
A sua concretização valorizou amplamente o Monumento, pois, a retirada do estacionamento permite uma visualização do obelisco, em toda a sua grandeza, de todos os ângulos da Praça.
Mas, o antigo empedrado não se perdeu totalmente. Os seus modelos foram utilizados, recentemente, na reposição dos passeios artísticos em volta do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade.
Se subir a Avenida da Liberdade, detenha-se um pouco na sua sala de visitas a que chamaram Praça dos Restauradores.
Em 1886, aquando da inauguração do Monumento aos Restauradores o espaço que o circundava apresentava já a configuração da nova Praça.
No decorrer de um século de existência, gerações de Lisboetas ali viram aparecer e desaparecer, teatros, garagens, restaurantes e clubes, concorridas pastelarias e mesmo os primeiros cinemas da Capital.
Dos edifícios já construídos à data da inauguração do obelisco salientam-se dois: o Palácio Castelo-Melhor (Palácio Foz), ocupando toda a face Ocidental, e o

Palácio Anjos (edifício C.T.T.).



O Palácio Foz no início do séc. XX.

O primeiro, embora com diversas modificações, chegou até aos nossos dias, como um verdadeiro ex-libris da Praça. Deve a sua edificação aos Marqueses de Castelo-Melhor, cuja residência ruiu no terramoto de 1775. A nova residência, sobranceira ao Passeio Público, foi edificada a partir de 1777, sob o risco do arquitecto italiano Fabri. Falecido este, em 1801, o seu projecto foi executado e terminado em 1811.
Em 1889, porém, o edifício foi vendido. Adquiriu-o o Marquês da Foz que, sob projecto do arquitecto José António Gaspar e do decorador Leandro Braga, lhe introduziu importantes modificações. Procedeu-se, então, ao alteamento da fachada, construindo-se uma mansarda e, sobre os dois grandes pórticos, duas balaustradas com esculturas de Simões de Almeida. Os seus salões foram luxuosamente decorados em estilo francês. Algumas paredes receberam magníficos azulejos trazidos da antiga Fábrica da Pólvora. Desde 1858, existia na esquina com a Calçada da Glória, a Capela de Nossa Senhora da Pureza. Era uma pequena capela do Palácio dos Castelo-Melhor em que o Marquês da Foz introduziu importantes melhoramentos.
Em 1901, quando por decadência da casa Foz o Marquês vendeu o Palácio o novo proprietário, Manuel da Silva (9), demoliu a capela. Salvou-se unicamente a imagem de Nossa Senhora da Pureza, transportada, a 5 de Fevereiro de 1902, para propriedade dos Castelo-Melhor, à Costa do Castelo. Hoje está na posse do Município de Lisboa que adquiriu aquela propriedade denominada Palácio da Rosa.
No local da antiga capela, em 1907, o empresário Raul Lopes inaugurou o Salão Foz, um dos primeiros salões cinematográficos da Capital. Vendeu-o, no ano seguinte, para abrir no mesmo local, o famoso Salão Central. O Salão Foz ardeu no dia 29 de Janeiro de 1929 e o incêndio pôs em grande risco o Palácio. Em 1908, José Nunes Erára inaugurou, no primeiro andar do edifício, o Clube Restaurante Maxime's, também conhecido por Clube dos Restauradores, que ali existiu até finais dos anos 30.
O Palácio, hipotecado, foi adquirido pelo Conde de Sucena, em 1914.
A fachada do primeiro piso sofreu profundas alterações, de acordo com o polémico projecto do arquitecto Resende Carvalheira, quando, em 1916, ali se instalou o Café-Restaurante Abadia. Esta decoração arte-nova resistiu até aos anos 30, podendo-se ver em fotografias de época a enquadrar a entrada da Pastelaria Foz, um elegante salão de chá, importante ponto de encontro da Lisboa dos anos 20.
No passeio que lhe ficava defronte existiu um magnífico empedrado, também arte-nova, datado de 1916, relativo àquela Pastelaria e que, embora já desaparecido, se pode admirar no projecto existente na colecção de empedrados do Arquivo Municipal (10).
Mas tudo isto desapareceu quando, em 1935, o Estado decidiu fazer no Palácio amplas obras de restauro para nele instalar o Secretariado da Propaganda Nacional criado, em 1933, por António Ferro.
Entre 1935 e 1948, o edifício sofreu importantes remodelações no interior e na fachada que retomou um pouco da traça oitocentista da mansão dos Marquezes da Foz.
Os antigos salões transformaram-se em amplas salas de exposições onde, nos anos 40, se realizam as célebres exposições de arte moderna promovidas pelo então Secretariado Nacional de Informação (S.N.I.).
Extinto o S.N.I., em 1974, ali passou a funcionar a Secretaria de Estado da Comunicação Social, para além de outros serviços governamentais da área do Turismo.
Nos jardins da antiga residência palaciana, em 1902, projectou Mimon Anahory a construção de um teatro ao ar livre (11), mas, em 1906, no lugar das cavalariças dos Castelo-Melhor construiu-se a Garagem Beauvalet. Era um enorme hangar em ferro que o comerciante Albert Beauvalet mandara erguer sobre a galeria dos jardins, sobranceira à Praça dos Restauradores. Destinava-se ao comércio de automóveis, mas durou apenas três anos.
Em 1909, o comerciante Beauvalet transferiu o seu estabelecimento para os baixos da Avenida Palace. A antiga garagem transformou-se, então, em teatro de Variedades que também não durou muito tempo, pois, em 1914 iniciou-se a construção do primeiro Eden-Teatro. Edificado por iniciativa de Luís Galhardo, inaugurou-se com a opereta «O burro do Sr. Alcaide», de Gervásio Lobato, e nela se apresentaram nomes como Palmira Bastos, José Ricardo e Ângela Pinto.
Apesar de se tratar de uma bonita construção, não

resistiu às condenações que lhe foram impostas pela Direcção-Geral de Espectáculos, segundo cremos, por motivos de segurança. A sua demolição ocorreu em 1930. Pouco tempo depois iniciou o 2.º Conde de Sucena, proprietário de todo o quarteirão, a edificação de uma nova sala de espectáculos, hipotecando para tal as suas propriedades. Dificuldades de vária ordem fizeram arrastar a construção por sete anos, demora que levou o Conde de Sucena à ruína, mas não impediu que o novo Eden se erguesse (12).

O edifício conheceu três projectos, dois assinados pelo arquitecto Cassiano Branco e o terceiro por Carlos Dias que viria, aliás, a ser o projecto executado. Apesar de subsistirem dúvidas, é convicção de muitos investigadores que também este se deve a Cassiano Branco que, por qualquer razão, viria a abandonar a obra, sendo, então, esta terminada, com algumas alterações, pelo arquitecto Carlos Dias.

Esta nova sala inaugurou-se, no dia 1 de Abril de 1937, com a peça «Bocage», cujos principais papéis estiveram a cargo de Estêvão Amarante e Emília das Neves. Mas a crise do teatro nos anos 40 levou o Eden, como muitos dos seus congéneres, a mudar de rumo.

Pouco tempo depois de inaugurado, o Eden-Teatro passou a Eden-Cinema.

No piso térreo, junto ao corredor que o separa do Palácio Foz, funcionou, durante vários anos, o cinema Restauradores, salão de sessões cinematográficas. Esta sala e a livraria Clássica-Editora que existiam já no primeiro Eden resistiram à sua demolição. Reabriram as suas portas no novo edifício, tendo o cinema desaparecido nos finais dos anos 30.

No corredor que atrás mencionámos existiu durante vários anos uma esquadra, depois transferida para a Praça da Alegria. Por ali se fez, também, o acesso ao Anuário Comercial Português que, desde o início do século até aos finais da década de 1930, esteve instalado no Palácio Foz.

Depois de construído o Teatro, este espaço ficou a dar-lhe serventia, como ainda hoje acontece.

Ainda na face Ocidental da Praça, entre o Eden e o Hotel Palace, existe um prédio sem grande nota de realce. Mais não é, com efeito, do que um bloco com janelas onde se alojam inúmeros escritórios de diversas empresas. Uma autêntica «vila», como lhe chamou Norberto Araújo nas suas «Peregrinações». Não fosse o emaranhado publicitário dos seus estabelecimentos comerciais a dar um toque colorido aquele local, este canto da Praça não seria notado. Neste mesmo local existiu, em tempos, o Circo Whyttoyne. Inaugurado em 1875, era propriedade do conhecido palhaço Henry Whyttoyne, animador das sessões dos circos Price e Salitre. O circo ardeu, em 1881, e foi transformado em coliseu de recreios. Desapareceu, definitivamente, em 1887, a fim de dar passagem ao caminho de ferro e permitir a construção da Gare do Rossio. Descrita a face Ocidental da Praça dos Restauradores passamos à face Sul. Pouco edificada, já que é ocupada na sua maioria pelo começo da Rua 1.º de Dezembro e pela muralha da Rua do Jardim do Regedor. O único edifício construído deste lado é o Hotel Avenida Palace. Datado de 1891, é projecto do arquitecto José Luís Monteiro. A sua construção precedeu em um ano a da sua vizinha Estação Central também traço do mestre Monteiro. Inicialmente, destinava-se a dar apoio à estação como restaurante e hotel, o que, no entanto, não veio a acontecer. Propriedade da Companhia Portuguesa de Wagons-Lits foi adquirido, nos finais do século passado, pela Companhia Portuguesa de Hotéis, também proprietária do extinto Hotel Inglaterra que lhe ficava defronte.

Em 1910 o edifício foi ampliado, construindo-se, então, a mansarda. Esta alteração verificou-se de uma forma cuidada, pelo que não desequilibrou muito o edifício. Até 1912 o acesso ao hotel fazia-se pela Praça dos Restauradores. Uma passagem entre as colunas da fachada dava acesso a um pátio interior. Quando a passagem se fechou o acesso do edifício passou a fazer-se, como ainda hoje, pelo pequeno pátio que o separa da gare do Rossio, isto é, pela Rua 1.º de Dezembro.

Do lado oposto ao Hotel Avenida Palace, situa-se a rua do Jardim do Regedor. Esta velha artéria encontra-se num plano desnivelado em relação à Praça dos Restauradores, como, aliás, já acontecia com o antigo largo do Passeio Público. Por tal motivo ali construiu a Câmara, em 1863, uma muralha de suporte.

Em 1922, esta propriedade municipal foi alugada ao comerciante José Augusto que encomendou ao Arq.º João Antunes um projecto para o aproveitamento da muralha (13).

Decidiu-se, então, construir um pavilhão sobre aquela, intenção que o Arq.º João Antunes materializou, apresentando um magnífico projecto.

Este previa, para além da construção, o aproveitamento interior da muralha, construindo-se uma sala que, de início, se encontrava ligada ao piso superior por uma escada interna.

Esta propriedade municipal, vulgarmente conhecida por Quiosque dos Restauradores, está actualmente ocupada pela Agência de Bilhetes para Espectáculos Públicos (ABEP) que a explora desde 1962, ano em que a Sociedade Avenida Café Lda. ali deixou de funcionar. Quando este aluguer se efectuou foi retirada a escada interna, ficando este espaço transformado em duas propriedades distintas reservando a Câmara para si o piso inferior, onde instalou um posto de Turismo.



O Pavilhão dos Restauradores, vulgarmente designado por "Quiosque dos Restauradores" (Agência ABEP), em 1967.

Destina-se à venda de bilhetes para espectáculos pelo que se encontra rodeada de toldos e cartazes que lhe retiram a imagem da sua bonita decoração. Uma situação «quiçá» a rever pelo Município.
De referir ainda que esta construção foi a primeira efectuada, em Portugal, em betão armado, juntamente com o do Teatro Ginásio, aliás da mesma autoria e época.
No pináculo de remate da muralha existiu até à década de 1940 um bonito candeeiro, desenhado pelo Arq.º Alexandre Soares. Em 1942, a pretexto de que o referido candeeiro já não era funcional, os serviços municipais mandaram-no retirar, desconhecendo-se o destino que lhe terão dado. Tratava-se de uma excelente obra em ferro e, pena é que ela já não exista, pois, poder-se-ia repor no seu local original.
A face Oriental da Praça é constituída por dois quarteirões de prédios. O primeiro situado entre a Rua do Jardim do Regedor e a travessa de Santo Antão, não merece grande noto de referência, a não ser a de que as suas edificações necessitam urgente limpeza.
O segundo bloco merece-nos já alguma atenção. No espaço por ele ocupado foi, até ao terramoto de 1755, o Palácio dos Condes da Ericeira.
Tornejando com a travessa de Santo Antão, encontramos o edifício dos Correios. Quem contemplar a sua fachada ainda pode imaginar traços da antiga residência da família Anjos, sua antecessora.
Em 1938, o antigo Palácio desta família de industriais e comerciantes foi adquirido pelo Estado que nele instalou a sede da Companhia de Telégrafos e Telefones (C.T.T.) Mandou proceder, então, a diversas alterações de que se destaca o alteamento da fachada, projecto do arquitecto Adelino Nunes. De notar ainda o painel de azulejos que decora o átrio. É uma representação da mala-posta e deve-se a mestre Almada Negreiros.
O prédio n.º 47 tornou-se há cerca de 40 anos bastante movimentado, quando, em 1947, a firma Indústrias Reunidas de Bolachas e Confeitarias ali inaugurou a Pastelaria Riviera. Era um amplo salão de chá, muito concorrido e cuja decoração se deve ao arquitecto Raul Tojal.
Quem dedicar algum tempo aos projectos verificará a semelhança entre este estabelecimento e o Café Paladium que lhe ficava quase defronte. Também este é obra do mesmo arquitecto e data de 1932.
A Pastelaria Riviera encerrou em 1957. No seu lugar instalou-se um novo estabelecimento e os seus proprietários introduziram importantes alterações na fachada, entregando o projecto ao arquitecto Manuel Tojal.
Não poderíamos terminar esta viagem à volta da Praça dos Restauradores sem falar do edifício número 37. É o último prédio e remata a Praça de uma forma elegante. A sua construção data de 1909-1910 e substituiu um outro que ali se achava edificado. Conheceu dois projectos ambos do arquitecto Francisco Vilaça. No segundo o seu autor introduziu-lhe o decorativo cunhal que faz o tornejamento com a Rua dos Condes e que dá ao edifício uma imagem muito curiosa, realçada recentemente com o restauro de que foi alvo.

3. O Monumento aos Restauradores de 1640



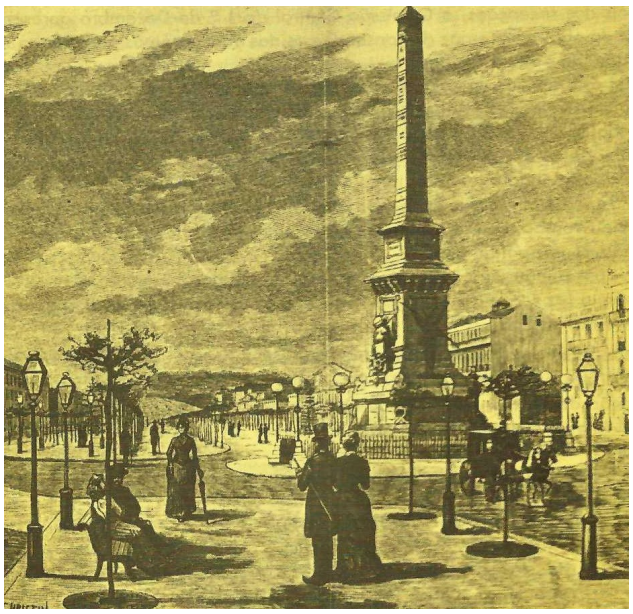
Praça dos Restauradores.

A iniciativa da erecção de um monumento à memória dos Restauradores da Independência coube à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640.
O seu primeiro manifesto data de 25 de Agosto de 1861, e nele se delineavam as intenções e objectivos deste grupo de cidadãos (14).
Manifestava-se assim o propósito da Comissão em homenagear os heróis da Restauração de 1640 e, nomeadamente, erguer um monumento que perpetuasse a memória destes patrióticos portugueses.
A ideia original era levantar um pequeno padrão comemorativo no largo fronteiro ao Palácio dos Condes de Almada para o que se chegou mesmo a preparar o terreno.
Razões diversas fizeram abortar o propósito (15).
Uma circular da Comissão, datada de 30 de Setembro de 1861, confirmo-no-lo, quando no programa das comemorações do 1.º de Dezembro daquele ano nos diz: «- Que nesse dia, e na frente do Palácio dos Condes de Almada, onde se reuniram os conspiradores se levante um padrão em que se gravem e perpetuem os seus nomes... »
A morte de D. Pedro V, em Novembro de 1861, adiou as festividades.
No ano seguinte as comemorações tiveram lugar, mas do monumento não mais se falou.
Entre 1862 e 1864 a Comissão interrompeu o seu trabalho. Neste último ano, no entanto, retomou e a ideia da colocação do obelisco.
Em 1871, o Dr. Francisco Manuel Mendonça (Barão de Mendonça) que exercia simultaneamente os cargos de Presidente da Comissão Central e de Vereador da Câmara Municipal, informou aquela de que o Município, decidira mandar ajardinar o largo fronteiro ao Palácio Almada para ali se colocar o monumento.
Em Setembro daquele ano, em sessão da Comissão declarou o Comendador Francisco da Fonseca que possuía um esboço do monumento que encomendara a um seu amigo. A Comissão, depois de o apreciar, concordou, que após a apresentação daquele projecto, nada impedia que a obra tivesse o seu início. Em Novembro de 1871, começou o nivelamento do largo, mas, logo a 14, decidiu-se adiar os trabalhos.
Pensou-se, então, que seria possível incorporar no Monumento monólito de Montes-Claros, o que a efectivar-se lhe aumentaria a altura e, assim sendo, tornaria acanhado o espaço inicialmente previsto para a sua colocação. Começou-se, então, a pensar noutro local, decidindo-se que no Palácio Almada se colocaria apenas uma lápide comemorativa do feito de 1640. Autorizada inicialmente pelos Condes de Almada, retiraram estes posteriormente o seu «agrément», por razões que continuam pouco esclarecidas. Por isso a referida lápide não foi colocado.
Mas voltemos ao Monumento.
Em 1873, como vimos, encontrava-se este sem localização designada.
Porém, à margem deste contratempo ia decorrendo, com grande aceitação a subscrição pública, nomeadamente no Brasil, de onde chegavam avultadas quantias. Em Portugal, a subcomissão que, sob a presidência do Marquês de Sá da Bandeira, se encarregara da tarefa, ia também desenvolvendo a sua acção por todo o País.
Na sessão da Comissão de 13 de Outubro de 1875, tratou-se do local do obelisco.
Ficou, então, decidido que o espaço mais indicado para se erguer o monumento era o largo sul do Passeio Público, onde, de acordo com o projecto do «boulevard», se antevia a construção de uma praça.
Em sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia seguinte, 14 de Outubro, a edilidade recebeu da Comissão a proposta aprovada no dia anterior.
Declarou, então, o presidente que a Câmara não só concordava com o local, como prometia todo o apoio à Comissão no seu patriótico propósito.
Assim, e apesar da discordância da Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital que entendia como locais mais apropriados o largo D. Luís I ou o Campo de Santa Ana, a proposta da Comissão foi aprovada, e assim,

marcou-se para o dia 1 de Dezembro de 1875 o lançamento da 1.ª pedra.
Na data aprazada tudo decorreu conforme o determinara a Comissão. À cerimónia compareceram muitas altas individualidades, além, naturalmente, do Rei D. Luís e da família real.
A pedra fundamental foi transportada numa padiola pelo Marquês de Penalva, pelo Visconde de Sagres, por Fernando Teles da Silva e pelo presidente da Câmara de Lisboa, conforme consta do respectivo auto. Deste, encerrado num cofre de ouro que se colocou nos caboucos, tiraram-se duas cópias: uma para o Governo e outra para a Câmara Municipal de Lisboa (1).
Estava, assim, concluída a primeira fase desta epopeia. Mas a fase que se seguiu não foi menos atribulada que a primeira.
Dos candidatos aos dois concursos públicos abertos pela Comissão para a apresentação de projectos nenhum logrou satisfazer as condições de qualidade exigidas. Esgotada, assim, esta modalidade, decidiu-se entregar a elaboração do projecto final ao professor de Belas-Artes, António Tomáz da Fonseca.
Na sua sessão de 7 de Julho de 1877, a Comissão aprovou não só o trabalho apresentado por Tomáz da Fonseca, mas também a entrega da empreitada de construção a Sérgio Augusto de Barros pelo preço de vinte e cinco contos de réis.
Em finais de 1881, o Monumento encontrava-se praticamente pronto. Faltavam-lhe apenas as duas estátuas alegóricas que ornam as faces Norte e Sul do obelisco que se concluíam, por oferta do Governo, no Arsenal do Exército.
Na sessão de 4 de Novembro de 1882, como as estátuas estivessem quase prontas, a Comissão decidiu marcar a inauguração do Monumento. Escolheu para tal o dia 13 de Fevereiro de 1883, aniversário do tratado de paz com a Espanha.
Estrondosamente saudada pela Imprensa a festa não viria, porém, a efectuar-se.
A visita dos Reis portugueses ao país vizinho e o atraso da Câmara nas obras de embelezamento em volta do monumento foram as principais razões do adiamento.
A Câmara, no entanto, fazia o que podia. É que o aformosamento da praça implicava o apeamento das grades do Passeio. Mas tal decisão teve forte oposição na opinião pública e alguma hesitação interna. O Município decidiu, entretanto, oferecer à Comissão os oito candeeiros que deveriam circundar o Monumento, adjudicados por dois contos de réis à Empresa Industrial Portuguesa.
Em 1883, o Monumento ficou finalmente concluído. A 16 de Agosto, foram colocadas as estátuas, nada impedindo, portanto, a inauguração, exceptuando a indecisão que continuava a reinar na Câmara. Além disso, entendeu o Município exigir a colocação de uma grade em redor do Monumento. Com alguma dificuldade foi a mesma conseguida com a ajuda do Governo.
Em sessão de 30 de Agosto de 1884, marcou-se nova data para a cerimónia. Desta vez a escolha recaiu sobre o dia 20 de Março de 1885, nomeando-se uma subcomissão para preparar os festejos.
Desconhecemos as razões, mas a verdade é que aqueles só viriam a realizar-se quase um ano depois, a 28 de Abril de 1886.
O «Diário do Governo» n.º 92 de 27 de Abril de 1886, inseria, finalmente o decreto que determinava a data da inauguração do Monumento. Aprovava também o programa das cerimónias constituído por uma a realizar-se na Praça dos Restauradores e outras no Teatro D. Maria II.
Tudo decorreu conforme o programado.
Às quatro horas da tarde de 28 de Abril, chegou à Praça dos Restauradores a família Real. Recebeu-a o Cardeal-Patriarca de Lisboa, o ministério (16), a Câmara Municipal de Lisboa e a Comissão Central do 1.º de Dezembro, Além da corte e demais individualidades.
Depois das recepções, a Comissão Central do 1.º de Dezembro apresentou o autor do obelisco, Tomáz da Fonseca, e os das duas estátuas alegóricas, Simões de Almeida e Alberto Nunes.
Findos os discursos, procedeu-se ao descerramento do Monumento, tendo o Rei D. Luís desvelado a estátua da Independência e o Príncipe Real D. Carlos a da Victória.
Terminada a cerimónia a Família Real dirigiu-se para a tribuna que a Câmara Municipal mandara levantar junto ao Monumento. Ali, procedeu-se à assinatura do auto de inauguração de cujo original, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se tiraram duas cópias: uma para a Comissão e outra para a Câmara Municipal de Lisboa.
Logo após a inauguração do Monumento, uma bateria estacionada na Praça do Comércio fez soar uma salva de 21 tiros, no que foi correspondida pelas fortalezas e navios do Tejo.

À noite, para além das iluminações que se fizeram no Monumento, no Palácio dos Condes de Almada e no Teatro D. Maria II, houve, neste último, a representação do drama «Os Portugueses de 1640», oferecido à Comissão pelo seu vogal Miguel Osório Cabral, a que assistiram diversas individualidades convidadas.
Estava inaugurado o Monumento aos Restauradores da Independência de 1640.

O Monumento



Monumento aos Restauradores, revista Ocidente, 1886.

O Monumento, projecto de António Tomáz da Fonseca, é constituído de envasamento quadrangular com os cantos salientes, decorado com pilastras e coroas; assenta em dois degraus e tem quatro faces cortadas ao centro por festões de louro e hera.
O pedestal é ornado com duas estátuas: na face Sul o «Génio da Independência», obra do escultor Alberto Nunes, e na face Norte a «Victório», escultura de Simões de Almeida. As faces laterais são ornadas com troféus de armas. Em todas as quatro faces foram esculpidas as datas mais gloriosas da Restauração de 1640.
Sobre o pedestal assenta o ótico, em cujas quatro faces se vêm também algumas datas de vários feitos históricos. Daí nasce o obelisco que na face Norte tem o escudo do Município de Lisboa e na do Sul as armas nacionais.
Na face inferior do envasamento, do lado Sul, foi posta a dedicatória do Monumento pela Comissão Central 1.º de Dezembro.
A altura total do Monumento é de quase 30 metros. A sua concepção e construção couberam inteiramente a artistas e artífices portugueses. O seu custo foi de 45 contos de réis. As estátuas foram oferecidas pelo Governo, bem como a grade resguardo. A Câmara de Lisboa colaborou de diversos formas, nomeadamente, com o transporte para os materiais, além da oferta dos oito candeeiros colocados em volto do monumento. Nas festas de inauguração despenderam-se cerco de 3 mil réis.

Notas:
(1) Júlio de Castilho, Lisboa Antiga, Bairros Orientais, vol. X, Lisboa 1888, p. 144.
(2) O Município recebeu diversos abaixo-assinados. De todos o de maior significado possuía cerca de 2000 assinaturas e de entre elas, a de Alexandre Herculano.
(3) Os Gatos, Fialho de Almeida.
(4) Muito do dinheiro empregue na obra foi proveniente da venda de materiais demolidos do Passeio Público.
(5) Jesuíno Ganhado, «O Passeio Público», Revista Municipal, Lisboa (30-31), 3.º-4.º trimestre, 1946, pp. 29-30.
(6) Existe no Arquivo Municipal um levantamento da cascata com todas as pedras devidamente numeradas.
(7) Parecer n.º 1385 da Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital. 4 de Agosto de 1884, Arquivo Municipal, 1884, p. 550.
(8) Jesuíno Ganhado, «O Passeio Público», Revista Municipal, Lisboa (30-31), 3.º-4.º trimestre, 1946, pp. 29-30.
(9) Proprietário do Anuário Comercial Português.
(10) Colecção de desenhos de empedrados, n.º 40.
{11) Este projecto consta do processo do edifício e por ser aguarelado tem grande interesse artístico.
(12) O Conde de Sucena era grande proprietário, quer na Praça dos Restauradores, quer na Avenida. Como não pode satisfazer os seus compromissos com a Caixa Geral de Depósitos, esta procedeu ao leiIão daquelas propriedades o que deixou o Conde de Sucena praticamente arruinado.
(13) O Arquitecto João Antunes foi, desde 1918 até à sua aposentação, funcionário Municipal.
(14) O manifesto aprovado na sessão da Comissão realizada nos Paços do Concelho de Lisboa era assinado entre outros por Alexandre Herculano, Anselmo Braancamp Freire, Condes de Almada, etc.
(15) Muitos autores defendem que tal facto se ficou a dever a uma contenda entre a Comissão e os Condes de Almada. Pensamos, porém, que tal se ficou a dever às alterações introduzidas ao 1.º projecto. As contendas a existirem terão aparecido mais tarde.
(16) O ministério era chefiado pelo Progressista José Luciano de Castro.

* Artigo publicado no catálogo da Exposição Comemorativa dos 100 Anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886-1986), organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e ocorrida no Palácio Galveias em Dezembro de 1986.



A Sociedade Histórica da Independência de Portugal nas comemorações do 3.º Centenário da proclamação da N.ª Sr.ª da Conceição como Padroeira de Portugal*

Ana Leal de Faria**

1. Introdução

No século XVII, o reacender da polémica sobra a Imaculada Conceição de Maria e as diligências de D. João IV para impor o "juramento da Conceição" estão na origem da primeira medalha que se cunhou no nosso país. Circulou como moeda, em ouro e prata, a lembrar a consagração da Virgem Maria proclamada Padroeira de Portugal, nas cortes de Lisboa de 1646 (provisão régia de 25 de março de 1646).

A Dinastia de Bragança tinha particular devoção a esta causa. Poucos dias depois da Restauração, D. João IV prestou o seu próprio juramento, na Real Capela do Paço da Ribeira, dedicando o Reino à Virgem Maria – tal como D. Afonso Henriques –, fazendo-se seu vassalo e tributário (50 cruzados de ouro anuais dedicados à Senhora da Conceição de Vila Viçosa). Obrigava-se a defender, até derramar o sangue, que ela fora concebida sem pecado, desnaturalizando todos os que defendessem o contrário. Também ordenou que os estudantes da Universidade de Coimbra, antes de tomarem algum grau, jurassem defender a Imaculada Conceição da Mãe de Deus.(1)

A profunda a devoção dos novos reis de Portugal ao culto da Imaculada Conceição transformou a sua festa - celebrada no dia 8 de dezembro pelo menos desde o séc. XIV e inscrita no calendário litúrgico por Sisto IV, a 28 de fevereiro de 1477 – num dia "santo de guarda"(2) desde a Restauração. O Estado liberal, numa atitude mais abstencionista, não obrigou os cidadãos ao preceito católico, embora o permitisse. Era um dia de "pequena gala" na corte, assinalado a título privado pela família real, não sendo considerado um feriado, mesmo após a consagração do dogma por Pio IX (bula *Ineffabilis Deus*, 8 de dezembro de 1854).

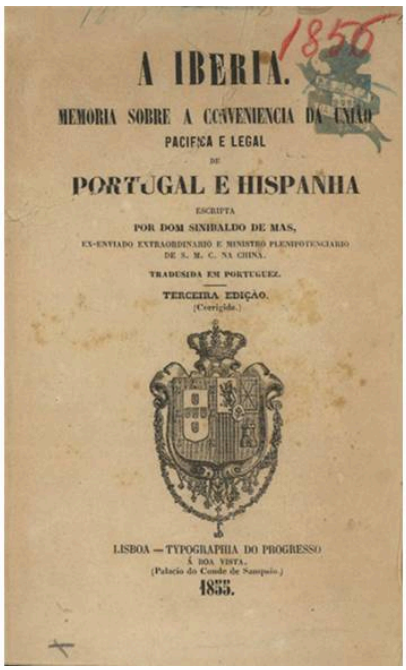
A laicização republicana aboliu os dias santos, com apenas um efémero reconhecimento como feriado por Sidónio Pais (Dec. n.º 5.028 de 4 de dezembro de 1918), logo revogado após na sua morte, escassos dez dias depois.

O Estado Novo manteve um regime de separação formal com a Igreja, conservando, de início, a mesma atitude laica da República. No entanto, em 1948, introduziu uma alteração significativa relativamente aos feriados oficiais - podemos integrá-la no ciclo comemorativo dos centenários, neste caso o duplo tricentenário da Restauração e da eleição de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal - com a promulgação da lei n.º 2029 da Presidência do Conselho, aprovada pela Assembleia Nacional e assinada pelo Presidente Carmona (5 de junho de 1948). Pela primeira vez, desde a implantação da República, o Estado reconhecia como feriado nacional um dia santificado pela Igreja.(3)

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal, associação cívica e patriótica fundada na segunda metade do séc. XIX com a designação de *Associação Nacional 1.º de Dezembro de 1640*, não perdeu a oportunidade de se juntar, de forma evidente e de âmbito nacional, às comemorações da Padroeira, associando-a às suas próprias celebrações da Restauração, tanto mais que a nova dinastia brigantina e o seu primeiro rei eram incondicionais devotos da causa da Imaculada Conceição de Maria. Para além das manifestações religiosas apropriadas, a instituição propôs às entidades competentes a cunhagem de uma medalha-moeda, réplica daquela que D. João IV mandara amoedar em 1648. Uma vez aprovado o projeto, financiou e acompanhou todas as fases da sua execução, embora persista a confusão entre os especialistas sobre a autoria dessa iniciativa, conforme referido num artigo de Batalha Reis, publicado na *Brotéria* com o título de «O culto de Nossa Senhora da Conceição na Numismática Portuguesa» e citado por António Miguel Trigueiros. (4) Essa é uma polémica para os numismatas. Com este estudo pretendo simplesmente contribuir para a reflexão e debate sobre as relações entre o culto mariano, o poder político e a sociedade civil através da participação de uma instituição cívica nas comemorações de um centenário religioso, na sua dupla vertente espiritual e material.

2. A polémica do iberismo e a fundação de uma associação cívica e patriótica, a futura SHIP

As fontes principais para este trabalho - cartas, atas, propostas e outros documentos, na maior parte inéditos - encontram-se no Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (5). As origens desta instituição remontam à segunda metade do séc. XIX, num tempo em que a ideia de uma união ibérica era apoiada por liberais progressistas, que a divulgaram na imprensa periódica e em panfletos, suscitando acesa polémica junto da opinião pública. A sua fundação partiu da reunião de um grupo de patriotas resolvidos a reagir ao iberismo e a evidenciar publicamente os seus sentimentos nacionalistas através da comemoração, anual e solene, da data da Restauração da Independência de Portugal, no dia 1.º de Dezembro de 1640, feriado pelo qual lutaram insistentemente durante a Monarquia Constitucional e que, ironicamente, só a 1ª República lhes trouxe(6).

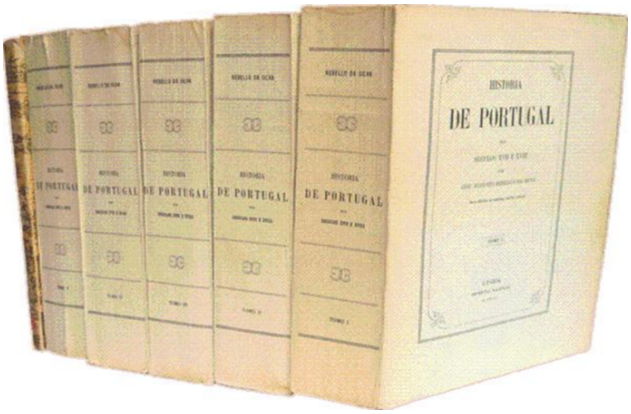


Sinibaldo de Más y Sans, A Iberia: Memoria sobre a conveniência da União Pacífica e Legal de Portugal e Espanha, 3.ª ed., Lisboa, Typ. Universal, 1855.

O tema do iberismo era propagado com insistência em vários órgãos da imprensa periódica, tanto a nacional, como a espanhola. Na sua edição de abril de 1849, a *Revista Militar* do país vizinho debruçou-se sobre a questão e o artigo foi transcrito na sua congénere portuguesa, em julho desse ano. Na *Revista del Médio Dia*, o republicano Henriques Nogueira advogou propostas semelhantes, defendendo a federação dos povos da península nos seus *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (1850). No ano seguinte, apareceu a primeira edição de um panfleto da autoria do catalão Sinibaldo de Mas y Sans, com prefácio do jornalista e lente da Escola Politécnica de Lisboa, José Maria Latino Coelho, cuja circulação provocou acesa polémica. A separação de Portugal e Espanha, em 1640, era aí apresentada como uma verdadeira calamidade. Invocavam-se inúmeras razões de ordem económica, concluindo que seria ótimo para um português fazer parte de uma nação seis vezes maior.

Ambos defendiam o princípio da superioridade de organizações políticas mais vastas do que as nações, propondo formar uma sociedade que fosse responsável por fazer a propaganda desta ideia: *A Ibéria*. O argumento era tentador: traria a redução dos encargos dos povos e, consequentemente, a diminuição dos impostos. Supondo ser difícil conseguir para toda a Europa uma situação unificada, a que atribuíam grandes vantagens, defendiam que fosse a Península Ibérica a aproximar-se dessa "desejável unidade", pois tinha mais condições do que a própria Itália para formar uma só nação em vez de um "reino raquítico rodeado de grandes nações", que "sem grandes forças contra o golpe de mão que a Espanha intente e, por conseguinte, sempre temeroso dela, tem tido que lançar-se nos braços da Inglaterra"(7). A união deveria ser pacífica. O ponto de partida era o conceito de progresso, nomeadamente o progresso material das comunicações, que o fontismo também defendia, pretendendo ligar o progressismo português ao seu congénere espanhol. Eram de opinião que os pequenos Estados se deviam fundir com as grandes nações com quem tinham certas afinidades de origem, raça, linguagem e tradições históricas, no sentido de se evoluir para a constituição de uma "verdadeira humanidade".

Os jornais *O Progresso* (1854-56), *O Leiriense* (1854) e *a Revista Peninsular* (1855-56) apresentaram com insistência esse ideário em artigos assinados por José de Torres, Henriques Nogueira, Latino Coelho, Lopes de Mendonça e Amorim Viana. Fundada por Carlos José Caldeira (que conheceu Sinibaldo de Más em Macau e era proprietário de uma tipografia), *a Revista Peninsular* pretendia contribuir para um conhecimento mútuo de ambos os países, embora alguns dos colaboradores não manifestassem grande simpatia pela ideia ibérica, como era o caso de Alexandre Herculano, que depois será um dos mais ativos membros da Comissão Central 1.º de Dezembro.



Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), História de Portugal. Séculos XVII e XVIII, 5 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1871

A polémica não tardou. O órgão miguelista *A Nação* reagiu violentamente, assim como o político progressista e católico José Maria Casal Ribeiro e o jornal *A Imprensa*, de que Rebelo da Silva era redator principal, que não só atacou energicamente a ideia, como chamou a atenção para a necessidade de a analisar também em termos

históricos, concluindo por uma incontestável vivência nacional anti-iberista. A sua *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* (1859-1871) (8), patrocinada por D. Pedro V (portaria de 15 de outubro de 1858), correspondia a uma necessidade cultural e pública. A experiência desses séculos não deveria ser omitida da memória nacional sob o pretexto de o regime político de então ser absolutista. O mais importante era facultar aos portugueses dados sobre os "perigos" de uma nova união ibérica. Tratava-se de uma ação pedagógica que não podia deixar de ser considerada como uma tomada de posição face aos autores que advogavam a fusão de Portugal e Espanha. Assim, Rebelo da Silva apresentou a perda da independência não como uma solução, mas sim como um fenómeno de decadência e de ausência de elites competentes, enquanto a Restauração era patenteada como uma "temeridade feliz".



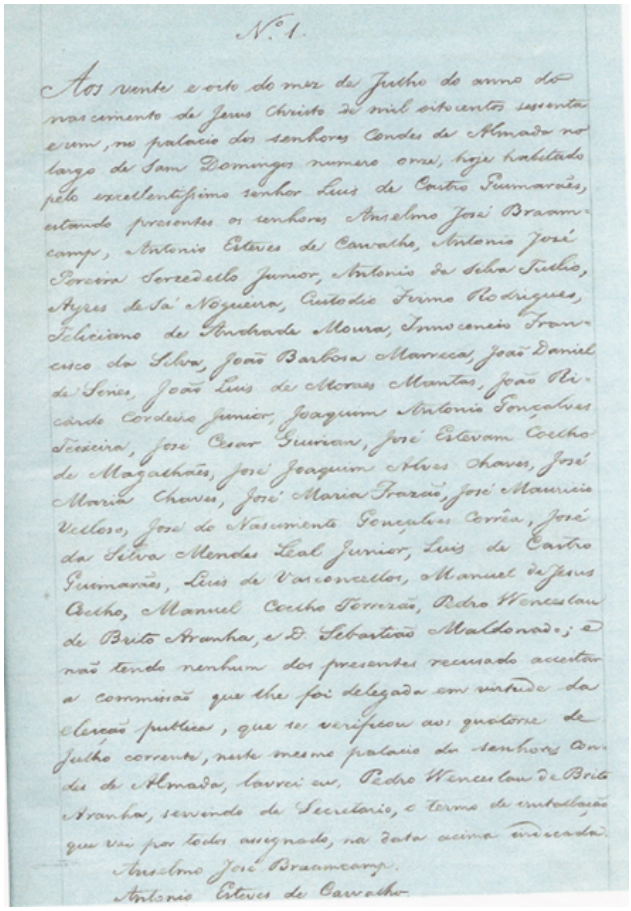
Feliciano de Andrade Moura, comerciante de alfaiataria da cidade de Lisboa, fundador da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, ao tempo denominada Comissão Central do 1.º de Dezembro de 1640, a cuja comissão presidiu de 28 de Julho a 29 de Agosto de 1861 e de 1 de outubro a 14 de novembro de 1868.

Na linha da reação aos propósitos iberistas, a 16 de maio de 1861, Feliciano de Andrade Moura reuniu em sua casa (R. Augusta, 193, da Baixa lisboeta) um grupo de patriotas que, numa segunda reunião realizada uma semana depois, no mesmo local, aprovaram a proposta do jornalista e bibliógrafo Pedro Wenceslau de Brito Aranha para a constituição da *Associação Nacional 1º de Dezembro de 1640* (24 de Maio de 1861). Seguiram-se várias outras reuniões, acabando por ficar decidida a constituição de uma *Comissão Central* com 40 membros, número simbólico em memória dos conjurados.



António Esteves de Carvalho (1818-1864). Natural de Setúbal (freguesia de S. Julião), primeiro e único barão de Santa Engrácia por decreto de D. Luís de 5-11-1862. Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 (de 25 de agosto de 1861 a outubro de 1863), a qual tinha ajudado a fundar. Faleceu sem deixar descendência.

A eleição dessa primeira Comissão realizou-se numa sessão pública, muito concorrida, no palácio dos Condes de Almada, obtendo maioria absoluta de votos por escrutínio secreto o nome de quarenta pessoas de grande consideração e de várias classes da sociedade lisbonense, que passaram a constituir a *Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640*. Feliciano de Andrade Moura recusou a presidência, sendo então para ela eleito o Presidente da Câmara de Lisboa, António Esteves de Carvalho, 1.º barão de Santa Engrácia, ficando Andrade Moura como vice-presidente. A 28 de Julho de 1861, a Comissão tomou posse, no mesmo palácio, hoje apelidado da Independência (9).



Nº 1.

Aos vinte e oito de mez de Julho de anno do nascimento de Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e um, no palacio dos senhores Condes de Almada no largo de Sam Domingos numero oito, hoje habitado pelo excellentissimo senhor Luis de Castro Guimarães, estando presentes os senhores Anselmo José Braamcamp, Antonio Esteves de Carvalho, Antonio José Pereira Serredello Junior, Antonio da Silva Tullio, Ayres de Sá Nozueira, Custodio Firmo Rodrigues, Feliciano de Andrade Moura, Innocencio Francisco da Silva, João Barbosa Marreca, João Daniel de Senes, João Luis de Moraes Mantas, João Ricardo Cordeiro Junior, Joaquim Antonio Gonçalves Teixeira, José Cesar Guirian, José Estevam Coelho de Magalhães, José Joaquim Alves Chaves, José Maria Chaves, José Maria Frazão, José Mauricio Vellero, José do Nascimento Gonçalves Corrêa, José da Silva Mendes Leal Junior, Luis de Castro Guimarães, Luis de Vasconcellos, Manuel de Jesus Coelho, Manuel Coelho Ferreira, Pedro Wenceslau de Brito Aranha, e D. Sebastião Maldonado; e não tendo nenhum dos presentes recusado aceitar a commissão que lhe foi delegada em virtude da Carta publica, que se verificou aos quatorze de Julho corrente, neste mesmo palacio dos senhores Condes de Almada, lavrei eu, Pedro Wenceslau de Brito Aranha, servindo de Secretario, o termo de installação que vai por todos assignado, na data acima indicada.

Anselmo José Braamcamp.

Antonio Esteves de Carvalho

Auto de posse da Comissão Central 1.º de Dezembro, Palácio dos Condes de Almada, 28 de julho de 1861 (Arquivo da SHIP)

3. As iniciativas e os festejos patrióticos da nova *Associação Nacional 1º de Dezembro de 1640* e da sua Comissão Central.

De início, as sessões realizavam-se numa das salas da Câmara Municipal de Lisboa, passando, depois da morte do barão de St. Engrácia (4 de agosto 1864), para uma sala do Palácio Almada, cedida por um dos inquilinos, Augusto Gutierres da Silva, sócio da Comissão Central. Depois da sua morte, a viúva e os filhos mantiveram essa cedência.



Gravura oitocentista do Palácio Almada, sede da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640, fundada em 1861 e desde 1927 apelidada Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Uma das primeiras iniciativas da nova associação foi o lançamento de um *Manifesto ao Povo Português* (25 de agosto de 1861), documento de combate ao iberismo, redigido por Alexandre Herculano, José Estêvão, Gomes de Abreu e António da Silva Túlio, também traduzido em francês e inglês por Alexandre Herculano, Inocêncio Francisco da Silva e Anselmo Braamcamp, com o objetivo de ser distribuído pelos consulados de Portugal em França e Inglaterra. Aí se afirmava, veementemente, o firme propósito da defesa da integridade do território, não se aceitando agregações incongruentes com o carácter e tradições nacionais:

Nenhuma razão política, moral ou económica em benefício comum da Europa, exige que Espanha e Portugal formem um só Estado; e o direito público europeu, reconhecendo nestes últimos tempos, para todas as anexações e transações políticas, como condição indispensável a vontade manifesta dos povos, não permite que se constranja uma nação, por mais pequena que seja, a abdicar o seu nome, o seu passado a sua autonomia (10).

A morte de D. Pedo V (30 de setembro de 1861) impediu a realização dos festejos previstos para celebrar a

Restauração, mas depois de um ano de preparação e instalação das subcomissões em muitos concelhos do país o 1.º de Dezembro de 1640 foi celebrado com uma sessão noturna no palácio dos Condes de Almada, profusamente iluminado, assim como todos os edifícios do Estado e de muitos particulares. Também houve luminárias em todas as freguesias de Lisboa e a participação de muito povo que "inundava as ruas, cantando ao som de filarmónicas, canções patrióticas" (11).

A Comissão Central passou a promover, anualmente, as comemorações do dia da Restauração, que incluíam um *Te-Deum* na Sé de Lisboa, iluminação e ornamentação do Palácio Almada. A homenagem passou a incluir o projeto da construção de um monumento aos Restauradores, apresentado em 1867 pelo presidente de uma das subcomissões, Joaquim Tomaz Lobo d'Ávila, Conde de Valbom. Tratava-se de iniciar uma subscrição pública em Portugal, Brasil e Luanda para angariação de fundos destinados à construção desse memorial, cuja primeira pedra foi lançada por ocasião dos grandiosos festejos patrióticos de 1875, embora a sua inauguração só tivesse sido possível onze anos mais tarde, a 28 de abril de 1886 (12).



Foto da inauguração do Monumento aos Restauradores, com a presença do rei D. Luís, 28 de abril de 1886. Nenhum dos projectos apresentados a concurso merecera a aprovação do júri, tendo sido posteriormente confiado ao Professor de Belas-Artes António Tomás da Fonseca, estando a construção a cargo de Sérgio Augusto de Barros. O conjunto, de grande simplicidade e harmonia, apresenta um obelisco com cerca de 30 metros de altura, que tem na sua base duas estátuas em bronze: o génio da independência (do escultor Alberto Nunes) e, na face norte, o génio da Vitória (da autoria de Simões de Almeida). Nas faces do pedestal estão gravados os nomes e datas das principais batalhas da Restauração: Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663), Castelo Rodrigo (1664), Montes Claros (1665). Numa das legendas pode ler-se AOS RESTAURADORES DE 1640 e na outra EM 1886 POR SUBSCRIÇÃO NACIONAL ERIGIU A COMISSÃO CENTRAL DO PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1640.

4. Finalmente, o feriado do 1.º de Dezembro

Ao longo dos anos, esta associação deu sempre especial relevo público às comemorações do 1º de Dezembro que, com o advento do regime republicano, foi valorizado pelo poder político e oficializado como feriado nacional, antecipando em trinta e oito anos o dia santo da Padroeira. Pelo menos desde o Ultimato britânico (11 de janeiro de 1890) que a Comissão tentava estimular o brio patriótico dos portugueses, acreditando que o reconhecimento da data da Restauração como dia de "grande gala e beija mão na Corte" (necessariamente feriado) daria um grande contributo para o efeito. No entanto, não encontrou recetividade por parte de D. Carlos. Assim, durante toda a Monarquia Constitucional, o 1.º de Dezembro, inscrito no protocolo de Estado como dia do "aniversário da aclamação d'el-Rei D. João IV, em 1640" (13), era apenas considerado um dia de "pequena gala" ou de "simples gala", com um cerimonial mais discreto e a comparência da família real no tradicional *Te Deum* celebrado na Sé, tal como acontecia nos aniversários dos príncipes ou no dia de Nossa Senhora da Conceição (14).

Com o advento da República, a efeméride alcançou, enfim, o estatuto de feriado, dedicando-se o dia de descanso à "Autonomia da Pátria" (*Diário do Governo*, nº 7, de 13 de outubro de 1910) e passando a ser comemorada como forma de invocar a união nacional: a "Festa da Bandeira Nacional", não a azul e branca da monarquia, mas sim a republicana verde e rubra (Decreto da Presidência, 22 de novembro de 1910). Nesse ano, as comemorações foram grandiosas,

conforme as notícias de imprensa recolhidas no Arquivo Histórico da SHIP. Um grande cortejo, constituído pelas diversas forças vivas do distrito de Lisboa - governador civil, membros do Governo provisório, vereadores e todo o pessoal da Câmara Municipal de Lisboa e representantes de outras câmaras, escolas, diversas associações de beneficência ou de recreio, de artes e de ofícios, coletividades e juntas de freguesia, etc. – desceu a Av. da Liberdade a partir da Praça Marquês de Pombal onde, no local do futuro monumento (15), foi colocada a nova bandeira nacional perante a qual discursaram os recentes ministros da Guerra (António Xavier Correia Barreto) e dos Negócios Estrangeiros (Bernardino Machado). Houve uma récita da gala no Teatro de S. Carlos, onde compareceu o Governo e iluminações em todos os edifícios do Estado, no Palácio Almada, à volta do Monumento aos Restauradores, na Escola Industrial, etc. Realizaram-se sessões solenes na Escola Naval, na Escola do Exército e no Colégio Militar. No ano seguinte, para além das já habituais manifestações, destacou-se a visita do Presidente da República ao Palácio. Manuel de Arriaga fez questão em sair à frente do cortejo até ao monumento dos Restauradores, rodeado pelo Governo e pelo Presidente e Vogais da Comissão Central, altas patentes do Exército e da Armada e representantes de várias associações.

A partir do momento em que as comemorações passavam a ter um carácter oficial, a Comissão Central ficou responsável pela organização dos festejos na capital, incluindo um cortejo cívico destinado a saudar a bandeira hasteada junto ao Monumento dos Restauradores. No resto do país, a direção das festas ficou sob a responsabilidade dos municípios. Assistimos a uma espécie de republicanização do 1.º de Dezembro, com a participação de figuras ligadas à República: presidentes (Manuel de Arriaga, António José de Almeida ou Teixeira Gomes); chefes de governo (Afonso Costa ou António Maria da Silva) e vários deputados. Um deles, Francisco Sales Ramos da Costa, do Partido Democrático, chegou mesmo a ser presidente da Comissão Central, entre 1915 e 1935. A tentativa de envolver a população com a iluminação dos edifícios estatais, desfiles, fogos de artifício e concertos fez também parte da mesma estratégia republicana.

5. As razões patrióticas de um novo nome, as comemorações do Duplo Centenário e a aquisição do palácio Almadado 1º de Dezembro

Com novos estatutos aprovados em 1927, a Comissão Central mudou o nome para *Sociedade Histórica da Independência de Portugal* (SHIP). Aproximava-se o duplo Centenário da Fundação de Portugal (1143) e da Restauração da sua Independência (1640) – profusamente celebrados em 1940 - e o novo nome parecia mais apropriado ao alargamento cronológico dos fins patrióticos da instituição, cuja primeira finalidade era, conforme os seus novos estatutos, (1º) "comemorar as grandes datas nacionais e especialmente a da Fundação e a da Restauração de Portugal", (2º) "procurar desenvolver o culto do amor da Pátria", (3º) "cooperar com o Governo na defesa dos direitos de Portugal" e (4º) "contrariar [...] a vulgarização de quaisquer ideias que possam ferir a dignidade de Portugal como Nação livre e Independente" (16).
Já numa *Memória* apresentada à Direção, em dezembro de 1922, o sócio António Bernardo da Fonseca Baptista lembrava a necessidade de se preparar Portugal "para, em 1940, festejar ruidosa e simultaneamente os oito séculos de existência como Nação independente, e três séculos da Restauração da sua Independência" (17).
Anos mais tarde, a mesma ideia de celebração de um Duplo Centenário foi atribuída ao embaixador de Portugal na Bélgica, o poeta Alberto d'Oliveira, e concretizada sob o dinâmico impulso de António Ferro (18).



Albino Sousa Cruz (1870-1966). Natural de Santo Tirso, com apenas 15 anos emigrou para o Brasil onde fez grande fortuna na indústria de cigarros enrolados em papel, novidade para a época. Foi presidente do Real Gabinete Português de Leitura (1919-1962) e da Federação das Associações Portuguesas no Brasil (1941-1962).

A Colónia Portuguesa do Brasil (19), estimulada pelo rico empresário e mecenas luso-brasileiro, Albino Souza Cruz (20), e animada pelas delegações da Sociedade Histórica da Independência de Portugal naquele país, decidiu associar-se à dupla comemoração centenária "por um monumento que ao mesmo tempo perpetue o esforço da raça e o seu sempre vivo amor a Portugal e para tal fim

adquirir e doar ao Estado o Palácio Almada, tão ligado à história da Restauração, para nele serem instalados [...] a sede da Mocidade Portuguesa, o Museu da Restauração e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal" (21).
A venda revestiu-se de alguma polémica visto não ter sido possível estabelecer um acordo quanto ao preço. Os portugueses do Brasil tinham reunido a avultada verba de 5.000 contos, quantia mais do que suficiente para a aquisição do tão desejado palácio que os seus proprietários, a família Almada, se propunha vender por 3.500, mas a Direcção Geral da Fazenda Pública não concordou. Declarou de "utilidade pública urgente a expropriação do mesmo prédio" e nomeou uma Comissão Arbitral que, por unanimidade, fixou o seu valor em apenas 2.800 contos.
Enquanto os seus anteriores donos não compareciam aos atos notariais nem, mais tarde, às cerimónias da doação, delegando num procurador a assinatura da escritura de venda (25 de agosto de 1939) (22), a Sociedade Histórica via-se relegada para algumas dependências e obrigada a entregar (15 de setembro de 1939) a quantia de 1.300.968$62 que, desde 1924, estava a reunir mediante uma subscrição nacional e a venda de um selo comemorativo da Independência, com vista à compra do edifício. Foi a referida Direcção Geral que passou a administrar essa verba, destinando-a às despesas de manutenção daquela Sociedade. No ano seguinte, em cerimónia solene realizada no Terreiro do Paço (24 de novembro de 1940), foi assinada a escritura de doação que, desde o início, sempre esteve associada às comemorações do Duplo Centenário.
O Estado Novo, em fase de consolidação, viu o brilho desta enorme manifestação da nacionalidade, que culminou com a grandiosa *Exposição do Mundo Português* (23 de junho a 2 de dezembro de 1940), empalidecido pela 2ª Guerra Mundial, iniciada no ano anterior.
Enquanto em Lisboa se celebrava a Pátria, a França era invadida pelas forças nazis, a Itália fascista entrava na guerra ao lado da Alemanha, e a União Soviética ocupava e anexava os países bálticos.
Com a ocupação de grande parte do palácio, agora apelidado "da Independência" (23), pela organização estatal dedicada à juventude e com a institucionalização da data da Restauração como "dia da Mocidade Portuguesa", escolhido para a realização dos seus desfiles, as comemorações do 1.º de Dezembro passaram a ter uma forte conotação nacionalista, que se prolongou ao longo do Estado Novo.



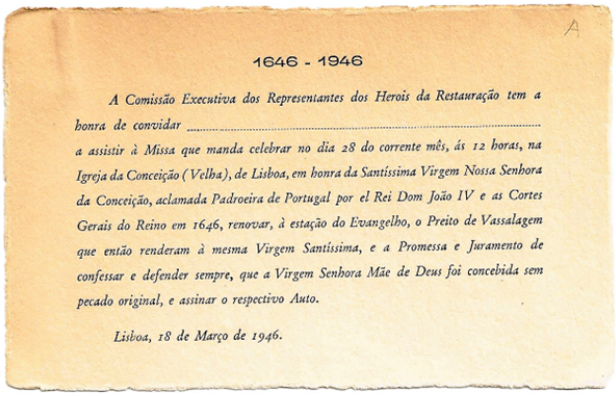
O Palácio da Independência, depois das obras dirigidas pelo Arquiteto Raul Lino, nos anos 1940.

A "Revolução de 25 de Abril de 1974" mudou regime político, mas não o espírito patriótico que continua a presidir a um feriado que se manteve, embora sofrendo uma interrupção por três anos, entre 2012 e 2015, ao contrário do que aconteceu com o 8 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Conceição.
Note-se que nesse período, com a invocação de motivos de natureza exclusivamente económica, ocorreu, de facto, uma alteração do paradigma que presidia à manutenção ou anulação dos feriados - desde 1975, incluídos na legislação do trabalho – suprimindo dois religiosos e dois cívicos, o que provocou acesa polémica na opinião pública e forte contestação no parlamento ou nas ruas, negociações excecionais com a Igreja católica (ao abrigo da Concordata), manifestos de intelectuais e de associações cívicas como o *Movimento 1.º de Dezembro*, liderado por José Ribeiro e Castro que, mais tarde, seria presidente da Direcção da SHIP. Por sua vez, esta sociedade, fundada precisamente para comemorar a Restauração, um dos dias de descanso suprimidos, não deixou de participar intensamente no debate com vários comunicados, uma carta de missão e o apelo à presença dos sócios nas suas próprias celebrações. Só a mudança de legislatura e uma profunda alteração política e ideológica do governo tornou possível inverter a situação (24).

6. A SHIP nas comemorações da Padroeira de Portugal

A estratégia de neutralidade seguida por Salazar tinha poupado o país à guerra. Quando chegou finalmente a paz à Europa e ao Mundo, o Episcopado Português decidiu comemorar solenemente o tricentenário da proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal (Pastoral de 18 de janeiro de 1946). Sob a presidência do Coronel Henrique Linhares de Lima (25), a Sociedade Histórica associou-se à iniciativa

com uma proposta inovadora: a reprodução da primeira medalha-moeda que se criou em Portugal (26) para honrar o "Mistério da Imaculada Conceição da Virgem Maria Mãe de Deus, Nossa Senhora".
Essa ideia veio de um grupo de sócios denominado "Representantes dos Conjurados de 1640 e dos Heróis da Restauração" (27), com o marquês de Rio Maior (28) (presidente), o conde dos Arcos (vice-presidente), o conde de Lagos e o conde de Azinhaga (vogais) e o Professor João Afonso Côrte-Real (secretário). O novo grupo tinha sido agregado à direção da Sociedade Histórica com o objetivo de auxiliar em todos os assuntos relativos à história da Restauração e à biblioteca que se estava a constituir com obras referentes ao patriótico movimento, sob a direção do referido marquês de Rio Maior.



1646 - 1946

A Comissão Executiva dos Representantes dos Heroes da Restauração tem a honra de convidar .....
a assistir à Missa que manda celebrar no dia 28 do corrente mês, ás 12 horas, na Igreja da Conceição (Velha), de Lisboa, em honra da Santíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição, aclamada Padroeira de Portugal por el Rei Dom João IV e as Cortes Gerais do Reino em 1646, renovar, à estação do Evangelho, o Preito de Vassalagem que então renderam à mesma Virgem Santíssima, e a Promessa e Juramento de confessar e defender sempre, que a Virgem Senhora Mãe de Deus foi concebida sem pecado original, e assinar o respectivo Auto.

Lisboa, 18 de Março de 1946.

Convite para a Missa na Igreja da Conceição (Velha) in Arquivo da SHIP.

A proposta incluía também uma missa que se realizou com grande solenidade, na igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, a 28 de março de 1946, para não preceder a do Cardeal Patriarca, celebrada na Sé três dias antes, no próprio dia do 3.º centenário da consagração da Padroeira. Rezada pelo cónego da Sé Patriarcal, Mons. José Damasceno Fiadeiro, antigo capelão real, os Representantes dos Conjurados aí renovaram solenemente o preito de vassalagem que D. João IV e os três estados do reino renderam a Nossa Senhora da Conceição, com a seguinte fórmula de Juramento:
Nós, Representantes dos Fidalgos que constituíram o Estado da Nobreza nas Cortes de 1645 a 1646 e dos Heróis da Restauração, renovamos solenemente o seu preito de Vassalagem à Santíssima Virgem Nossa Senhora, e PROMETEMOS E JURAMOS confessar e defender, até dar a vida se preciso fôr, que a Virgem Senhora Mãe de Deus foi concebida sem pecado original (29).
D. Duarte Nuno de Bragança, pretendente à coroa de Portugal, também marcou presença, sendo representado por D. João de Almeida (Lavradio) (30). Esta celebração eucarística foi acompanhada por dois notáveis solistas, Mário de Sampayo Ribeiro, no órgão, e Francisco de Loureiro Dinis, tenor, que entre outras áreas cantou uma Ave Maria, composta expressamente para a ocasião pelo maestro Pavia de Magalhães. No final, a assembleia que enchia a igreja cantou o hino de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (31).
Foi enviada uma mensagem ao Congresso Nacional Mariano, reunido em Évora, e convites às redações dos principais jornais portugueses (32), mas a adesão popular não parece ter sido entusiasta. O apelo do marquês de Rio Maior para que os habitantes da capital decorassem as suas janelas com a bandeira da Restauração não teve resposta, "sinais evidentes e claros dos tempos de indiferentismos", de acordo com um dos jornalistas, lamentando que, no bairro onde morava, somente se visse uma pequenina bandeira da Restauração hasteada numa das janelas da sua própria casa. (33)

7. Da cunhagem da medalha-moeda seiscentista à nova medalha *Conceição* (1646-1946)

Terá sido o pregador franciscano Frei João de São Bernardino quem sugeriu a consagração oficial da nação portuguesa à Virgem, eleição posteriormente confirmada pela consagração de Nossa Senhora da Conceição como "Senhora das Terras Lusitanas", pelo Breve *Exima dilectissima*, do papa Clemente X (8 de maio de 1671), a pedido do regente D. Pedro, quando se reataram as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé. A partir de então, raramente os reis de Portugal são representados com a coroa em suas cabeças, passando a figurar ao lado da mesma.
Depois da vassalagem à Virgem prestada pelas cortes de 1646, D. João IV resolvera mandar cunhar medalhas de ouro e de prata em sua honra, respetivamente de doze mil reis e de seis tostões. Para as amoedar veio expressamente de França um "engenho" e os cunhos necessários, trazidos por António Routier ou Ruitier, da escola de Jean Warin, escultor e gravador-chefe da Casa da Moeda de Paris e principal impulsionador da cunhagem mecânica. (34) No reverso vê-se a imagem de Nossa Senhora da Conceição cercada pelos seis atributos pelos quais, segundo Manuel Severim de Faria, a Santíssima Virgem Maria é invocada na liturgia – o Sol, o Espelho, o Horto concluso, a Casa de Oiro, a Fonte selada, a Arca do Santuário - com a inscrição *Tutelaris Regni*, a lembrar que o monarca a consagrou como Padroeira dos seus Reinos e Senhorios, estando presentes os três estados do Reino. Essa medalha,

denominada *Conceição*, correu como moeda por lei do mesmo soberano, a partir de 1651. Foi com ela que se pagou o primeiro feudo a Nossa Senhora (35).



Medalha-moeda Conceição – 1648,
1650 Anverso: Ao centro, as armas do Reino coroadas assentes sobre a Cruz de Cristo Reverso: Ao centro, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, ladeada dos seus seis atributos: o Sol, o Espelho, o Horto concluso, a Casa de Oiro, a Fonte selada, a Arca do Santuário.

A proposta da cunhagem de uma réplica chegou à direção da Sociedade Histórica, na sua reunião de 8 de março de 1946, pela mão do secretário-geral, coronel Pestana de Vasconcelos, sugerindo também que corresse como moeda, o que não chegou a acontecer. O projeto incluía, ainda, a emissão de selos postais comemorativos do tricentenário (36).



Medalha-moeda Conceição - 1946
Exemplares, existentes no Arquivo da SHIP, da medalha comemorativa do 3º Centenário da consagração do Reino à Virgem Maria, proclamada Padroeira de Portugal nas cortes de Lisboa de 1646 (provisão régia de 25-3-1646).

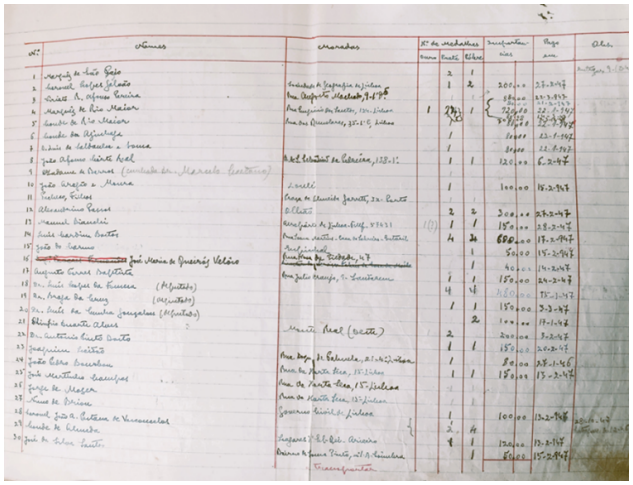
Aprovada a iniciativa da reprodução fiel da moeda-medalha de 1648, o Grupo de Representantes dos Conjurados ficou encarregado de tratar de tudo o que fosse necessário para levar a acabo um empreendimento que se afigurava ter uma certa urgência, já que a Sociedade Histórica pretendia ter a medalha concluída antes das grandes festas de outubro: o Congresso Mariano, a realizar em Évora nos dias 17, 18 e 19 desse mês e, logo depois, a romagem a Vila Viçosa, onde cada um dos bispos de Portugal, em nome da respetiva diocese, depositaria um óbolo aos pés da Virgem, representando a continuação do tributo do Rei Restaurador a Nossa Senhora (37).
Salazar autorizou que a Casa da Moeda se encarregasse da realização da cunhagem proposta, ainda hoje muito apreciada pelos colecionadores, desde que fosse a expensas da SHIP, que arcou com as despesas da elaboração de um novo cunho (o de 1646 tinha estalado) e com a responsabilidade de corresponder à determinação do Ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), que exigia a inscrição das datas de 1646 e 1946, no anverso da medalha, com algarismos do mesmo tipo utilizado na moeda-medalha original (38).


CASA da MOEDA

Guia de remessa, 6 de dezembro de 1946. Arquivo da SHIP.

O trabalho, supervisionado pelo tenente-coronel José da Cruz Azevedo, engenheiro-administrador da Casa da Moeda, estava pronto em dezembro de 1946, sendo 100$00 o preço da medalha-moeda de prata e 50$00 o da de bronze (39), conforme os diversos anúncios publicados no *Diário de Notícias* (29 de abril de 1947), no *Primeiro de Janeiro* (1 de maio de 1947) e no *Jornal de Notícias* (26 de novembro de 1947).

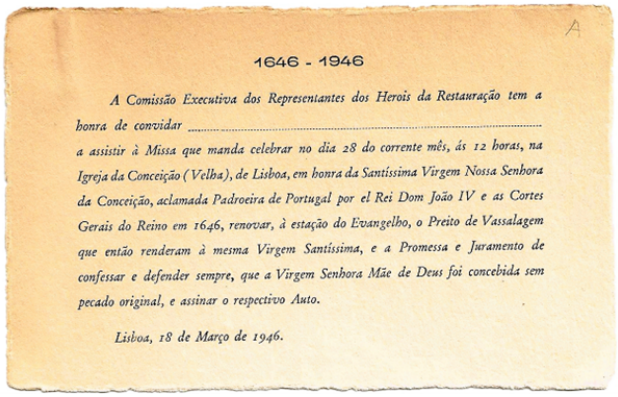
A adesão do público foi significativa, tendo diversas entidades encomendado uma ou mais peças: deputados, altas figuras do Estado como o presidente da Assembleia Nacional, dirigentes da administração pública como o diretor do Conservatório Nacional, vários diretores de museus e diretores gerais, quadros intermédios, a Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ou a Fundação da Casa de Bragança, que comprou 18 medalhas-moedas, 6 em prata e 12 em bronze, etc. O elevado número de inscrições levou a que os pedidos à Casa da Moeda subissem de 100 exemplares em prata para 600 (preço de custo 35$00=21.000$00) e de 200 exemplares em bronze para 300 (preço de custo 10$00=3 000$00), mas, inicialmente, não se encomendaram moedas em ouro. (40)



Livro de registo dos pedidos da medalha-moeda Conceição, Arquivo da SHIP.

Entre 1947 e 1951, temos o registo do pedido de cinquenta e duas medalhas em banho de ouro, mas não temos nota do respetivo pagamento, ao contrário do que acontece com as outras moedas: 421 em prata e 346 em bronze (41). Contudo, sabemos que a Faculdade de Filosofia de Braga pagou 27 medalhas *Conceição* em ouro (42) e que havia a intenção de encomendarem mais oito moedas do precioso metal, perfazendo 35 medalhas em ouro, a 3.500$00 cada. Em novembro de 1949, havia ainda alguns exemplares em bronze, vendidos pela SHIP a 60$00 cada e as poucas peças de prata que restavam eram vendidas a 150$00 (43). Em 1951, ainda se venderam medalhas *Conceição*, seis em prata e cinco em bronze e dois anos depois existiam alguns exemplares em prata, ao custo de 150$00, acrescidos de 25$00 para caixa em madeira e despesas de registo pelo correio.

A estratégia de neutralidade seguida por Salazar tinha poupado o país à guerra. Quando chegou finalmente a paz à Europa e ao Mundo, o Episcopado Português decidiu comemorar solenemente o tricentenário da proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal (Pastoral de 18 de janeiro de 1946). Sob a presidência do Coronel Henrique Linhares de Lima (25), a Sociedade Histórica associou-se à iniciativa com uma proposta inovadora: a reprodução da primeira medalha-moeda que se criou em Portugal (26) para honrar o "Mistério da Imaculada Conceição da Virgem Maria Mãe de Deus, Nossa Senhora".
Essa ideia veio de um grupo de sócios denominado "Representantes dos Conjurados de 1640 e dos Heróis da Restauração" (27), com o marquês de Rio Maior (28) (presidente), o conde dos Arcos (vice-presidente), o conde de Lagos e o conde de Azinhaga (vogais) e o Professor João Afonso Côrte-Real (secretário). O novo grupo tinha sido agregado à direção da Sociedade Histórica com o objetivo de auxiliar em todos os assuntos relativos à história da Restauração e à biblioteca que se estava a constituir com obras referentes ao patriótico movimento, sob a direção do referido marquês de Rio Maior.



1646 - 1946

A Comissão Executiva dos Representantes dos Heróis da Restauração tem a honra de convidar .....
a assistir à Missa que manda celebrar no dia 28 do corrente mês, ás 12 horas, na Igreja da Conceição (Velha), de Lisboa, em honra da Santíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição, aclamada Padroeira de Portugal por el Rei Dom João IV e as Cortes Gerais do Reino em 1646, renovar, à estação do Evangelho, o Preito de Vassalagem que então renderam à mesma Virgem Santíssima, e a Promessa e Juramento de confessar e defender sempre, que a Virgem Senhora Mãe de Deus foi concebida sem pecado original, e assinar o respectivo Auto.

Lisboa, 18 de Março de 1946.

Convite para a Missa na Igreja da Conceição (Velha) in Arquivo da SHIP.

A proposta incluía também uma missa que se realizou com grande solenidade, na igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, a 28 de março de 1946, para não preceder a do Cardeal Patriarca, celebrada na Sé três dias antes, no próprio dia do 3º centenário da consagração da Padroeira. Rezada pelo cónego da Sé Patriarcal, Mons. José Damasceno Fiadeiro, antigo capelão real, os Representantes dos Conjurados aí renovaram solenemente o preito de vassalagem que D. João IV e os três estados do reino renderam a Nossa Senhora da Conceição, com a seguinte fórmula de Juramento:
Nós, Representantes dos Fidalgos que constituíram o Estado da Nobreza nas Cortes de 1645 a 1646 e dos Heróis da Restauração, renovamos solenemente o seu

preito de Vassalagem à Santíssima Virgem Nossa Senhora, e PROMETEMOS E JURAMOS confessar e defender, até dar a vida se preciso fôr, que a Virgem Senhora Mãe de Deus foi concebida sem pecado original (29).
D. Duarte Nuno de Bragança, pretendente à coroa de Portugal, também marcou presença, sendo representado por D. João de Almeida (Lavradio) (30). Esta celebração eucarística foi acompanhada por dois notáveis solistas, Mário de Sampayo Ribeiro, no órgão, e Francisco de Loureiro Dinis, tenor, que entre outras áreas cantou uma Ave Maria, composta expressamente para a ocasião pelo maestro Pavia de Magalhães. No final, a assembleia que enchia a igreja cantou o hino de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (31).
Foi enviada uma mensagem ao Congresso Nacional Mariano, reunido em Évora, e convites às redações dos principais jornais portugueses (32), mas a adesão popular não parece ter sido entusiasta. O apelo do marquês de Rio Maior para que os habitantes da capital decorassem as suas janelas com a bandeira da Restauração não teve resposta, "sinais evidentes e claros dos tempos de indiferentismos", de acordo com um dos jornalistas, lamentando que, no bairro onde morava, somente se visse uma pequenina bandeira da Restauração hasteada numa das janelas da sua própria casa. (33)

8. A moeda da Restauração e a medalha-moeda Conceição, em 1990 e 1996

Cerca de meio século depois, decorrendo obras de restauro no Palácio da Independência que, apesar do apoio do Estado, davam origem a grandes despesas, o presidente da direção, na altura o General Manuel Freire Themudo Barata, retomou a ideia da emissão de moedas comemorativas: uma, alusiva aos 350 anos da Restauração, no valor de 100$00, a lançar no dia 1 de dezembro de 1990; outra, restaurando o projeto de 1946 sobre a cunhagem da medalha-moeda *Conceição*.



Moeda comemorativa dos 350 anos da Restauração. Arquivo da SHIP

Ambas evidenciavam o interesse da SHIP na reedição das peças referidas para, com o produto da venda das mesmas, fazer face aos encargos da instituição, que não paravam de crescer (44) tanto mais que se pretendia instalar no referido edifício um "Museu da Identidade Lusíada" (45).
Quanto ao primeiro projeto, nota-se um forte empenhamento da Sociedade Histórica, conseguindo que os primeiros exemplares tivessem sido entregues ao Presidente da República, na altura o Dr. Mário Soares, em sessão solene realizada no salão nobre do Palácio, precisamente no dia 1º de Dezembro. O general bem podia dar-se por satisfeito. Tinha alcançado o seu objetivo: o lançamento da moeda comemorativa no próprio dia do aniversário da Restauração (46).



Medalha-moeda Conceição em bronze niquelado, da autoria de Clara Menéres, 1996.



Medalha-moeda Conceição em prata, da autoria de Helder Baptista, 1996.

Relativamente à segunda iniciativa, prevista para 1996, foram pedidos dois orçamentos para o fabrico da medalha-moeda *Conceição* pelo método das ceras

perdidas: um, à Sociedade Portuguesa de Medalhística, que não tardou em responder; outro, à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, que demorou um pouco mais, mas manifestando na sua resposta ter tudo pronto para começar, embora necessitasse de alguns esclarecimentos quanto a quantidades e formas de pagamento (47). No entanto, nove meses depois, ainda a empresa continuava à espera do comentário ao seu orçamento de 29 de outubro de 1993 (48).

Temos notícia de que foi cunhada, em 1996, uma medalha comemorativa do 350º aniversário da proclamação da Padroeira, em bronze niquelado, da autoria da escultora Clara Menéres e outras duas, em bronze e em prata, esta no valor de 1.000$00, de Hélder Baptista (49). Quanto ao projeto da SHIP, sabemos que enviou ao Departamento de Moeda e Produtos Metálicos da INCM uma medalha *Conceição*, em bronze, para servir de molde para produção de medalhas (50). Mas, depois perdemos-lhe o rasto...

5. Em jeito de conclusão

As medalhas religiosas começaram nos primeiros tempos cristãos por ter sentido ou valor duplo, amulético e devoto. O primeiro marca a continuidade histórica e artística dos amuletos pagãos de uso oficial e comum em Roma; o segundo representa a evangelização e o transporte para a Cristandade nascente de um costume consagrado e vivo (51). Na Antiguidade, sobretudo em Roma, as moedas eram simultaneamente instrumentos de troca e monumentos comemorativos. Podemos considerá-las medalhas de devoção quando, ao homenagearem um acontecimento ou uma entidade, têm por objetivo a expressão de um sentimento religioso. Está neste caso a medalha-moeda *Conceição*. A exemplo do primeiro rei de Portugal, foi matéria de fé para D. João IV consagrar o reino à Virgem Maria e oferecer um tributo em ouro a Nossa Senhora da Conceição, mandando cunhar uma moeda-medalha para o efeito. A participação de uma sociedade patriótica nas comemorações do terceiro centenário desse acontecimento, através da reprodução da cunhagem da mesma medalha-moeda é, simultaneamente, um tributo à memória, e uma forma de angariar fundos; mas é também o sinal da devoção de muitos dos seus membros, herdeiros do espírito da Restauração e da Independência de Portugal.

NOTAS

[*] Texto adaptado da comunicação apresentada ao Congresso "Mulher, Mãe e Rainha. 375 Anos da Coroação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal" e publicado na obra *Padroeira de Portugal*, João Paulo Leite de Abreu e Marco Daniel Duarte (Coord.). Vila Viçosa: Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia, 2023, pp. 127-144.

[1] Fernando Taveira da Fonseca, *A Imaculada Conceição e a Universidade de Coimbra*, CADC, Centro Académico de Democracia Cristã, http://www.cadc.pt/padroeira.html, acedido em 9 de janeiro de 2021

[2] A expressão "dia santo de guarda" significa a obrigação de se observar o preceito de assistência à Missa e abstenção de trabalhos servis.

[3] Luís Oliveira de Andrade e Luís Reis Torgal, *Feriados em Portugal. Tempos de Memória e de Sociabilidade,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 54-58, 82, 110-112.

[4] António Miguel [Pacheco] Trigueiros, *A Conceição de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Vila Viçosa, 2021, pp. 40, 41. Veja-se também António Pacheco Trigueiros, «A Conceição: Medalha, Moeda e Venerada Padroeira de Portugal», *Nummus*, 2ª Série», XXXVII, Porto, S.P.N., 2014 https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13591.pdf, acedido em 2 de Janeiro de 2021.

[5] O arquivo, inicialmente constituído pelas respostas das câmaras e das subcomissões paroquiais, estava no Palácio Municipal de Lisboa, cujo presidente era também o presidente da Comissão Central e onde se realizavam as reuniões. Foi destruído por um grande incêndio, em 1863, apenas se salvando o livro das Atas e o auto de posse de 28 de julho de 1861, por estarem em casa do secretário Pedro Wenceslau de Brito Aranha.

[6] Decreto de 24 de novembro de 1910: Determina que o 1 de dezembro seja solenizado com a Festa da Bandeira Nacional *in Diário do Governo*, n.º 43, 24 de novembro de 1910.

[7] Sinibaldo de Más y Sans, *A Iberia : memoria em que se provam as vantagens politicas, economicas e sociaes da união das duas monarchias peninsulares em uma só nação* [...], 2ª Ed., Lisboa : Typ. Universal, 1853, p. 12.

[8] Luiz Augusto Rebello da Silva, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, 5 Tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869-71. Veja-se a edição fac-similada de 1971, com Introdução de Jorge Borges de Macedo e um Tomo VI de Índice Onomástico.

[9] E. A. [Eduardo Avelino] Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. 1861-1940*

(compilação), Lisboa, 1940, pp. 1-4.
[10] E. A. [Eduardo Avelino] Ramos da Costa, *Op. cit*., p. 10.
[11] Idem, *ibidem,* p. 13.
[12] A inauguração do monumento contou com um cortejo cívico de mais de 3.000 pessoas, bandas de música, coroas de flores, bodo aos pobres, *Te Deum* na Sé e sessão solene no palácio Almada profusamente iluminado, com discursos do Presidente e secretários da Comissão 1º de Dezembro.
[13] António Travassos Valdez, *Annuario Portuguez Historico Biographico e Diplomatico* [...], Lisboa, Tipografia da Revista Universal, 1855, p. 4.
[14] Luís Oliveira de Andrade e Luís Reis Torgal, *Op. cit*., pp. 59-61.
[15] O lançamento da primeira pedra do monumento ao Marquês de Pombal data de maio de 1882, repetindo-se a 15 de agosto de 1917 e a 13 de maio de 1926. As obras arrastaram-se, por falta de verbas, e o monumento só seria inaugurado apenas a 13 de maio de 1934, sem grande solenidade.
[16] Novos Estatutos, publicados no *Diário do Governo* nº 211, 1ª série, 13 de dezembro de 1927.
[17] A moção foi submetida à Direcção na reunião de 6 de dezembro de 1922 e aprovada em Assembleia Geral a 8 de janeiro de 1923, sendo nomeada uma subcomissão para elaborar o programa definitivo dessa dupla celebração. Integravam-na o Vice-Presidente, 3º Visconde de Santarém (D. Manuel de Barros Leitão e Carvalhosa), os dois Secretários, 12º conde dos Arcos (D. José de Alarcão) e Eng. João Perestrelo, o próprio proponente e Vice-secretário António Bernardo Fonseca Baptista e um dos Vogais efetivos da Direcção, José O'Neill Pedrosa Cf. E. A. Ramos da Costa*, Op. cit*., pp. 191, 192.
[18] Alberto d'Oliveira (1873-1940), poeta, embaixador e diretor do semanário monárquico e integralista *Acção Nacional*, 1921. Sob o pseudónimo de "Um português ausente de Portugal" teria lançado a ideia de uma grande comemoração nacional numa carta que escrevera de Bruxelas ao jornalista Agostinho de Campos. Cf. Agostinho de Campos, «1140-1640-1940»*, Diário de Notícias*, 20 de fevereiro de 1939 e «Alberto d'Oliveira», *Revista dos Centenários*, nº 17, Ano II, 31 de maio de 1940.
[19] Heloisa Paulo, *"Aqui também é Portugal". A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo,* Coimbra, Quarteto, 2000. Tese de doutoramento apresentada à F. L. Universidade de Coimbra,1997.
file:///C:/Users/fvs/Downloads/Aqui_tambem_e_Portugal_a_colonia_portuguesa_do_Bra.pdf, acedido em 29 de agosto de 2022.
[20] Albino Souza Cruz (Santa Eulália da Palmeira, Santo Tirso, 1869 – Rio de janeiro, 1966). Emigrou para o Brasil com cerca de dezasseis anos para trabalhar com um tio, também emigrante, que o empregou numa fábrica de cigarros. Ao fim de dezoito anos de muito trabalho, comprou a fábrica, começando a produzir cigarros envolvidos mecanicamente em papel, uma total novidade para a época e origem da sua grande fortuna.
[21] *Diário do Governo*, Decreto-lei n.º 29.638, de 30 de maio de 1939, *in* COSTA, E. A. Ramos da, *Op. cit*., p. 285
[22] A escritura de venda encontra-se no Arquivo Histórico da SHIP, datada de 25 de agosto de 1939, assinada pelo 1.º outorgante - Dr. António Luiz Gomes, Diretor Geral da Fazenda Publica, representando a "Colónia Portuguesa do Brasil"; pelo 2.º outorgante – Francisco Bartolomeu Rodrigues, na qualidade de procurador dos proprietários: Mª José de Almeida Corrêa de Sá, viúva; Mª Rita d'Almada Castelo Branco, casada; José Mª Vaz de Almada, casado; Luiz José Vaz d'Almada, casado; Salvador Vaz d'Almada, solteiro; Lourenço Vaz d'Almada, casado; «todos proprietários e moradores na Quinta dos Lagares d'El Rei».
[23] *Diário do Governo*, Decreto-lei nº 29.638, de 30 de maio de 1939.
[24] Veja-se o *Comunicado da Presidência da República*, 18 de junho de 2018 e a *Lei n.º 23/2012 de 25 de junho, da Assembleia da República* que, no seu Art. 10.º, eliminou dois feriados religiosos (Corpo de Deus, festa móvel e Todos os Santos, 1 de novembro) e dois cívicos (República, 5 de outubro e Restauração, 1 de dezembro), documentos que, juntamente com outros do maior interesse, se encontram publicados por Luís Oliveira de Andrade e Luís Reis Torgal, *Op. cit*., pp 207-217.
[25] Henrique Linhares de Lima (São Roque do Pico, 24 de outubro de 1876 — São João do Estoril, 13 de fevereiro de 1953), Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, no período de 1 de junho de 1935 até à data da sua morte. Foi responsável pelo ministério da Agricultura entre 8 de julho de 1929 e 5 de julho de 1932; das Colónias, interinamente, entre 23 de abril e 5 de julho de 1932 e do Interior de 23 de outubro de 1934 a 18 de janeiro de 1936. Neste período foi responsável pela implementação da "Campanha do Trigo", uma política agrícola com o objetivo da autossuficiência em cereais, mas com elevados impactes no solo. Enquanto ministro do Interior, Linhares de Lima ocupou-se dos assuntos concernentes com a assistência pública em Portugal. Entre 18 de Fevereiro de 1933 e 31 de dezembro de 1934, exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Foi Deputado da Assembleia Nacional.
[26] Artur Lamas, *Medalhas Portuguesas e Estrangeiras referentes a Portugal*, Lisboa, Ed. do Autor, 1916.
[27] Arquivo Histórico da SHIP, Ofício do marquês de Rio Maior ao Secretário Geral da S.H.I.P, Coronel J. Pestana de

Vasconcelos, 27 de fevereiro de 1946
[28] João António de Saldanha Oliveira e Sousa, 6.º conde e 3.º marquês de Rio Maior, nascido em 1901, engenheiro civil, oficial de artilharia, com o posto de major, engenheiro fabril do exército, presidente da Câmara Municipal de Oeiras.
[29] Marquês de Rio Maior, *A Nova Cunhagem da Medalha "Conceição"*, Lisboa, 1954, p. 13. Veja-se também, no Arquivo Histórico da SHIP, o convite da «Comissão Executiva dos Representantes dos Heróis da Restauração», 18 de março de 1946 e a fórmula do Juramento.
[30] D. Duarte Nuno apenas fixou residência em Portugal em 1953, depois da Assembleia Nacional ter revogado a Lei do Banimento, que excluía a presença do ramo Miguelista do país.
[31] Marquês de Rio Maior, *Op. cit*., p. 15.
[32] Arquivo Histórico da SHIP, Ofícios de 27 de março de 1946 a *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *A Voz*, *Diário de Lisboa*, e *Novidades*
[33] *A Voz de Matozinhos*, 7 de abril de 1946.
[34] António Miguel Trigueiros, *Op. cit*., p. 25.
[35] Artur Lamas, *Op. cit*., Lisboa, 1916.
[36] Arquivo Histórico da SHIP, Cx. 15, minuta do marquês de Rio Maior para carta a enviar pelo presidente da SHIP, 8 de abril de 1946.
[37] Idem, *ibidem*, Cx. 15, carta do marquês de Rio Maior ao coronel Henrique Linhares de Lima, Lisboa, 13 de março de 1946.
[38] Idem, *ibidem*, Cx. 15, ofício de Pestana de Vasconcelos ao Eng. José da Cruz Azevedo, administrador da Casa de Moeda, 30 de agosto e 11 de novembro de 1946. Veja-se a medalha comemorativa de 1946 (réplica das recunhagens de 1890) *in* António Miguel Trigueiros, *Op. cit*., p. 70.
[39] Idem, *ibidem*, Cx. 15, carta da direção da SHIP ao diretor do Museu Soares dos Reis, 31 de dezembro de 1946.
[40] Idem, *ibidem*, Cx. 15, carta do secretário geral da SHIP ao administrador da Casa da Moeda, Eng. José da Cruz Azevedo, 10 de dezembro de 1946:
[41] Idem, *ibidem*, Cx. 15, «Processo Medalha-Moeda Conceição», Registo de inscrição de pedidos para a compra. 1947-1953.
[42] Idem, *ibidem*, Cx. 15, carta do tesoureiro-diretor, major Luiz Alberto de Oliveira, à Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga. 9 de agosto de 1948
[43] Idem, *ibidem,* Cx. 15, correspondência do tesoureiro-diretor, Major Luiz Alberto de Oliveira, cartas de 21 de julho de 1948 e 14 de novembro de 1949.
[44] Idem, *ibidem*, Carta do general Themudo Barata ao Eng. Luís Santos Moreira da IN-CM, 10 de setembro de 1993.
[45] Idem, *ibidem,* «Moeda comemorativa 350 anos de N. S. Conceição», Proc. 91, 1994, carta do Presidente da Direcção, Gen. Manuel Freire Themudo Barata, dirigida ao Ministro das Finanças.
[46] Idem, *ibidem*, Carta de agradecimento do Gen. Themudo Barata à Drª Vitalina Maria Fernandes da IN-CM, 6 de dezembro de 1990.
[47] Idem, *ibidem*, Orçamentos da Sociedade Portuguesa de Medalhística, 22 de julho de 1993 e da IN-CM, 29 de outubro de 1993.
[48] Idem, *ibidem*, fax da IN-CM, 20 de julho de 1994.
[49] Vendem-se no OLX, a partir de 10 € sem caixa, mas podem atingir 30 € com estojo em madeira.
[50] Arquivo Histórico da SHIP, «Moeda Comemorativa [...]», Recibo de António Coelho Teixeira, 4 de março de 1994.
[51] Luís Chaves, *Moedas Religiosas em Portugal*. «Medalhas de Devoção». Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11152.pdf, acedido em 20 de março de 2022.

** - Presidente do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.



25 de Novembro: A Vitória da Liberdade

Miguel Guimarães *

O 25 de Novembro de 1975 não é apenas uma data histórica. É um grito de liberdade que atravessou décadas e chega até nós como um lembrete poderoso de que a democracia portuguesa não nasceu por acaso, nem se mantém por inércia. Nasceu de escolhas, de coragem e de um país inteiro que decidiu não abdicar do seu futuro. Celebrar esta data é celebrar a própria essência de Portugal: um povo que, mesmo nos momentos mais sombrios, soube afirmar a sua vontade de ser livre.

Como Presidente da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN), sinto profundamente o peso simbólico deste dia. Celebramos não apenas um acontecimento militar ou político. Celebramos a maturidade de um país que, num momento decisivo, recusou caminhos de imposição ideológica, de radicalização e de rutura social. O 25 de Novembro é, portanto, a afirmação da democracia pluralista contra qualquer forma de autoritarismo, venha este da farda ou venha da retórica.

A Revolução de Abril abriu portas fundamentais, mas foi o 25 de Novembro que garantiu que essas portas dariam acesso a uma democracia estável, inclusiva e representativa. Nessa madrugada, Portugal esteve verdadeiramente à beira do abismo. Vários modelos de sociedade estavam em disputa e as Forças Armadas viviam uma divisão profunda, alimentada por pressões internas e externas. O futuro do país estava suspenso. E foi nesse momento crítico que um conjunto de militares conscientes da sua responsabilidade histórica — apoiados por amplos setores da sociedade civil — tomou a decisão que mudaria para sempre o rumo do país.

A coragem destes homens e mulheres não foi apenas operacional. Foi moral. Compreenderam que a autoridade militar só faz sentido quando se coloca ao serviço da liberdade e da República. Compreenderam que o poder político deve nascer do voto, não da força. Compreenderam que Portugal precisava de estabilidade, não de aventuras. E compreenderam, sobretudo, que a democracia não pode ser sequestrada por qualquer projeto que pretenda reduzir o pluralismo ou impor uma verdade única.

É por isso que esta data não pertence a uma fação política; pertence ao país. É património comum. É a vitória de Portugal sobre os extremismos, a vitória da moderação sobre o confronto, a vitória da responsabilidade sobre a tentação do radicalismo. Se hoje somos uma democracia consolidada, aberta ao mundo, respeitada entre as nações europeias e atlânticas, muito o devemos ao 25 de Novembro.

Mas esta celebração não é apenas memória. É também alerta. O mundo contemporâneo vive um momento de enorme instabilidade. O regresso das lógicas de bloco, a crescente polarização política, a erosão da confiança nos sistemas democráticos, a desinformação e a imprevisibilidade estratégica colocam desafios profundos às sociedades abertas. Não podemos ser ingénuos: os valores do 25 de Novembro também estão hoje sob pressão.



O autor, Miguel Guimarães.

Vivemos tempos em que a tentação do simplismo e do discurso incendiário procura substituir o esforço paciente de construir consensos. Tempos em que se tenta minar a confiança nas instituições, desacreditar o valor da experiência, e confundir liberdade com arbitrariedade. Tempos em que o ruído por vezes se levanta acima da razão. E é precisamente nestes momentos que mais precisamos do legado do 25 de Novembro.

As Forças Armadas portuguesas, modernizadas e estruturadas numa lógica plenamente democrática desde essa data, continuam a ser pilares essenciais da nossa soberania e segurança. São instituições que, ao longo das décadas, consolidaram uma cultura de responsabilidade, de profissionalismo e de serviço ao país. A AACDN, ao aproximar responsáveis civis e militares, reforça esta cultura, fomentando o pensamento estratégico que Portugal tanto necessita.

O 25 de Novembro ensina-nos que a democracia exige vigilância permanente. Que a liberdade não está garantida por decreto. Que a estabilidade é fruto de escolhas — escolhas difíceis, muitas vezes impopulares, mas sempre orientadas pelo interesse nacional. Ensina-nos que Portugal só é verdadeiramente grande quando coloca o futuro acima das paixões do momento.

Nesta celebração, prestamos homenagem àqueles que tiveram a coragem de agir quando o país mais precisava. Homens e mulheres que acreditaram que Portugal podia ser um país democrático, plural e livre — e que se recusaram a entregar o destino nacional a qualquer forma de extremismo. Graças a eles, Portugal reencontrou o seu caminho.

Como Presidente da AACDN, reafirmo o nosso compromisso inabalável com este espírito: defender a democracia, reforçar a cultura de defesa, promover o diálogo cívico-militar e fortalecer a consciência estratégica do país. A missão da AACDN é, e continuará a ser, trabalhar por um Portugal seguro, democrático e respeitador dos valores que o 25 de Novembro consagrou.

Como disse o Senhor General Ramalho Eanes “Não percebo que estigmatizem o 25 de Novembro, porque este é a continuação do 25 de Abril”.

“...O dia inicial inteiro e limpo...” de Sophia de Mello Breyner nunca seria uma realidade não fosse o 25 de Novembro. O 25 de Novembro cumpriu Abril.

Que esta data continue a inspirar-nos a rejeitar todas as formas de radicalismo, a fortalecer as instituições, a valorizar a liberdade e a defender a democracia com a mesma determinação com que ela foi defendida em 1974 e 1975.

Porque o 25 de Novembro não é apenas passado. É futuro. É compromisso. É Portugal. Viva o 25 de Novembro. Viva a Liberdade. Viva a Democracia. Viva Portugal.

* - Presidente da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional



COMANDO - Homenagem a Jaime Neves

José Pinho Neno

Respeitosa, a Nação agradecida
Curva-se ante seu filho mui dilecto
Que, de espírito franco e tronco erecto,
Os inimigos leva de vencida.

Mais do que gratidão bem merecida,
É natural estima, puro afecto
Este infrene pulsar do peito inquieto
Da Pátria Lusitana redimida.

Ó lendárias figuras do Passado,
Mais este vosso igual, nobre soldado,
Com honras acolhei na vossa Corte,

Que balas assassinas enfrentando,
Decidido, com garbo de "comando",
A Pátria arranca às garras de má sorte.

25 de Novembro de 1975



25 Novembro 1975 e a Força Aérea *

Pedro Avillez **

Senhor General Cartaxo Alves, Excelentíssimo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
Senhores Generais
Senhores Oficiais, Minhas Senhora e Meus Senhores,
agradeço a Vossa presença.

Quando o sr. General António Jesus Bispo me lançou o repto de esta Editora publicar o livro que aqui hoje nos reúne, fiquei honrado e, depois de ler os primeiros textos, fiquei verdadeiramente entusiasmado! Eu já conhecia bem este 'militar intelectual', de quem tenho a honra de já lhe ter Publicado e lido Obra...

Esta Obra não pretende educar, convencer ou arregimentar.

Diz-nos apenas em palavras de português corrente, em dez textos de estilo e conteúdo diverso, mas todos com genuína simplicidade e autenticidade, explica-nos como se desenvolveu a Iniciativa de um punhado de Patriotas da Força Aérea, e que a conseguiram organizar, com grande seriedade, coragem, profissionalismo e preocupação cívica.

Estes Patriotas deram o toque inicial e, coordenados com *leaders* Responsáveis e, associados a outros Patriotas de outros Ramos Militares, em 25 de Novembro de 1975, todos juntos conseguiram travar com determinação, força e bom senso, a deriva totalitária para onde o Nosso Querido País se ia enterrar.

Mas não sou eu que deva aqui dar explicações sobre o desenrolar deste Acontecimento nacional. A Dra. Zita Seabra, que viveu intimamente e num polo oposto este Acontecimento, vai-nos de seguida explicar o que realmente se passou. No entanto como Editor deste Livro, não posso deixar de chamar a Vossa atenção para a invulgar importância desta Obra Histórica.

Obra escrita em textos simples de essencialmente aviadores profissionais, mas textos todos muitíssimos preciosos pela sua autenticidade. São Testemunhos valiosos, e graças a Deus escritos 'ainda a tempo' de explicar a história Verdadeira do que se passou no nosso País há 50 anos.

Foram Autores desta Obra António de Jesus Bispo, António Vaz Afonso, Aurélio Corbal, Hélder de Oliveira, José Ferreira Pinto, José Pinto do Nascimento, Rafael Martins e Vizela Cardoso. Mimoso de Carvalho concebeu e desenhou a capa. (aqui, como Autores, não cito títulos e graduações militares...)

A leitura deste Livro deixará certamente surpreendidos os Leitores pelas complexas e discretas movimentações políticas e militares, mas ficarão certamente confortados por nestes textos reverem a qualidade humana, cívica e profissional destes nossos compatriotas da Força Aérea, Portugueses que com muita coragem, profissionalismo, bom senso, e usando um mínimo de força inteligente, ajudaram a garantir a clarificação política do momento e o uso legítimo da força da vontade democrática nacional, que travou a deflagração que se avizinhava e que teria sido um terrível e violento conflito político no nosso País.

Esta movimentação militar da Força Aérea em Novembro de 1975, em conjunto com a corajosa e bem preparada intervenção de outras forças militares, nomeadamente do regimento de Comandos, seguraram o respeito das já realizadas primeiras eleições democratas nacionais, garantindo a definição da nova Constituição Política Nacional que se lhe seguiu, e finalmente abriram o caminho à devolução do poder político aos Partidos Políticos eleitos, contribuindo para garantir um Portugal democrata moderno, mais feliz e mais digno.

Bem hajam os Autores desta Obra, verdadeiros Heróis da nossa Pátria!

Peço desculpa por aqui pedir ainda a palavra para dois agradecimentos:
Um agradecimento à Vera Cardoso, pelo seu trabalho exaustivo e feito 'a toque de tambor', a sua competente paginação e revisão dos numerosos e complexos textos dos vários Autores deste livro. Certamente uma Obra de referência da Tribuna da História.
E, não posso também aqui deixar de agradecer à D.P.S./VASP, a impressão em tempo record desta Obra, numa altura difícil de 'época de Natal' em que todas as Gráficas estão afogadas com tantos trabalhos urgentes. Obrigado Rui e Sandro, por terem compreendido a Urgência desta publicação!
Bem hajam!

* - Intervenção do Dr. Pedro Avillez no lançamento do livro "25 de Novembro 1975 e a Força Aérea", a 15 de Dezembro de 2025.
** - Membro do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Ciclo "50 Anos do 25 de Novembro de 1975"

O QUE ACONTECEU COMO FOI

PRIMEIROS ABALOS
(jul.74 – set.74)
15 / out / 2025

CHOQUES: DESCOLONIZAÇÃO E PARTIDOS
(nov.74 – fev.75)
22 / out / 2025

GOLPE E CONTRAGOLPE
(11 de março)
29 / out / 2025

LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA
(25.abr.75 | eleições constituintes)
5 / nov / 2025

A FRATURA
(Verão Quente | mai.75 – ago.75)
12 / nov / 2025

A ACELERAÇÃO
(Verão Quente | set.75 – nov.75)
19 / nov / 2025

DEMOCRACIA E LIBERDADE
(25 de novembro)
26 / nov / 2025

Moderadores: Henrique Monteiro, Raquel Abecasis
Comentadores residentes: José Ribeiro e Castro, Carlos Magno, José Luís Ramos Pinheiro, Maria João Avillez e Nuno Rogeiro
Convidados: Gen. António Vaz Afonso, Cor. Florindo de Morais, Hélder de Oliveira, João Soares, Cor. José Sanches Osório, Emb. Luís de Almeida Sampaio, Nuno Pena e Zita Seabra

Palácio da Independência (ao Rossio, Lisboa)
4.ªs feiras | 15h30-17h00

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

50 ANOS

LIBERDADE
25 / abril / 1974

DEMOCRACIA
25 / novembro / 1975

Transmissão em directo, via *streaming*, nas seguintes plataformas: Facebook: https://www.facebook.com/sociedadehistorica/
YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCdTGKJmqqoLG5Iha2hnNMJg



50 anos do 25 de Novembro. A prisão do meu Pai, Rui Pena.

Nuno Pena *

NOTA PRÉVIA

O Rui Pena foi muito meu amigo e eu dele. Conhecemo-nos no CDS, pouco antes de ele ser preso pelo COPCON. Tínhamos ambos sido eleitos para a direcção nacional do CDS, no célebre I Congresso, que foi boicotado pela extrema-esquerda. A eleição só aconteceria em finais de Fevereiro de 1975, numa sessão clandestina no Porto. A seguir, aconteceu o 11 de Março, com tudo o que, como seu efeito, arrastou de radicalização.

Em Abril, as prisões políticas, que tinham voltado em Setembro de 1974 e se agravaram a seguir ao 11 de Março, atingiram alguns jovens militantes do CDS e da JC, no Porto. Alguns tinham 16 e 17 anos – deles costumo dizer que "não tinham idade para votar, mas já a tinham para os prenderem". E, apesar de nunca lhes ter sido apresentada qualquer acusação, vários só viriam a ser libertados em Dezembro, já depois do 25 de Novembro, que acabou com esses desmandos.

Em Maio, chegou a vez de o Rui Pena ser preso. Preocupados que andávamos todos (Rui Pena incluído) com os outros jovens detidos do CDS, a ninguém passava pela cabeça que o Rui Pena pudesse passar também por semelhante provação – uma provação que feria também a família, mergulhada em ansiedade e incerteza. Ele nada tinha feito. E nunca chegou a receber acusação. Era apenas alvo, como tantos outros, de ignóbil e arbitrária perseguição. Entre outros maus tratos, sofreu sevícias de intimidação, mas não foi dos que passou por pior. E acabaria por ser libertado um pouco antes de fazer um mês de prisão, para o que talvez tenham contribuído os insistentes protestos e diligências de Diogo Freitas do Amaral, sobretudo junto do Presidente da República. Ambos, Freitas do Amaral e Costa Gomes, se conheciam bem, desde os tempos do Conselho de Estado, extinto no 11 de Março. Mas o fundamental foi o que já sabíamos: não tinham nada contra ele.

No ciclo sobre os 50 anos do 25 de Novembro, organizado pela Sociedade Histórica, em Outubro e Novembro passados, quisemos contar a história de dois presos políticos do PREC, para ilustrar o lado mais sórdido da degradação progressiva do processo revolucionário em 1974 e 1975. O caso do Rui Pena foi um deles e pedimos a um dos filhos, Nuno Pena, advogado como o pai, que contasse, na primeira pessoa, como viveu esse tempo, nos seus 5 anos de idade. Este texto é o registo e o suporte escrito da sua intervenção na 5.ª sessão do ciclo. Estamos muito gratos. É também uma forma de homenagear um grande advogado, um político honrado e um amigo inesquecível, falecido em Janeiro de 2018.

José Ribeiro e Castro
Presidente da Direcção da
Sociedade Histórica da Independência de Portugal



Rui Pena foi ministro da Reforma Administrativa em 1978, em representação do CDS, e ministro da Defesa Nacional em 2001/02, como independente.

Do período revolucionário, recordo-me de pouco. Para além de correr à janela da escola para ver as chaimites passar, cantar a gaivota, vibrar com a marcha do MFA na telefonia e gritar na rua com os meus amigos que o povo unido jamais seria vencido, lembro-me, sobretudo, do facto de ter passado a tratar por "tu" a minha professora. De Senhora D. Eugénia passou, simplesmente, a Gena. Também o meu livro de escola mudou. Via o dos meus irmãos e adorava. Já o meu... nem tanto. Contava a história de um rapazito chamado Pedro que – não surpreendentemente – amava a liberdade. Ora, a Liberdade é uma abstração que em mim se concretizava na sua plenitude e, por isso, de impossível apreensão. Um rapaz de 5 anos é livre em qualquer circunstância. E eu era. Como sou hoje.

Lembro-me também muito bem quando, em maio de 1975, num Sábado (dia 17 de maio) (2), uns senhores mal-encarados nos entraram casa adentro sem pedir licença.

Um deles era grande e gordo. Tinha uma camisa aos quadrados. Morávamos num 4.º andar em Paço de Arcos. Dois deles ficaram a impedir a passagem para os andares superiores e inferiores.

A Senhora Georgina, nossa empregada, uma espécie de semi-mãe e semi-avó (3), dizia-me, a mim e aos meus irmãos, que não nos assustássemos. Mas em vão. Os adultos nunca conseguem disfarçar quando estão mesmo aflitos. Os mais novos percebem. E assustam-se também.

A minha Mãe também estava apreensiva. Mas, em todo o caso, aparentava uma serenidade mais genuína, o que me deixava descansado. A mim e aos meus irmãos.

Dizia-nos a Senhora Georgina que eram do "copo com", nome muitíssimo estranho. Desafiante. Esgotei-me mesmo enquanto equacionava as possibilidades – líquidas ou sólidas – do que conteria o tal copo. Com o quê? Nada daquilo me fazia sentido. Em todo o caso, se me tivessem dito que se tratava de gente do Comando Operacional do Continente (o COPCON) ficaria na mesma ou pior. Adiante...

Varreram das estantes da nossa sala todos os livros para o chão em busca de armas e documentos. Fugi para o meu quarto com o meu irmão. A ideia era protegermos a nossa arca dos *legos* que nos apressámos a fechar. Acho que nunca arrumámos o quarto tão depressa. Mas foi em vão. Também o nosso quarto foi devassado. Parecia-nos completamente idiota – e era de facto – que procurassem armas no nosso quarto. Para nós seria impensável – inconcebível mesmo – ter armas no quarto. E, se para nós era evidente, mais ainda devia ser para os adultos. Era tudo estranho.

Também o quarto da minha irmã foi revistado. As bonecas foram despidas e abertas em busca de objetos eventualmente incriminadores.

A dada altura, o meu irmão Gonçalo disse-lhes que onde havia armas era na nossa casa de Sintra. Não no nosso quarto, obviamente! Referia-se a umas espadas antigas de fins decorativos e à espada da farda da Marinha do meu Pai. Em todo o caso, para nós eram as mais temíveis armas.

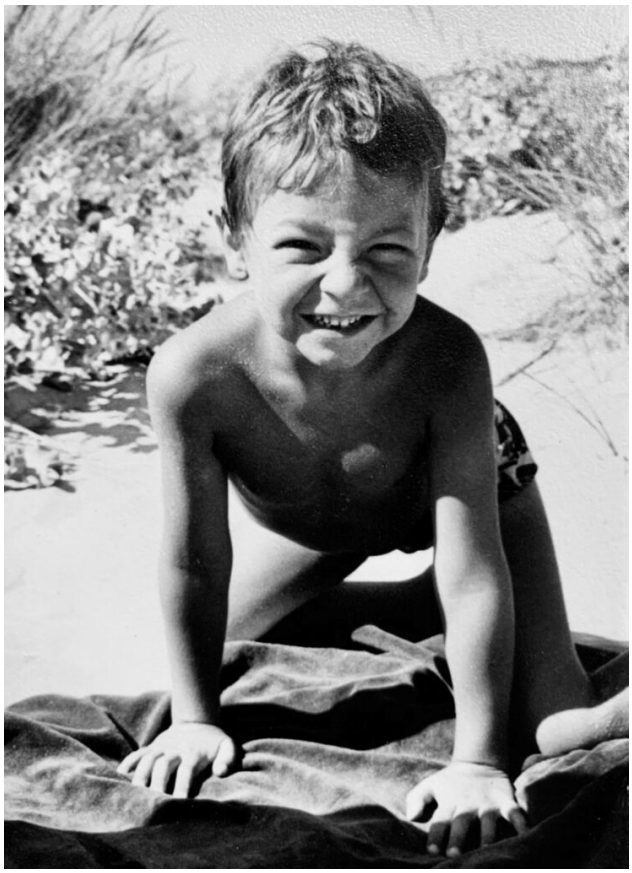
O meu Pai estava na altura em Lisboa, no escritório a trabalhar. Era o normal.

A minha Mãe quis ligar ao meu Pai para que viesse para casa, mas foi impedida de o fazer a pretexto de que, alertado da situação, certamente fugiria. Só mesmo o desconhecimento do carácter do meu Pai permitiria sequer cogitar tal hipótese.

A busca prosseguiu. A dada altura, na sala da casa, onde eu estava também, ao colo da minha Mãe, sucederam-se alguns episódios que, vistos de hoje, são caricatos, mas que na altura não tiveram graça nenhuma.

Primeiro, encontraram no interior de um livro um cartão escrito por um amigo do meu Pai – o solicitador Luis Mimoso - que vivia na Baratã, na zona de Sintra, creio, e em que convidava os meus pais para um almoço ou jantar. No convite, deliberadamente pomposo e formal, o mesmo intitulava-se Marquês de Baratã e, a final, escrevia RSFF, apelando a uma resposta ao convite.

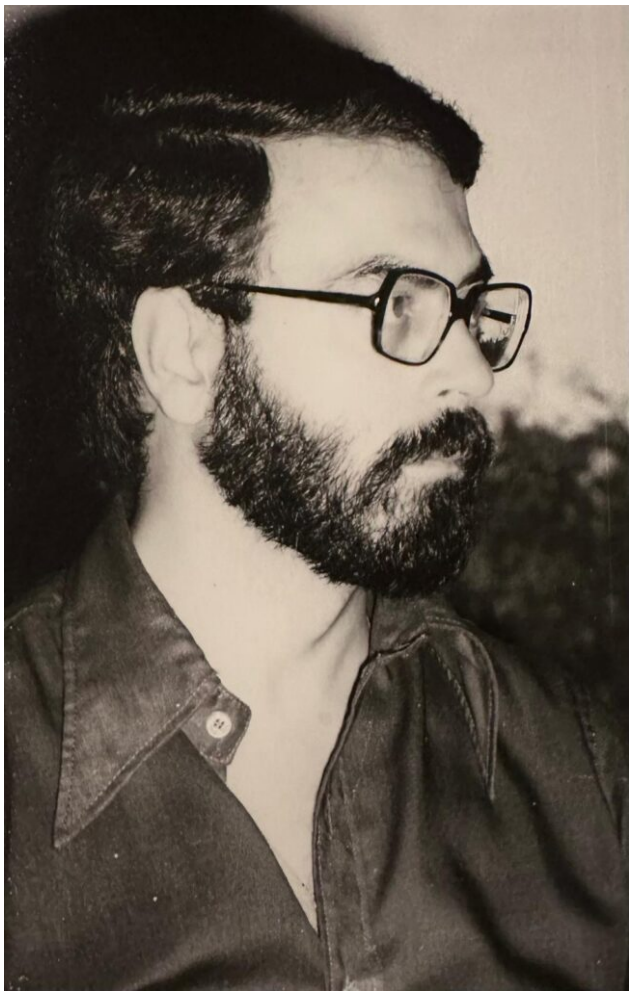
Ora, o senhor façanhudo entendeu que RSFF se tratava de um código e levou ainda algum tempo até que abandonasse tal crença. Em todo o caso, das ligações à alta nobreza, não saiu... e levou o documento consigo.
De seguida, encontraram uns mapas de estrada da Europa que suscitaram também as mais incríveis suspeitas. Como se não fizesse sentido ter mapas em casa...
Acabaram por encontrar ainda uma carta manuscrita pelo Professor Marcello Cetano em que apresentava condolências ao meu Pai pela morte da sua mãe, a minha avó que nunca conheci. A descoberta da ligação ao regime anterior foi um festim para aquela gente. Lá teve a minha Mãe que explicar os motivos do conhecimento entre ambos e que tinha que ver com a Faculdade e nada mais. Não convencidos, acabaram por levar com eles também o tal documento.
Isso e ainda umas pistolas de coleção que estavam expostas na sala. Duas pistolas de duelo antigas. Lembro-me de a minha Mãe explicar que eram de coleção e que não disparavam, ao que o façanhudo respondeu que disparavam, sim e bem. E levou-as também consigo.
Enquanto tudo isto se passava, chegou a nossa casa o Tio Lopo (Lopo Cancella de Abreu), que tinha escritório com o meu Pai. Vinha a pretexto de levar consigo um livro emprestado que tinha sido escrito pelo meu Pai, mas a história não era bem essa, como vim a saber mais tarde (4).
Uma empresa têxtil, cliente do escritório, em virtude das várias greves de então, não conseguiu cumprir certos prazos de entregas de encomendas e viu as mesmas canceladas, tendo ficado com um excesso de fatos de homem. Era preciso escoar o stock. Alguém que o Lopo não identificou no seu livro, mas que confirmei ser Manuel Coelho da Silva, ao tempo estagiário do meu Pai, disse conhecer quem pudesse tentar escoar os stocks junto de feirantes. Esse homem era o irmão do Manuel Coelho da Silva, José Jaime Coelho da Silva (5).
Ora, nesse mesmo Sábado a que tenho vindo a reportar-me, o Lopo tinha lido no República que esse homem, o irmão do Coelho da Silva (6), tinha sido preso pelo COPCON após continuada vigilância.
O Lopo leu a notícia, associou-a a mais um ou outro episódio em que se sentiu vigiado, e resolveu avisar o meu Pai da possibilidade de estarem a ser vigiados também. Por isso, e por não querer dizê-lo ao telefone, ligou ao meu Pai e disse que precisava do tal livro. A coisa causou a maior estranheza no meu Pai, porque o livro versava sobre obrigações convertíveis em ações, matéria a que o Lopo era totalmente alheio, senão mesmo alérgico. Assim se explica a vinda do Lopo lá a casa.
Mal o Lopo entrou foi sequestrado pelo façanhudo e fechado na sala imediatamente à esquerda de quem entra, onde foi interrogado sobre as relações do meu Pai com Marcello Caetano. A resposta óbvia não os satisfez. Não compreendiam que se mandasse uma mensagem de condolências sem que houvesse uma relação próxima. Pode ser até verdade. Mas também é verdade que as relações próximas não são, nem têm de ser políticas. É assustador quando pessoas sem preparação são encarregues de funções acima das suas capacidades de entendimento.



O autor, Nuno Pena, então com 5 anos de idade.

Entretanto chegou o meu Pai. Eram cerca das sete e meia da tarde. Subiu ao quarto andar, mas nem foi sequer autorizado a entrar em casa. Pretendiam levá-lo de imediato. Ainda o vi nessa altura no átrio da escada. Estava calmo. Calculo que soubesse bem que outra conduta não teria qualquer serventia. Ainda lhe fizeram aí várias perguntas.
Entretanto abriram a porta da sala onde estava sequestrado o Lopo. Um dos homens ia levá-lo também com eles para baixo. Na altura o meu Pai, revelando alguma presença de espírito disse, virando-se para o Lopo (mas querendo comunicar com os demais) disse-lhe: “tu não vens; não preciso de advogado”. E o braço do Lopo foi solto. Foi uma sorte. Um momento feliz e que viria a ser muito importante para que se viesse a conseguir, bem mais tarde, um contacto com o meu Pai e, no limite, a sua libertação.

Ainda no átrio, quando estava prestes a ser levado, o meu Pai ainda disse à minha Mãe que ligasse ao Diogo (Diogo Freitas do Amaral).
Fui, entretanto, para a janela e ainda vi os mesmos homens que lá tinham estado em casa a meter o meu Pai num carro que acabou por seguir para parte incerta.
A minha Mãe ligou, entretanto, ao Diogo que veio de imediato com a mulher – Mizé – e ficaram lá em casa até quando eram já cerca das sete da manhã. Foram um bom apoio, segundo a minha Mãe.
Na manhã seguinte, a minha Mãe, aceitando a ajuda de um vizinho nosso – José Inácio – que se ofereceu para a acompanhar, foi ao RALIS (7) e a Caxias procurar saber do paradeiro do meu Pai, mas sem sucesso. Só se viria a saber dele vários dias mais tarde. Fora levado primeiro para o RALIS e, no dia seguinte para Caxias. Creio que as informações foram conseguidas pelo Lopo, que ia diversas vezes a Caxias (8).
Algum tempo mais tarde, lembro-me de que passei a ir diariamente a Caxias com a minha Mãe e os meus irmãos.
Levávamos roupa e víveres. Fazíamo-lo diariamente. Não havia visitas, mas era possível ver o meu Pai ao longe. Nós sentávamo-nos na capota do saudoso e já velho *Saab 96*, acenávamos e dizíamos adeus. Mas, na verdade, lembro-me é de não conseguir ver o meu Pai. Via apenas lenços e ouvia chamamentos ao longe. Mas nunca reconheci o meu Pai àquela distância.
Era uma gente feia, desarranjada e suja, aquela a quem entregávamos os sacos com coisas preparadas lá em casa. Cheguei uma vez a pedir a um deles se podia ir ver o meu Pai. Respondeu-me que sim, mas teria que lá ficar... O protótipo da besta, como é bom de ver. Mas não me lembro de ter ficado assustado. Talvez estivesse a brincar. Mas, pelo sim pelo não, voltei para a "segurança" do *Saab*.
O Lopo passou também a ir ainda mais vezes a Caxias embora nem sempre tenha tido hipótese de ver o meu o Pai.
Durante esse tempo, sei-o hoje - além de muitas outras diligências de familiares nossos e amigos do meu Pai, o Diogo Freitas do Amaral enviou uma carta muito forte ao Presidente da República Costa Gomes a exigir a libertação do meu Pai. E fez também pressão muito direta no mesmo sentido junto do Almirante Rosa Coutinho.
Existem ainda algumas cartas que o meu Pai conseguiu passar para fora da prisão. Algumas para a minha Mãe, outras para o Lopo (9), para os quatro funcionários do escritório (10) e uma para a minha irmã. Estas cartas são importantes para compreender o estado de espírito do meu Pai. Não li, obviamente, as cartas para a minha Mãe. Nem lhas pedi, tão pouco. A minha Mãe ainda é viva e são coisas pessoais. Talvez um dia. A da minha irmã pode ser interessante. Também não li, mas foi-me explicado por ela que nessa carta o Pai lhe explicava o porquê da não comparência na sua primeira comunhão (11), que decorreu durante o tempo em que o meu Pai foi preso.



Rui Pena, em 1975, ano em que foi preso.

Às outras cartas acabei por ter acesso. Apercebi-me, há uns dois ou três anos, que a Carmen, secretária do meu Pai, as guardou todos estes anos. São cartas interessantes. Ao Lopo, e certamente à minha Mãe, falava com mais abertura sobre o que se passava e sobre como sentia. Dirigindo-se aos funcionários e à minha irmã mais velha, que tinha uns oito anos ao tempo, era mais contido no discurso e procurava até fazer brincadeiras e paródias. À minha irmã por exemplo, escrevia que jogava monopólio ou ao petróleo (12) todos os dias com os companheiros de cela (13).
Nós fomos sempre poupados pelo Lopo aos mais horríveis pormenores do que se passava. Só anos mais tarde viemos a saber deles. Fosse pelo Lopo, fosse pela nossa Mãe, fosse ainda quando, muito mais tarde, muitos anos depois, o meu Pai resolveu contar qualquer coisa (14).

Contou que, quando chegou a casa, se deparou com dois civis armados acompanhados de um cabo, que lhe apresentou um impresso policopiado com a menção de mandado de captura, assinado por Otelo Saraiva de Carvalho, e com o seu nome manuscrito. Não dizia mais nada. Contou que não responderam a nenhuma das suas perguntas sobre o porquê do mandato, nem às objeções levantadas sobre a sua forma e ausência de conteúdo. Escreveu também sobre o que ele não viu, mas vi eu. Que lhe revolveram a casa à procura de armas.

Contou que, chegado ao RALIS, o enfiaram numa sala, onde encontrou cerca de duas dezenas de cidadãos, que lhe disseram ser ex-comandos e ex-fuzileiros, que tinham sido presos na mesma tarde. Não os conhecia de parte alguma (15).

Contou que o que se passou de seguida foi surreal. Um número indeterminado de civis do MRPP guiados por Saldanha Sanches, "interrogava" em altos berros os detidos sobre a sua ligação a Marcelino da Mata e a intenção de "reconquistarem" a Guiné, entretanto tornada independente. Alguns cabos e um sargento ajudavam à festa. O único oficial presente àquela hora era o Dinis de Almeida, que ganhou o cognome de "Fittipaldi dos Chaimites".

Numa sala ao lado percebia-se, pelos gritos e queixumes das vítimas, que eram exercidas sobre eles sevícias e torturas. Contou que viu, depois, o estado lastimoso do Marcelino da Mata e que quando chegou a sua vez de ser ouvido eram já cerca das duas da manhã (madrugada de dia 18).

Apareceu um civil e um cabo fardado com uma pistola na mão. Teriam por volta de vinte anos. O interrogatório foi sumário: quais eram as suas ligações à Guiné, a Marcelino da Mata e a Alpoim Calvão. A resposta foi imediata e espontânea: nenhuma. E não podia ser de outra forma. Apenas tinha estado na Guiné como cadete da Reserva Naval há alguns anos e apenas conhecia aqueles oficiais de nome.

Não acreditaram. Sabiam que era dirigente do CDS, que era um perigoso fascista amigo de Marcello Caetano e com ligações à alta nobreza, pelo que estava a mentir. Mostraram-lhe então o cartão que tinha recebido do professor Marcello Caetano e o tal convite para jantar que tinham levado lá de casa.

Insistiram que tinham informações de que o CDS planeava a formação de grupos armados para combaterem o MFA e que dispunha de um arsenal de armamento, concluindo que ou confessava tudo isto e dizia onde estavam escondidas as armas, ou levava um tiro.

Ao mesmo tempo, o cabo encostava o cano da pistola à sua cabeça. Estes factos ainda que de forma resumida viriam a constar do chamado relatório das sevícias (16).

Por sorte apareceu um outro civil, um pouco mais velho, que o mandou para uma camarata fechada. Não dormiu, como é compreensível e, no dia seguinte, ao princípio da tarde meteram-no numa chaimite e entregaram-no em Caxias.



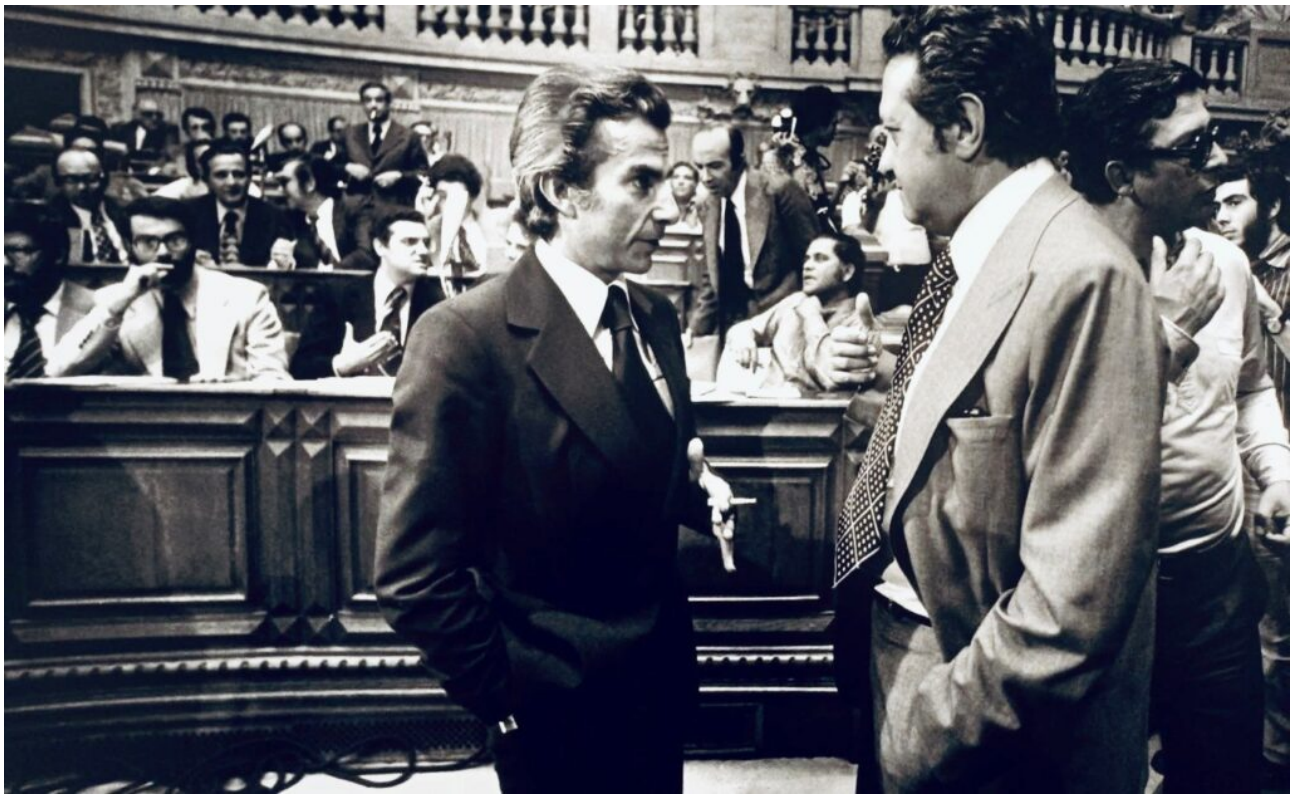
Em Abril de 1976, quase um ano depois de ter sido preso, Rui Pena encabeçou a lista de candidatos do CDS, pelo círculo eleitoral de Santarém, às primeiras eleições para a Assembleia da República.

Há um outro aspeto que me repugnou particularmente. Durante o processo de registo de entrada e "internamento" em Caxias, apareceu o comandante do forte. Era o tenente fuzileiro José Costa Xavier que tinha sido camarada de armas do meu Pai no 6.º CEORN (17) mas que, diversamente dele, tinha continuado a carreira militar. O meu Pai refere que o tratou naturalmente por tu, como sempre tinha feito, mas foi imediatamente repreendido, referindo que o devia tratar por "Senhor Comandante". O meu Pai explicou-lhe que a sua situação só podia resultar de um erro clamoroso, mas não quis saber. Não houve mais conversa. E meteu-o isolado numa cela. Tinha vista a nascente para os lados do Estádio Nacional. Sempre via os automóveis passar. O meu Pai refere que ainda lhe dirigiu alguns requerimentos para conhecer os fundamentos da prisão e poder demonstrar a sua inocência, mas nenhum foi atendido.

Refere ainda o meu Pai que, poucos dias depois, em 28 de Maio (18), soube pelos carcereiros e pelo burburinho que ouvia, slogans e canções revolucionárias, que algumas centenas de militantes do MRPP tinham sido presos e também estavam em Caxias. E é interessante o que diz a esse respeito: "Por estranho que pareça, não senti nenhuma satisfação...".

Só em 10 de Junho, quase um mês depois de ter sido preso, apareceu um major que registou as suas declarações de negação do que supunha serem as acusações referidas no RALIS e no dia seguinte foi libertado. Tudo não passara de um erro. Deixaram-no por sua conta no portão de Caxias sem dinheiro. Acabou

por apanhar boleia para casa. Não era longe. No limite até poderia ter vindo a pé.
Nesse dia, eu e os meus irmãos estávamos na escola. Lembro-me exatamente do que estava a fazer, quando uma professora me veio dizer que eu podia ir para casa mais cedo, porque tinha uma surpresa à minha espera. E deu-me uma caixa de rebuçados.
Quando chegámos a casa o que se passou foi o que sempre se passa em qualquer família quando alguém que está longe volta. Fora isso, o meu Pai estava magro, cansado e de barbas.
Nesse mesmo dia, ainda foi com a minha Mãe a Fátima. Não me lembro disso, mas disse-me a minha irmã e a minha Mãe confirmou. Admito que tenha querido honrar algum compromisso assumido nos dias anteriores.
Nunca se soube exatamente qual a causa da prisão do meu Pai.
Mais tarde, muito mais tarde, é que viríamos a saber que a mesma nada tinha tido a ver com a Guiné, mas com uma hipotética conspiração de Alpoim Calvão, acusado pelo MRPP de estar a preparar um "exército clandestino" em Espanha para invadir Portugal e que Marcelino da Mata seria o agente de ligação com Jaime Neves e Salgueiro Maia. Tudo não passava de um pretexto para a organização maoista acusar o PCP, seu inimigo de sempre, para pôr em xeque estes dois respeitados oficiais, que acabou por ser denunciado pelo Capitão Matos Gomes, um dos mais influentes oficiais comunistas do Regimento de Comandos e amigo dos dois oficiais moderados.
Em suma, foi assim, sem qualquer razão ou justificação lógica, que o meu Pai e tantos outros foram presos, maltratados e enxovalhados, naquele período de 1975.



Na sessão de abertura da Assembleia da República (I Legislatura), em Junho de 1976, Rui Pena está na primeira fila da bancada do CDS, entre Francisco Lucas Pires e Diogo Freitas do Amaral. Na segunda fila, reconhecem-se Carvalho Cardoso, Victor Sá Machado, Emídio Pinheiro e José Ribeiro e Castro (tapado pelo microfone). Ao fundo, em pé, Emílio Leitão Paulo. Em primeiro plano, Francisco Sá Carneiro e Mário Soares conversam. E, entre os dois, na bancada do CDS, reconhecem-se ainda Martins Canaverde (sentado ao fundo), Francisco Oliveira Dias (em pé) e Narana Coissoró (na primeira fila).

* - Advogado.

Notas:

[1] Agradeço o convite do José Ribeiro e Castro para escrever este artigo na sequência da minha participação nas conferências sobre o 25 de novembro, promovidas pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal que considero, sem qualquer exagero ou falsa exaltação, um privilégio. A possibilidade de assistir e participar nestas conversas e estar entre os atores e testemunhas da história, independentemente do lado em que tenham estado, é mesmo um privilégio.

[2] Nesse mesmo dia 17 de maio, o jornal *República*, jornal próximo do Partido Socialista, dirigido por Raúl Rego, foi ocupado. Era o chamado "Caso República". Uns dias depois, em 25 de maio, foi ocupada a Rádio Renascença por trabalhadores dessa estação que pertencia ao Patriarcado de Lisboa. Foi por essa altura que se realizou uma manifestação de apoio ao Patriarcado no Campo Santana.

[3] Qualificação com a qual apenas pretendo homenagear a Senhora Georgina o que não belisca minimamente o estatuto em que guardo as minhas queridas Mãe e Avó.

[4] Lopo Cancella de Abreu, Pelos Tribunais – 50 Anos de Comarca em Comarca, 2019 Prime Books.

[5] As minhas afirmações sustentam-se em conversas minhas com Lopo Cancella de Abreu em que o mesmo me referiu que o Manuel Coelho da Silva teria estado ligado a grupos de extrema-direita. Também a minha Mãe sempre me falou de um fuzileiro que tinha ficado com um cartão do meu Pai. Por outro lado, ainda, o meu Pai admitiu sempre que uma hipótese de causa próxima para a sua prisão, já que nunca se soube ao certo qual poderia ter sido, pudesse ter estado relacionada com o facto de o seu nome e número de telefone poder constar da agenda do Manuel Coelho da Silva ou do seu irmão ex-militar, que também foram presos na mesma altura. Isto bate certo com o relato do Lopo no seu livro.

[6] Tratava-se do ex-fuzileiro José Jaime Coelho da Silva alegadamente associado ao ELP – Exército de Libertação de Portugal. O Exército de Libertação de Portugal (ELP) foi uma organização terrorista de extrema-direita criada por Agostinho Barbieri Cardoso (ex-subdiretor-geral da PIDE/Direção-Geral de Segurança) em 6 de janeiro de 1975. Fundada e dirigida através de Madrid, Espanha. Das pesquisas sumárias que fiz, não obstante ter lido em vários sítios que era alegada a ligação de José Jaime Coelho da Silva ao ELP, não se apurou nada de concreto.

[7] Regimento de Artilharia de Lisboa.

[8] O Lopo, como escreve no seu livro, vinha acompanhando há vários meses alguns presos políticos. Embora segundo Salgado Zenha nessa altura não existissem presos políticos (cfr. "Não há "presos políticos" em Portugal, no *Diário de* Lisboa, 24.10.1974, p. 28). Um deles foi o José Miguel Júdice que estivera em Caxias algum tempo antes.

[9] 2 de junho de 1975 - *"Meu caro Lopo, quero com esta carta, que substitui uma outra que não permitiram que seguisse por estar em isolamento, manifestar-te todo o meu reconhecimento por tudo quanto tens feito por mim, pelos nossos clientes e pelos dois. Não tenho tido notícias, mas é compreensivo e tenho a certeza de que assim sucede. Cá vamos sofrendo esta detenção injusta que se prolongou, até hoje, em completo isolamento. Hoje, dia 2, finalmente, após 19 dias de isolamento, entrei na cela 5, uma cela coletiva com 12 tipos, todos bem-dispostos que não conhecia. (...) continuo preocupado com o escritório e com todos os problemas inerentes. Gostaria imenso de saber como é que te vais desenvencilhando com tudo isso. Mudei agora mesmo e ainda estou sob os efeitos da satisfação. Não fazes ideia do que é estar dezanove dias a andar de um lado para o outro no espaço nos 17 pés de comprimento da cela. Agora o espaço é maior, mas é gente a mais também... O espaço per capita pode ter diminuído, mas, em qualquer caso, o coração aumentou. Entretanto, sobre o meu problema queria lembrar-te, e podes fazê-lo, o nome do Major em Capitão Tasso de Figueiredo, do Alto do Duque, que, da outra vez, com o nosso colega, resolveram plenamente a situação. O Problema está no COPCON única e exclusivamente. Entretanto o Martim de Albuquerque, no primeiro dia, escreveu-me e pôs-se à minha disposição. Foi mais um bom amigo. (...) Sobre o caso da herança do Senhor (...), convém, logo que decorra o prazo da habilitação, juntar e fazer as habilitações em todos os processos pendentes. O Luis Mimoso tem o controle disso tudo. Gostava imenso que me informasses sobre o que se passa com o meu caso. Por que motivo não fui ainda ouvido? Estou completamente desmemoriado e um frangalho. Creio que hoje (...), recuperei um pouco, mas não totalmente. Vai-me dizendo qualquer coisa (...) e dá apoio à Nor. Felizmente o corte de correspondência de que sofri durante 15 dias não*

permitiu que a influenciasse com o meu estado de alma. Estive efetivamente muito em baixo durante estes dias. Dá saudades e um grande abraço à Cármen, ao Carlos, ao Frederico e à Menina Alda. Saudades ao Dr. Mário e ao Dr. Varela. Vai levando tudo isto desportivamente. E vê se consegues libertar-me. Como sabes melhor do que ninguém, estou completamente inocente. Tenta explicar isso. Um grande abraço do teu amigo".

[10] *4 de junho 75, Senhora D. Alda, Carmen, Carlos e Frederico, Embora em vilegiatura forçada, imposta pelos ventos da fortuna – estes maus – não queria deixar de lhes dizer que me lembro com saudade do bom convívio que aí tínhamos no escritório, mesmo com rabugices e tudo. Desejando os melhores votos pela saúde à Senhora D. Alda – espero que esteja completamente recuperada. O Carlos, esse, deverá continuar a pugnar pela implantação do PI na Emissora e a resmungar contra o raio das bobinas que lhe deixam para desgravar... A Carmen, agora sem nada que fazer, pode alistar-se no MRPP. Viria aqui para Caxias e ajudaria a fazer esta algazarra infernal que se mantém há quatro dias. Em qualquer caso, embora descendo para uma suite menos luxuosa, encontrei-me após demasiados dias sem convívio. Vocês não fazem ideia - e eu também não fazia – do que é passear 16 dias numa sala sozinho, sem qualquer contacto com o exterior a não ser o tráfego que subia e descia a autoestrada do estádio. A vista era magnífica, mas bebeu-se na primeira meia hora. Em súmula, não foi para me lamentar que escrevi, mas apenas para lhes dizer que nestes maus momentos não os esqueço e que ainda tenho esperança - continuo a acreditar em Deus – de os poder abraçar de novo. Perdoem-me uma palavra especial para a Carmen a quem devo uma colaboração leal e eficaz de anos e com longa amizade. Aceitem um abraço amigo do Rui Pena*

[11] A primeira comunhão da minha irmã teve lugar em 1 de junho de 1975.

[12] O petróleo era um jogo de que a minha irmã gostava na altura.

[13] Após o isolamento de dezassete dias, o meu Pai foi para uma cela coletiva. Eram cerca de 15 reclusos. Para além de gente mais velha, como um irmão do General Spínola, o ex-presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, o Duque de Palmela (Luis de Sousa e Holstein Beck)... Entre outros, estava um rapaz novo de vinte e um anos chamado António Cabral. Conheço-o bem. Conta-me, desses dias na cela onde estava o meu Pai, que os mais velhos estavam receosos quanto ao futuro. O António, se bem que me tenha dito que nem sempre estava bem disposto – e não é para menos – era, pela sua juventude, sempre o mais animado e tentava animar dois outros. Por vezes havia simulacros de fuzilamentos e isso era aterrador. Num desses simulacros o ex-presidente da Câmara Municipal de Castro Verde não aguentou a pressão e morreu de ataque de coração. O António contou-me ainda um episódio engraçado. Na tentativa de animar aquela gente, lembrou-se de que tinha uma pista elétrica de automóveis e perguntou se o autorizavam a que lha levassem e a resposta foi positiva. Refere que estavam todos entusiasmados com as grandes corridas que se iriam fazer. Chegada e montada a pista, colocados os carros na grelha de partida, comandos em riste e nada! Desastre! Nada funcionou. É que, ao contrário dos 220 volts normais, nas prisões, ao que parece, por uma questão de segurança a voltagem é de 110 volts. No entanto, referiu-me o António que se entretinham a jogar cartas, gamão.... Disse-me que assim que o meu Pai foi libertado contactou com os seus pais e acompanhou o caso até a sua libertação.

[14] Só mais tarde, muito mais tarde, poucos anos antes de morrer, em 2014, o meu Pai resolveu escrever umas linhas sobre tudo isto, mas, em todo o caso, muito pouco desenvolvidas. Podem ser lidas nas Revistas Científicas da UCP "A experiência de um advogado (e não) só no 25 de abril".

[15] Nessa noite de dia 17 e na madrugada dia seguinte, 18 de maio, tiveram lugar os chamados "acontecimentos do RALIS", em que elementos militares daquela unidade afetos ao MRPP e elementos civis do mesmo partido, procederam ao espancamento de militares e civis. Um dos espancados foi o Capitão Marcelino da Mata, do Regimento de Comandos. Esse facto acarretou um imediato desprestígio e repúdio por outras Unidades militares por no RALIS se ter permitido tal ação. O facto levou à prisão de diversos membros do MRPP em 28 de maio.

[16] https://www.arquivo.presidencia.pt Relatório da Comissão de Averiguação de Violências sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares (julho de 1976). Nesse relatório, para além do relato das horríveis e gravíssimas torturas e sevicias a Marcelino da Mata e de José Jaime Coelho da Silva e sua mulher, escreve-se a respeito do meu Pai o seguinte: *"... 2.10 – F ..., advogado, queixa-se de que foi detido cerca das 19h30 do dia 17MAI75, por um grupo de soldados, sendo-lhe apresentado um mandado de captura sem indicação do motivo da detenção; foi levado, num automóvel civil para o RALIS e aí interrogado e maltratado; foi ameaçado várias vezes de morte se não dissesse o que os interrogadores pretendiam; levou vários safanões e empurrões, processando-se a cena de maior violência na ocasião em que pretendeu intervir na defesa de um indivíduo que estava a ser barbaramente espancado com uma cadeira de metal na sala ao lado; que foi transportado para*

o Forte Militar de Caxias na noite do dia seguinte 18MAI75, e aí esteve em regime de isolamento durante uns dezassete dias".

[17] Curso Elementar de Oficiais da Reserva Naval.

[18] Na sequência dos espancamentos no RALIS, a que se fez referência acima, foram presos pelo COPCON cerca de quatrocentos militantes e dirigentes daquele partido. Segundo Otelo Saraiva de Carvalho, o mesmo teve acesso a um relatório de informações de uma reunião da RPAC, o braço armado do MRPP, em que ficou decidido que deviam ser destruídos e desagregados os maiores inimigos do MRPP: o MFA e o PCP cujos membros o MRPP apelidava de sociais fascistas... Tratava-se da Operação Turbilhão, em 28 de maio de 1975. Foi liderada pelo COPCON sob o comando do Coronel Jaime Neves e com o apoio de unidades militares controladas pelo PCP, as sedes do MRPP na região de Lisboa foram assaltadas e saqueadas. Cerca de quatrocentos militantes e simpatizantes do MRPP foram presos durante esta operação, incluindo o seu líder histórico e secretário-geral, Arnaldo Matos, e outras figuras proeminentes como Fernando Rosas e José Freire Antunes. A maioria dos detidos foi encarcerada na Prisão de Caxias, que já tinha sido utilizada para prender antigos colaboradores da PIDE/DGS após o 25 de Abril. O MRPP, de orientação maoísta, era um crítico feroz do PCP (Partido Comunista Português), que apelidava de ″social-fascista″ e ″revisionista″. O PCP acusou o MRPP de ser um agente da CIA e de tentar desestabilizar o processo revolucionário. A operação foi justificada como uma forma de conter a alegada ação ″perturbadora e antidemocrática″ do MRPP. Há relatos de que alguns dos militantes detidos foram submetidos a tortura nas prisões, incluindo em Caxias.
Os presos do MRPP, incluindo Arnaldo Matos, foram libertados a 18 de Julho de 1975, um evento considerado um marco na luta do partido contra o que consideravam ser uma ditadura social-fascista em formação na altura. Este episódio foi um momento de grande tensão e reflete os conflitos violentos entre as diferentes fações da esquerda.



"Estamos orgulhosos do que realizámos em Zamora em Junho, para assinalar o marco inicial dos 900 anos de Portugal" – afirmou José Ribeiro e Castro

José Ribeiro e Castro *

Senhor Presidente da República,
[outras saudações iniciais]
Minhas senhoras, meus senhores,
Portugueses,

Estes discursos no 1.º de Dezembro faço-os como em modo de assembleia geral. Não a dos sócios da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que reunirá dentro de duas semanas. Mas a assembleia geral da cidadania, em que, ano após ano, com uma memória que vem desde 1861 e seguindo o mesmo fio condutor de contínuo serviço civil e patriótico, ancorado no 1.º de Dezembro, prestamos abertamente contas aos portugueses, vindo dizer o que fizemos e o que vamos fazer, onde estamos e para onde queremos ir, o que nos alegra e orgulha e o que nos entristece e empata.

Há muitos e fortes motivos de alegria no nosso exercício. Mas persistem dificuldades de monta que ainda não mudaram, pesando quer no nosso dia-a-dia, quer na projecção do futuro. Começo por estas, ficando, depois, livre para a parte agradável das alegrias.

Já aqui contei que, desde a viragem do século, foi sendo estrangulado pelo governo o quadro financeiro de apoio à Sociedade Histórica. Desde 2015, temos estado reduzidos a uma subvenção orçamental equivalente a meio salário mínimo por mês... É assim: um quadro inexplicado e inexplicável. Só o disse para todos terem consciência do que se passa e o governo poder movimentar-se para corrigir este quadro incompreensível. Mas as coisas continuam fundamentalmente na mesma, apenas com algumas novidades no Ministério da Defesa Nacional, que, todavia, não pode ter a responsabilidade principal do relacionamento governamental connosco. Aproveito este ensejo para agradecer a nossa inclusão na Comissão de Comemoração dos 50 anos do 25 de Novembro, convite que prontamente aceitámos e a que correspondemos com a generosidade, o sentido democrático e o patriotismo que são a nossa marca.

Como tenho referido, o panorama de declínio dos apoios governamentais não é só de agora, vem de governos anteriores desde há 25 anos. Tínhamos esperança de que, agora, fosse definido um quadro novo; apesar dos nossos esforços, isso não está a acontecer. O governo responde à indiferença com indiferença. Perdoar-me-ão se vos disser que, antes, poderia refugiar-me na ideia de que "não tenho culpa, não votei PS"; mas, agora, embaraço-me ao dizer aos meus botões "eu tenho culpa, votei AD"... É um pensamento bastante insuportável, devo dizer-vos. Sobretudo para um veterano como eu, que andei na AD original de 1979/80, a lutar pela afirmação da sociedade civil, como eixo primacial de reforma política e social: libertar a sociedade civil das cargas excessivas por que o Estado a cavalgava e dotá-la dos meios indispensáveis ao seu desempenho onde era mais necessária, eficiente e dinâmica.

Precisamos de inscrição no perímetro do Orçamento de Estado, tal como outras instituições congéneres; dotação para manutenção e conservação do monumento nacional em causa (o Palácio, as Chaminés e o troço da muralha Fernandina); e apoio para actividades de interesse público. Ora, sem prejuízo do papel que seja cometido a ministros sectoriais, isto constitui matéria que exige necessariamente intervenção do Primeiro-Ministro. Não conseguimos, porém, ser recebidos, nem que visite o Palácio, nem que participe ou intervenha em cerimónias que promovemos. Seguimos à espera.

Lembram-se certamente da Luísa Soares, aquela rapariga da minha idade que me abordou na Avenida, em celebrações anteriores. Há um ano, não esteve cá: estava em Zamora, de onde mandou um postal relativo ao início dos 900 anos de Portugal. Hoje, há poucos minutos, estava aí, à entrada desta zona reservada:

- Ó Sr. Ribeiro e Castro, se não se importa, vai apresentar-me o Senhor Primeiro-Ministro. Tenho aqui um presente para lhe dar.

- Ora viva! Fá-lo-ia com todo o gosto, minha senhora. Mas olhe que o Senhor Primeiro-Ministro não vem.

- Não vem!? Já no ano passado não veio. Não o convidaram, foi?

- Ora essa! Claro que convidámos! Salvo erro, até duas vezes. Além de que o Senhor Primeiro-Ministro sabe que está sempre convidado. Mandou dizer que se faz representar pelo Senhor Ministro da Defesa.

- E que tem uma coisa a ver com a outra? O Costa, o António Costa, esteve aí muitas vezes, nem sei mesmo se todas. Eu bem vi na televisão.

- Pois, minha senhora, mas é como lhe digo.

- Olhe, Sr. Ribeiro e Castro, vim para aqui toda contente e já estou chateada. Vou-me embora. Fique aqui com isto e, se estiver com o Senhor Primeiro-Ministro, dê-lhe esta bandeira com o símbolo dos 900 anos. O Sr. Ribeiro e Castro deve ter muitas, mas esta era minha para o primeiro-ministro. E diga-lhe também outra coisa da minha parte: não deve faltar onde faz falta. No dia que representa a independência de Portugal, não vejo coisa mais importante para o primeiro-ministro fazer do que estar na celebração da independência do país que governa. Ou não é assim? Olhe, adeus! Passem bem. Vou mesmo chateada.

Nós precisamos muito de diálogo com o Governo: diálogo fluido, diálogo sério, diálogo construtivo, diálogo de cooperação. Basta atentar na nossa missão estatutária: "Colaborar com os órgãos de soberania, com a administração regional e autárquica, com a administração pública, (...) na definição e aprofundamento dos princípios e valores

estratégicos da independência e da identidade de Portugal"; "Defender a independência e a identidade de Portugal, no país e no estrangeiro, com especial relevo para a Língua e a Cultura Portuguesas"; "Celebrar ou colaborar na celebração das grandes datas e eventos de Portugal". Isto impulsiona necessariamente uma relação próxima com o governo e outros órgãos de soberania, os governos regionais, as universidades, as autarquias locais e outros. Se não existe mais, não é porque não façamos por isso. Não entrando nos temas mais exigentes, olhemos, por exemplo, a um tema simples: o Palácio.

Várias vezes me tenho surpreendido com o elevado número de pessoas que não sabem o que é o Palácio da Independência, nem onde é. Não é só o número de pessoas, mas o seu nível funcional e grau de escolaridade. Se é alguém de fora de Lisboa, é quase certo não saber. Mesmo entre residentes em Lisboa, ou aqui nados e criados, é frequentíssimo não saberem. É uma área em que temos de trabalhar muito.

O Palácio dos Condes de Almada é um dos mais importantes monumentos da História de Portugal pela tradição histórica e política e o valor arquitectónico. Foi a tradição política e histórica que lhe fixou o nome de Palácio da Independência. Quem o vê e visita fica a conhecer a sede principal da nossa independência nacional contemporânea: foi aí que se planeou a conjura e saiu a Revolução do 1.º de Dezembro de 1640, que depôs o rei castelhano e repôs a coroa de Portugal num rei português.

Cada um dos revoltosos que saiu deste Palácio para invadir o Paço da Ribeira, onde prenderam a Duquesa de Mântua, Vice-Rainha, Margarida de Saboia, e mataram o Secretário de Estado (o chefe do Governo) Miguel de Vasconcelos, sabia que tinha a cabeça a prémio, literalmente, se a revolta corresse mal. O Palácio guarda e representa esses traços de ousadia, bravura, arrojo e patriotismo que foram indispensáveis à Restauração da Independência. Não foi uma brincadeira de rapazes. E é nesta zona também que, por singular coincidência, ainda antes de haver Palácio, em 1383/85, o povo de Lisboa fez vibrar a Revolução que escolheu e vitoriou o Mestre de Aviz, como Defensor e Regedor do Reino.

O Palácio tem elevado valor simbólico na nossa História. Por isso, cada vez que o Estado abandona este Palácio, não prevendo os meios necessários à sua conservação e manutenção, favorecendo uma decadência progressiva de vidros partidos e caliça nas paredes, decoração com objectos pindéricos, tapetes coçados, cadeiras muito desgastadas, degradação das instalações sanitárias – isso significa que o Estado desmerece este Palácio, o que ele representa e os heróis que nele se corporizam.

Portugal deve imenso a esta geração portuguesa – aqueles que continuaram em luta, muito dura, aqui e além-mar, até 1668, quando finalmente chegou a paz. Não existiríamos sem o seu esforço e sacrifício.

Sem isso, hoje, Portugal, portugueses, não estaríamos em lado nenhum, nem nas Nações Unidas, nem na União Europeia. Estaria lá alguém por nós; e nós na sua dependência e na sua mochila.

Preservar o brilho e a dignidade destes símbolos – e mostrá-los – é um dever nacional de primeira grandeza. Um dever político. Um dever histórico. Um dever nosso certamente, que o quisemos assumir e não viramos a cara. Mas principalmente um dever do governo e de outros entes públicos específicos. Tenhamos esperança.

Minhas senhoras, meus senhores,
Portugueses,

Passemos às coisas positivas.
Este é o primeiro 1.º de Dezembro com o Palácio reabilitado – é uma das boas notícias, diria mesmo das muito boas notícias, e **a primeira grande causa da nossa alegria**. Agradecemos, em primeiro lugar, à Câmara Municipal de Lisboa, ainda com o Eng.º Fernando Medina (onde começou) e com o Eng.º Carlos Moedas (onde se concluiu com sucesso). Não foi sempre um processo fácil, desde logo na estrita delimitação do projecto de reabilitação, que bem se compreende: o imóvel é do Estado, que não quis gastar um euro, e o financiamento teve de ser assumido na íntegra pelo Município de Lisboa, que não é o dono do imóvel. Estamos muito gratos ao Município de Lisboa e aos seus órgãos.



O Palácio da Independência reabilitado

Tivemos muita sorte com o empreiteiro. Fixem este nome: ErgLiz. Deve-se a esta empresa e ao seu pessoal, técnico e operário, o sucesso da obra e o cumprimento impecável dos prazos de execução. E sorte também em termos na Direcção um Vice-Presidente (Dr. Gustavo Mesquita Guimarães) com grande experiência nestas matérias, que assumiu a direcção da obra por nossa parte, o que fez com gosto – e nós com proveito –, introduzindo os ajustamentos que se justificavam em função dos factos objectivos ou da oportunidade, sempre no melhor interesse do Palácio, e velando com rigor pela não derrapagem das obras quer no calendário, quer no orçamento. Impecável.

Temos, agora, o objecto do nosso orgulho: como gosto de dizer, o Palácio mais bonito que alguma vez o vi. Como é bom darmos este presente a Portugal. Já estamos a usá-lo, mas ainda não está em condições de o franquearmos ao público. Uma vez que não nos deram os recursos necessários para a fase seguinte – o Museu –, tivemos de adiar tudo até os conseguirmos reunir, avançando mais devagar.

E há alguns problemas ainda a resolver: o pátio exterior de entrada, em estado muito mau; uma intrusão a partir do subsolo numa das salas; a recuperação da Cerca Fernandina e sua segurança, para que possa também ser visitada pelo público, ser um importante circuito histórico. Estamos a trabalhar em todas as frentes.

Queremos que brilhe "o Palácio mais bonito que alguma vez o vimos", como é o nosso compromisso com a cidade, capital do país, e com o alto valor de património público.

Segundo motivo de alegria e segunda grande boa notícia: já temos assegurado o financiamento para produção e instalação do Museu da Independência. Temos de o agradecer a três entidades privadas, que supriram a falta de interesse, até agora, de entidades públicas: o Grupo Jerónimo Martins, que já nos adiantara os primeiros 100.000 euros, há um ano, montante que está guardado; a Fundação Batalha de Aljubarrota, que nos doa 200.000 euros, através de um Protocolo mais amplo que assinaremos, no Palácio, em público, daqui a momentos, numa exposição relativa aos 900 anos; e a Fundação Amélia da Silva de Mello, que nos doa também 100.000 euros. Muito obrigado a estas três instituições. São um exemplo estimulante. Há portugueses que respondem à chamada.

O planeamento do Museu foi sendo adiantado, ao longo destes meses de espera pelos meios financeiros, e vamos agora avançar a todo o vapor. Em 24 de Maio, quando se assinala o Dia da Sociedade Histórica, gostaríamos de ter já alguma coisa para mostrar – ou tudo, se possível. Mas o mais provável é podermos fazer a inauguração integral do

Palácio reabilitado e a abertura do Museu, em Setembro ou Outubro. Certo, certo é que, no próximo 1.º de Dezembro, teremos tudo a funcionar.

Grande ano será o de 2026, quando festejaremos 165 anos!

Terceiro motivo de alegria e terceira grande boa notícia: este é o primeiro 1.º de Dezembro dentro do ciclo largo dos 900 anos – o primeiro é em 2025, o último será em 2085, quase no dia 6 de Dezembro em que passarão 900 anos sobre a morte de Afonso Henriques e o termo do brilhante reinado do nosso Rei Fundador.

No passado 8 de Junho, domingo de Pentecostes, abrimos, em Zamora, as comemorações dos 900 anos de Portugal, na linha das ideias que temos apresentado. Já começou! O marco de abertura foi o gesto, ao modo dos reis, do infante Afonso Henriques, muito jovem, que, em 1125, se armou Cavaleiro, na Catedral de Zamora. Assim é relatado em crónica da época e reiterado, nesta base, por Alexandre Herculano e por José Mattoso, dois historiadores reputadíssimos. Foi o primeiro acto público de Afonso Henriques por que revelou a vontade de ser rei, reforçado pelo comentário tanto do cronista originário, como dos historiadores, de que o nosso futuro rei quis emular o gesto, um ano antes, na Catedral de Santiago de Compostela, de seu primo Afonso Raimundes, que viria a ser Afonso VII de Leão e Castela.



Logotipo Portugal 900 Anos.

Estamos orgulhosos do que realizámos em Zamora, nos passados 6 a 8 de Junho, para assinalar este marco inicial dos 900 anos. Desde logo, um notável Congresso Histórico com o tema "Portugal Século XII", que mobilizou valiosas comunicações de historiadores portugueses e espanhóis, sobre as matérias do programa, num trabalho coordenado, do lado português, pelos professores João Paulo Oliveira e Costa e José Eduardo Franco. Contamos publicar, em 2026, as respectivas actas e as gravações em vídeo já estão disponíveis na internet. Tivemos ainda, com o apoio e participação do *Ayuntamiento*, do governo da Comunidade de *Castilla y León*, da diocese, da Fundação Rei Afonso Henriques, um desfile português com cerca de 1.000 participantes, discursos, o lançamento de uma emissão filatélica alusiva ao gesto de Afonso Henriques, a missa de Pentecostes presidida pelo bispo, a estreia de uma composição sinfónica portuguesa dedicada Ao Rei Fundador e um desfile das bandas portuguesas pelo Centro Histórico, desde o Largo da Catedral até à Praça Maior, animando a cidade e atraindo a atenção. Tudo encerrou com a interpretação pelas bandas de cinco hinos portugueses: Hymno Patriótico, Hino da Carta, Hino da Maria da Fonte, Hino da Restauração e Hino Nacional.

O melhor aconteceria nessa noite de 8 de Junho, como efeito desta manifestação musical patriótica na *Plaza Mayor* de Zamora. Em Munique, a seleção nacional conquistou a Liga das Nações em futebol, vencendo a seleção espanhola nos

penáltis. Como os peritos bem sabem, isto está tudo ligado. Se o assunto não é mais falado, é porque só os que estiveram em Zamora se aperceberam da influência decisiva do acontecimento: cinco hinos, cinco penáltis. Cinco hinos em Zamora, cinco penáltis em Munique. Não há margem para dúvidas. É um grande augúrio para as cores portuguesas ao longo do ciclo largo dos 900 anos.

Na mesma altura, lemos este texto:

Este é um tempo de grande significado histórico. Na semana em que o XXV Governo Constitucional inicia funções, assinalam-se 900 anos do momento em que D. Afonso Henriques foi armado cavaleiro – gesto inaugural da independência, da unidade territorial e da vocação universal de Portugal.

Não fomos nós que o escrevemos ou teria lá a palavra Zamora, embora não seja difícil perceber que o inspirámos. Desde o 1.º de Dezembro de 2020, num artigo do EXPRESSO, que afirmamos e construímos este projeto e que fazemos esta pregação e divulgação. Este texto é exactamente a abertura, as primeiras linhas, do Programa do Governo. O governo conhece a letra, por isso gera o sentimento de que apoiará os que tocam a música.

Nós acreditamos muito nesta ideia, que pode ser um grande motor colectivo, uma fonte inesgotável de inspiração para Portugal e os portugueses. Disse já ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros como pode ser também apoio importante à candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança. Não há muitos países com 900 anos - nem candidatos, nem não-candidatos. É uma marca eloquente de antiguidade, maturidade, estatuto, experiência universal e convívio internacional.

Senhor Presidente da República,

A terminar, uma saudação especial a Vossa Excelência, com o nosso forte agradecimento ao seu exemplo pessoal e político *semper fidelis*. Desde o primeiro ano como Presidente da República, em 2016, Vossa Excelência foi sempre presença fiel nestas celebrações oficiais do 1.º de Dezembro, na Praça dos Restauradores, uma presença destacada e encorajadora. No primeiro ano, usou da palavra. Depois, decidiu que não. A liberdade de decisão é exclusivamente sua. Mas presidiu sempre às cerimónias e foi o centro da alteração que decidimos fazer ao protocolo que era seguido, por forma a acentuar a solenidade e o destaque do momento de homenagem aos heróis da Restauração.

Esta fidelidade sem quebra de Vossa Excelência ao alto significado nacional do 1.º de Dezembro muito enobrece as comemorações que organizamos com a Câmara Municipal e destaca perante o povo português a homenagem que, aqui, fazemos e a gratidão que prestamos à nossa História colectiva. Bem-haja, Senhor Presidente.

Estou certo de que Vossa Excelência inaugurou uma nova tradição protocolar que os sucessores saberão continuar. É um registo notável que nos deixa.

Muito obrigado. Viva Portugal! Viva o 1.º de Dezembro! Viva Portugal!

* - Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
Discurso proferido nas Comemorações do 1.º de Dezembro de 2025, nos Restauradores.



"Hoje é dia de comemorar a História: 385 anos da Restauração da Independência, nos quase 900 anos de Portugal" - lembrou Carlos Moedas

Carlos Moedas *

Senhor Presidente da República,
[outras saudações iniciais]
Senhoras e Senhores,
Lisboetas,

Hoje é um dia de comemorar a História. De comemorar 385 anos da Restauração da Independência. 385 anos que se integram nos quase 900 anos de Portugal. É uma longa história.

E quando falamos de história – quando a tentamos interpretar – surgem-nos dúvidas. Surgem-nos perguntas e inquietações. Aparece o debate. E houve, principalmente em Portugal, um longo debate sobre a forma de interpretar a história: entre aqueles que diziam que eram as grandes individualidades quem fazia mover a história; e outros que defendiam o contrário: que eram as forças e as estruturas sociais que explicavam a história.

Mas seriam estas duas visões tão inconciliáveis?

Porque não juntá-las? Porque não compatibilizar aquilo que parece incompatível? Foi isso que fez **Jaime Cortesão**, um dos grandes historiadores do século XX. E ao fazê-lo disse isto:

Que os grandes homens são tanto mais representativos quanto melhor incarnam e orientam as necessidades e aspirações coletivas.

Ou seja: é precisamente quando as elites políticas melhor representam essas aspirações coletivas que a história avança. Mas muitas vezes vemos o contrário: quando se dá um afastamento entre as elites políticas e o povo; quando se vê uma dissonância entre o que os políticos pensam e aquilo que as pessoas pensam. Quando há esta incompreensão mútua.

É, de certa forma, também isto que vemos nos nossos dias. E o 1.º de Dezembro aconteceu precisamente porque em 1580 o país tinha caído numa situação semelhante. Portugal tinha caído nesta divisão.

As elites tomaram, na sua generalidade, o lado de Filipe de Espanha: uns por conveniência material; outros por interesse político ou partidário; outros por ilusões ideológicas.

E poucos foram os que resistiram: sobrou **D. António, Prior do Crato** – alguém que devemos lembrar hoje e em cada 1.º de Dezembro. Mas, abandonado pelas elites, viu-se obrigado a fugir para o exílio – para um exílio de perseguição e miséria.

O que se passara então fora isto: **As elites políticas tinham levado o país ao domínio dos Filipes.**

Senhoras e Senhores,

O 1.º de Dezembro foi o ultrapassar desta situação. Foi o momento em que as nossas elites voltaram a dar voz às necessidades das pessoas. Em que voltaram a escutar as aspirações das pessoas.

Foi exatamente essa a ação dos conjurados. E foi também esse o objetivo dos anos seguintes: dos anos de governação de D. João IV e do seu filho D. Afonso VI. Vencer a Guerra da Restauração – porque o 1.º de Dezembro não foi só aquele dia. Foi tudo o que se lhe seguiu: foram os vários anos de combate para assegurar a independência de Portugal. Foi o sacrifício de tantos que se bateram para que o 1.º de Dezembro não fosse apenas uma proclamação.
São eles os homenageados de hoje. São eles o centro e a razão desta nossa Praça dos Restauradores. Naquele obelisco onde hoje deixamos as nossas flores está a sua memória. A eles daremos sempre o nosso agradecimento.



Comemorações do 1.º de Dezembro de 2025

Senhoras e Senhores,

Nesse tempo as elites políticas souberam representar as aspirações coletivas. E souberam-no fazer porque se guiaram por três valores tão importantes. Porque souberam mostrar três grandes qualidades.

A primeira é a coragem.

A coragem que é a virtude de não ter medo perante os perigos. Na política também é não ter medo. Não ter medo de ir contra o que parece conveniente. Não ter medo de às vezes estar contra os interesses partidários. Não ter medo, também, de falar de forma diferente daquela que é muitas vezes a opinião "oficial" ou "autorizada", a opinião da bolha político-mediática.

Na vida política é preciso esta coragem. Lembro-me perfeitamente de quando, há 3 anos, disse que precisávamos de regular a imigração em Portugal. Que o estávamos a ver – principalmente aqui em Lisboa – era grave e muitas vezes absolutamente desumano.

Nesse momento fui acusado de tudo. Muitos foram os que disseram que eu confundia deliberadamente segurança com imigração; e alguns até chegaram a acusar-me de extremismo; mas eu apenas disse algo com o qual a esmagadora maioria das pessoas concorda. E concorda porque é correto. Concorda porque faz sentido. E é exatamente isso que se está a fazer hoje, ao regular-se a imigração como durante anos não se fez.

É esta a dissonância entre a bolha político-mediática e as pessoas que leva a situações tão graves. Porque é ela realmente o que alimenta os extremismos. O que deixa as pessoas sem ter outras soluções que não os extremismos.

Em segundo lugar, a proximidade.

Em momentos decisivos como o 1.º de Dezembro as elites políticas conseguem compreender as pessoas. Conseguem dar voz às pessoas. Isso implica aproximarmo-nos delas. Implica muitas vezes conhecer as pessoas. Implica saber o que elas pensam e o que elas sentem. Implica – sim – falar com as pessoas.

Sei bem que não é fácil: são várias as vezes em que ouvimos opiniões diferentes das nossas, em que ouvimos algo que não concordamos ou não gostamos. Mas também só aproximando-nos das pessoas é que as podemos tentar convencer do contrário. O que não podemos fazer é – só porque as pessoas votam ou pensam de uma determinada maneira – ostracizá-las. O que não podemos fazer é insultá-las. Menorizá-las. Temos de falar com elas e para elas. Isto é essencial na política hoje.

E foi isso que eu vi tão bem personalizado numa figura particular da nossa vida coletiva: no Senhor Presidente da República, **Professor Marcelo Rebelo de Sousa.**

Alguém que fez desta proximidade uma missão. Alguém que conseguiu tornar-se o Presidente das pessoas. E que foi alguém com quem aprendi muito ao longo destes últimos anos – e só lhe posso agradecer tudo isso. Quero aqui agradecer-lhe, em nome de Lisboa e dos lisboetas, neste seu último 1.º de Dezembro como Chefe de Estado.

Muito obrigado por tudo.

Senhoras e Senhores,

Por último, o bom-senso.

Sim, o bom-senso – e parece tão básico fazer disto uma qualidade, mas a verdade é que na política falta frequentemente o bom-senso...

Falta muitas vezes saber compreender o essencial. Naquele Portugal dos inícios do século XVII também tinha faltado: foi o tempo

em que o Conde-Duque de Olivares, com punho de ferro, tentou submeter Portugal a um centralismo que nós nunca tínhamos vivido.

Mas os conjurados nesse momento perceberam o que era essencial para o país. Perceberam que o essencial era a independência. Por isso, o 1.º de Dezembro foi a restauração do bom-senso. E é também desse bom-senso que precisamos hoje. Dessa capacidade de distinguir o essencial do acessório.

Quando vejo que perdemos anos de ação na habitação apenas por discussões ideológicas sobre se deveria ser o setor público ou privado a resolver o problema – isso é sem dúvida falta de bom-senso.

Quando se quer dizer às pessoas que a questão da segurança é uma "mera perceção" – isso é falta de bom-senso.

Quando se tenta obstruir a governação apenas por capricho ideológico ou partidário, sem sequer querer dialogar ou conhecer as posições de cada parte – isso é falta de bom-senso.

Isso é confundir o acessório com o essencial. E o país não precisa de quem faça do acessório o centro do debate público.

Felizmente, os portugueses sabem distinguir o essencial. Felizmente, os portugueses têm mostrado – século após século – ser um último-reduto do bom-senso. Mesmo quando as elites políticas são exatamente o contrário.

Os portugueses foram esse reduto do bom-senso aqui em Lisboa em tantos momentos históricos: em 1383, quando das nossas ruas partiu a revolta popular; em 1640, quando os conjurados decidiram pôr fim ao domínio dos Filipes; em 1974, quando os capitães fizeram o 25 de Abril; e em 1975, quando os militares moderados asseguraram a liberdade e a democracia. Todos eles foram uma vitória desse bom-senso.

Senhoras e Senhores,

Em cada um desses momentos o país corria um risco: o risco da separação entre as elites políticas e as pessoas. o risco da divisão do país em dois mundos – em duas nações, como dizia um antigo Primeiro-Ministro britânico:

Duas nações, entre as quais não há interação ou simpatia, que são tão ignorantes dos hábitos, pensamentos e sentimentos de cada uma como se vivessem em diferentes planetas. 1

Mas em cada um destes momentos soubemos mudar. Soubemos interpretar as aspirações das pessoas. Soubemos dar-lhes voz. Não nos quisemos dividir em dois planetas diferentes, incomunicáveis e intransponíveis.

Naquele dia, há 385 anos atrás, fizemos exatamente isso. Com coragem, com proximidade, com bom-senso. Saibamos hoje estar à altura dessa história.

Senhoras e Senhores,

Viva o 1.º de Dezembro!

Viva a Restauração! Viva Portugal!

Notas:
1 - Benjamin Disraeli, *Sybil, or The Two Nations*.

* Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.
Discurso proferido nas Comemorações do 1.º de Dezembro de 2025, nos Restauradores.



"Somos herdeiros daqueles cuja alma não era pequena" - afirmou Nuno Melo

Nuno Melo *

Sua Excelência Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa,
[outras saudações iniciais]
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Há momentos na história em que uma geração tem a oportunidade e o privilégio de fazer a grandeza de Portugal. Foi assim no Primeiro de Dezembro de 1640 e na Guerra da Restauração.

Hoje, 385 anos depois, celebramos tudo isso, assente simbolicamente no gesto primordial de 40 Conjurados que deram um passo em frente, arriscando a vida e encarnando em si o destino coletivo de um povo insubmisso. Nesse dia memorável, os conspiradores invadiram o palácio no Terreiro do Paço, gritando "Liberdade, Liberdade, Viva El-Rei D. João IV".

O monarca organizou a defesa do país, construiu fortes, mobilizou as tropas e fez alianças para resistir ao inimigo. Portugal restaurava finalmente a sua independência política, 60 anos depois.
Neste tempo, a cada Primeiro de Dezembro, evoca-se essa libertação. O momento é vivido entre nós. No Colégio Militar, os Alunos gritam "Liberdade, Liberdade". As Bandas Filarmónicas interpretam hinos patrióticos. Entre outros exemplos que mantêm viva a memória coletiva. Esse esforço compete-nos a todos.

Agradeço por isso, em nome do Governo, a todas as entidades envolvidas nas comemorações. Sublinho o empenho

particular da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, na pessoa do seu Presidente, Doutor José Ribeiro e Castro. Agradeço, de forma especial, às Forças Armadas portuguesas. E nelas e através delas, dirijo uma palavra de profunda gratidão a Sua Excelência o Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas que ao longo dos seus mandatos tem feito ecoar a essência e o sentido da Instituição Militar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No Primeiro de Dezembro cruzaram-se o idealismo, o patriotismo, a coragem e o espírito livre. Nesse lance decisivo dobrou-se o arco da história. E a nação reencontrou-se com o seu destino de uma viagem com 9 séculos. Por essa boa razão, este ano assinalam-se os 900 anos do momento em que Afonso Henriques se armou cavaleiro em Zamora, num gesto inaugural. Assinalam-se também os 700 anos da morte de El-Rei D. Dinis, rei lavrador e fundador da Marinha que em 1297 assinou o tratado de Alcanizes, definindo as nossas fronteiras, contribuindo decisivamente para a identidade e independência nacional. Estas associações reforçam esta evidência: Somos herdeiros daqueles cuja alma não era pequena.



Comemorações do 1.º de Dezembro 2025.

Somos herdeiros das gerações que, em cada época, mesmo se à custa de enormes sacrifícios, estiveram à altura do dever para afirmação de um bem maior. Tantas vezes procuramos "a grande geração" e esquecemo-nos que ela está diante de nós. Em relação ao tempo contemporâneo não tenho dúvidas: A grandeza está nos Antigos Combatentes - na geração dos nossos pais e avós - que lutaram em África e na Índia nas décadas de 60 e 70. Os Antigos Combatentes são Heróis de Portugal. Alguns estão aqui presentes. Estão "ali" heróis e é importante que todos saibam isto.

A grandeza está nos corajosos militares a quem devemos a democracia nascida em 25 de Abril de 1974, e nos militares corajosos que há 50 anos, em 25 de Novembro de 1975, confirmaram essa mesma democracia. A grandeza está também nos militares que levaram esperança a tantos continentes em missões pela paz.

E a grandeza, no presente, onde está? No presente penso nos gestos daqueles que estão sempre ao serviço da Pátria e do povo português. No oficial da Marinha que está no Oceano Índico a combater a pirataria. Na praça do Exército que está na Roménia, lado a lado com os nossos aliados. No sargento da Força Aérea colocado nos Açores que vai onde o mar português acaba para resgatar vidas.

As Forças Armadas são legatárias do espírito do Primeiro de Dezembro, porque são a manifestação viva de todas as conquistas, a essência da Nação portuguesa, a primeira expressão de soberania e a última fronteira da nossa independência.

É a pensar neles, na sua importância e nas suas missões ao serviço da Pátria portuguesa, dentro e fora de fronteiras, missões militares e missões civis, que ontem lançámos o maior programa de investimento, de uma só vez, para os três ramos das Forças Armadas. 5,8 mil milhões de euros, mobilizados para a aquisição de navios, veículos blindados, satélites, defesas antiaéreas, reservas de munições e *drones*, em linha com o nosso sistema de forças e o que os nossos aliados esperam de nós. Um investimento que também alavancará a economia nacional e chamará as indústrias nacionais que serão envolvidas na produção e na manutenção destes equipamentos ao longo de todo o seu ciclo de vida.

A grandeza do presente está também em todos os portugueses que se superam ao serviço dos outros. Os profissionais de saúde que salvam vidas nos nossos hospitais, os professores que ensinam nas escolas, os agricultores que mantêm a terra produtiva, os guardas e polícias que arriscam a vida pela nossa segurança, os empresários que dão cartas, os desportistas que surpreendem com tantas conquistas, os jovens que acreditam no seu país e nos renovam no ciclo de cada geração, todos eles poucas vezes notícia, porque noticiar teima ser a excepção e raras vezes a regra e a regra é boa. Os portugueses são em regra um povo extraordinário.

Minhas senhoras e meus senhores,

A terminar, quero dirigir uma mensagem especial aos nossos jovens.
A Restauração foi no significado a expressão do grito de uma Nação antiga, que repudia a submissão. Só aceitamos o nosso destino em independência e em liberdade. Uma ideia muito velha, mas sempre atual – disso, minhas amigas e meus amigos - não tenham dúvidas.

As autocracias desafiam as democracias. Há povos que lutam para escolher livremente o seu destino. E outra parte relevante do planeta não se revê nos mesmos valores universais e no modo de vida em que cada um de nós – de vós – cresceu. É por isto que neste ciclo investimos em nós próprios, a pensar na defesa e a pensar nas oportunidades de fazer o país avançar para ficarmos à frente do nosso tempo. O que fazemos é a pensar na paz e não na guerra. É a pensar no futuro e não na destruição.

Cabe-nos a todos a responsabilidade de legar um futuro melhor. Para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos.

A promessa do Primeiro de Dezembro foi também essa: a possibilidade de um futuro melhor. E é em cada um de vós que essa promessa continua viva.

Com coragem, com audácia e com esperança, saibam seguir por diante, fazendo as escolhas certas do presente e abrindo caminho ao futuro.

Viva o 1.º de Dezembro! Viva sempre Portugal!

* - Ministro da Defesa Nacional.
Discurso proferido nas Comemorações do 1.º de Dezembro de 2025, nos Restauradores.



Independência, o bem mais precioso das nações

«Preservar o brilho e a dignidade dos símbolos da independência nacional – e mostrá-los – é um dever nacional de primeira grandeza. Um dever político. Um dever histórico.»

José Ribeiro e Castro, 1.dez.2025